



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dalila Silva Mello

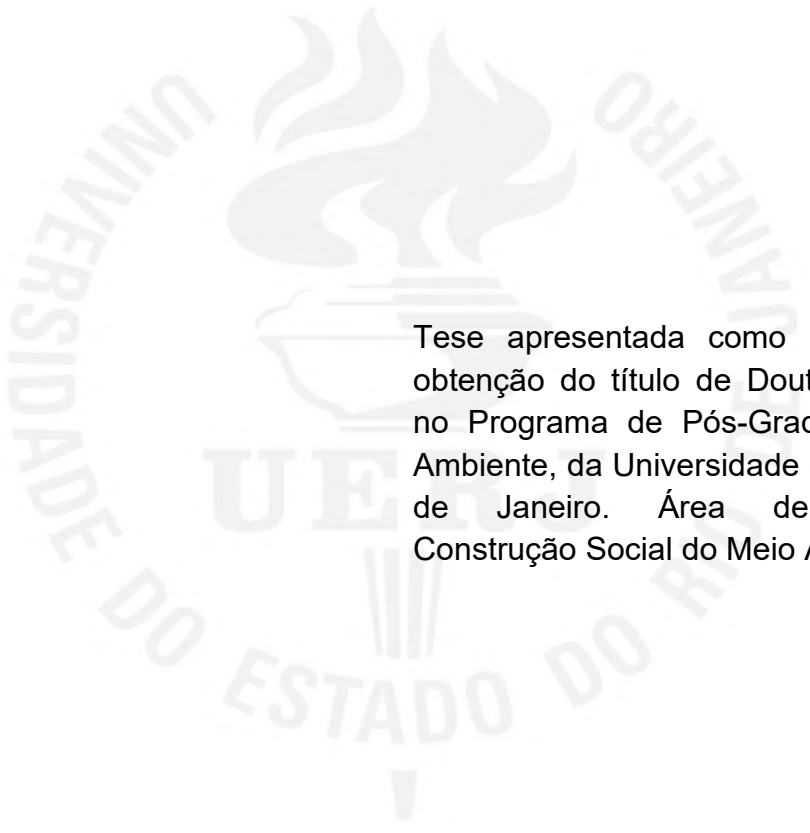
O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio. Amazônia, Brasil

Rio de Janeiro

2017

Dalila Silva Mello

O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio. Amazônia, Brasil



Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Construção Social do Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^{fa}. Dra. Rosane Manhães Prado
Coorientadora: Prof^{fa}. Dra. Marjo de Theije

Rio de Janeiro
2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/A

M527 Mello, Dalila Silva.
Tese O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio. Amazônia, Brasil. / Dalila Silva Mello. 2017. 195 f. ; il.

Orientadora: Rosane Manhães Prado.
Coorientadora: Marjo de Theije.
Tese (Doutorado em Meio Ambiente). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Proteção ambiental – Brasil -- Teses. 2. Gestão ambiental – Brasil -- Teses. I. Prado, Rosane manhães. II. Theije, Marjo. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.
CDU 504.06(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Dalila Silva Mello

**O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da
Estação Ecológica da Terra do Meio. Amazônia, Brasil.**

Tese apresentada como requisito para a
obtenção do título de Doutora em Ciências
no Programa de Pós-Graduação em Meio
Ambiente, da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Área de concentração:
Construção Social do Meio Ambiente.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2017.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Marjo de Theije
Vrije Universiteit Amsterdam

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rosane Manhães Prado (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Elza Neffa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Sandra de Sá Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Glauca Oliveira da Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Ana Maria Daou
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

A todos que morreram porque defenderam a conservação da natureza com justiça social: Dorothy Stang, Chico Mendes, Berta Cáceres...

A todos que vivem intensamente porque defendem a conservação da natureza com justiça social.

A Tary e Thereza (*In memoriam*), meus pais, que me ensinaram o amor aos livros, à natureza e ao próximo.

Às futuras gerações, em especial para Cristiane Costa Carneiro e Tathiana Chaves de Souza, motivo de orgulho da nova geração de pesquisadores e gestores ambientais brasileiros, que articulam teoria e prática, com respeito pelas populações locais.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Rio Iriri, da Estrada Transiriri e suas vicinais e da Volta Grande do Rio Xingu.

A Barbosa e Nunes – da nossa guarnição na Polícia Militar do Pará.

Aos companheiros das expedições à EETM.

Aos analistas do ICMBio: Altamira, Brasília e Rio de Janeiro.

Aos membros do Ministério Público Federal – em especial Thais Santi.

Aos conselheiros de Jurubatiba e da EETM.

Aos técnicos do ISA, WWF, FVPP e demais ONG, em especial Bivi e Carol.

Aos companheiros do IFF, em especial Maria Inês.

Aos servidores e alunos da VU Amsterdam - em especial Ton Salman.

Aos servidores e alunos do CEDLA/UvA - em especial Fabio de Castro.

Aos servidores e alunos da UERJ - em especial Elza Neffa.

Aos servidores e alunos da UFPA - em especial Juarez Pezzuti.

Aos brasileiros em Amsterdam.

A minha família - em especial MY BROTHER, em todos os sentidos, Walter Magioli de Mello Neto.

To my lovely host in Amsterdam, B.O.B.

A Elizabeth, minha mais divertida professora de inglês.

A minhas filhas e companheiros: Lia e Gabriel, Diana e Lucas.

A todos que me ajudam a me antropologizar e assim me aprimorar como bióloga, em especial, Januária Pereira Mello, Thiago Bucci, Rosane Prado, Marta Cioccarri e Marjo de Theije.

A Marjo, a mais brasileira das holandesas, pela inestimável oportunidade de estudar e viver na Holanda.

E, finalmente, à minha querida orientadora Rosane, pela sua sensibilidade com as minhas dificuldades como aluna, pelo seu incentivo que veio quando mais precisei. Seu reconhecimento pelo meu esforço foi o maior presente que eu poderia receber. Pela sua “poderosa” atenção em todos os momentos, os meus mais sinceros agradecimentos.

*Raramente iremos encontrar na Amazônia um lugar como a **Terra do Meio**, onde encontramos uma diversidade visual fantástica de matos, montanhas, pântanos, entre dois rios maravilhosos e numa escala inusitadamente vasta para o contexto onde está inserida.*

*Enquanto voava e fotografava, não consegui deixar de pensar insistentemente na oportunidade de se criar a **Universidade da Terra do Meio**. A Amazônia está se ressentindo de uma Universidade do mato, que não seja incorporada pelas demandas urbanas, que não deixe de lado os peixes, os bichos, as plantas, a natureza e os homens que a ela se entregaram.*

Pedro Martinelli.

RESUMO

MELLO, Dalila Silva. *O drama do gestor: um estudo sobre gestão de áreas protegidas a partir da Estação Ecológica da Terra do Meio. Amazônia, Brasil*. 2017. 195f. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

As Áreas Protegidas em todo o mundo, e dentre elas, uma tipologia que é chamada no Brasil de Unidade de Conservação da Natureza (UC), representam uma das maiores esperanças para a proteção dos recursos naturais contra a destruição que vem sendo causada no Antropoceno, e que ameaça às presentes e futuras gerações. O problema aqui apresentado é que estas UC não vêm recebendo o necessário cuidado do governo brasileiro que é legalmente responsável por elas; apesar dos esforços empreendidos por servidores públicos e outros atores sociais que se envolvem na gestão destas áreas. Nesse contexto, a questão de pesquisa foi que desafios enfrenta o gestor de uma UC, a partir de como ocorreu a gestão da Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM), a segunda maior UC federal do Brasil, de mais de três milhões e 300 mil hectares na Amazônia brasileira, no período de 2011 a 2014, observando que a partir de 12/07/2012, a chefe da UC era a única servidora lotada na UC. Este trabalho consiste em identificar os limites e as possibilidades que estão postos aos gestores de UC frente ao conflito que está instaurado na sociedade e no governo, entre o modelo de comoditização da natureza e o de salvaguarda da natureza. A metodologia desta pesquisa enquadra-se no campo da ecologia política da América Latina e utiliza a etnografia dos conflitos socioambientais como guia teórico metodológico. A EETM, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão gestor das UC federais no Brasil, foi o objeto principal da pesquisa, embora alguns aprendizados e reflexões estejam inter-relacionadas com experiências anteriores. A pesquisa mostra os vários dramas com que os gestores têm que lidar frente às dificuldades operacionais e às exigências administrativas e legais que cercam uma UC. Mostra também o drama das populações residentes na UC frente ao processo de desterritorialização que vêm sofrendo. E sugere ainda algumas adequações na gestão das UC para fortalecer a gestão ambiental dos recursos naturais e o respeito às populações residentes, uma vez que estes são compromissos internacionalmente assumidos pelo Brasil.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Conflitos socioambientais. Justiça ambiental. Interciência. Gestão ambiental

ABSTRACT

MELLO, Dalila Silva. *THE MANAGER'S DRAMA: A study on the management of protected areas from the Terra do Meio Ecological Station. Amazon, Brazil.* 2017. 195p. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Protected Areas in the whole world – and among them, a type that is named in Brazil as Nature Conservation Units (NCU) – are one of the main hopes for the protection of natural resources against the destruction that have been caused in the Anthropocene, and that threatens present and future generations. This thesis focuses upon the fact that these NCU have not been receiving the necessary care by the Brazilian Government, which is, by law, responsible for them; despite the efforts of public employees and other stakeholders that have been involved in the governance of these areas. In this context, the research question was what challenges the manager of a NCU, the Estação Ecológica da Terra do Meio (Middle Land Ecological Station), the second largest NCU in Brazil, of more than 3 million and 300 thousand hectares in the Brazilian Amazon, conducted between 2011 and 2014, observing that as of 07/12/2012, the head of the NCU was the only employee in the NCU. This work aims to identify the limits and possibilities that the NCU managers have to deal with in the face of the conflict that exists in society and in the government, between the commodization of nature and the safeguard of nature models. The framework of this research is the Latin America political ecology and the ethnography of social and environmental conflicts as a theoretic and methodological guide. This NCU in Amazon, that is managed by Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, environmental agency responsible for federal NCU in Brazil, was the main subject of the research, but some learning and reflexions were related to previous experiences. The research shows the various dramas that NCU managers have to deal with in the face of operational difficulties and legal and administrative requirements related to the NCU. It also shows the drama of the populations that live within a NCU, due to the process of deterritorialization that they have been undergoing. And it suggests some adaptations in the management of the NCU aiming to strengthen the environment management of natural resources and the respect for resident populations, considering that this corresponds to international agreements signed by Brazil.

Key-words: Protected areas. Environmental justice. Socioenvironmental conflicts. Interscience. Environmental management.

RESUMEN

MELLO, Dalila Silva. EL DRAMA DEL GESTOR: *Un estudio sobre gestión de áreas protegidas a partir de la Estación Ecológica de la Tierra del Medio. Amazonia, Brasil.* 2017. 195f. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Las Áreas Protegidas en todo el mundo, y entre ellas, una tipología que es llamada en Brasil de Unidad de Conservación de la Naturaleza (UC), representan una de las mayores esperanzas para la protección de los recursos naturales contra la destrucción que viene siendo causada en el Antropoceno, Y que amenaza a las presentes y futuras generaciones. El problema aquí presentado es que estas UC no vienen recibiendo el necesario cuidado del gobierno brasileño que es legalmente responsable de ellas; A pesar de los esfuerzos emprendidos por funcionarios públicos y otros actores sociales que se involucran en la gestión de estas áreas. En este contexto, la cuestión de la investigación fue que los desafíos se enfrenta al gestor de una UC, a partir de cómo ocurrió la gestión de la Estación Ecológica de la Tierra del Medio (EETM), la segunda mayor UC federal de Brasil, de más de 3 millones y 300 De las mil hectáreas en la Amazonia brasileña, en el período de 2011 a 2014, observando que a partir del 12/07/2012, la jefa de la UC era la única servidora concursada en la UC. Este trabajo consiste en identificar los límites y las posibilidades que están puestos a los gestores de UC frente al conflicto que está instaurado en la sociedad y en el gobierno, entre el modelo de comoditización de la naturaleza y el de salvaguardia de la naturaleza. La metodología de esta investigación se enmarca en el campo de la ecología política de América Latina y utiliza la etnografía de los conflictos socioambientales como guía teórica metodológica. La EETM, gestionada por el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad, órgano gestor de las UC federales en Brasil, fue el objeto principal de la investigación, aunque algunos aprendizajes y reflexiones están interrelacionados con experiencias anteriores. La investigación muestra los diversos dramas con que los gestores tienen que lidiar frente a las dificultades operativas ya las exigencias administrativas y legales que rodean a una UC. También muestra el drama de las poblaciones residentes en la UC frente al proceso de desterritorialización que vienen sufriendo. Y sugiere además algunas adecuaciones en la gestión de las UC para fortalecer la gestión ambiental de los recursos naturales y el respeto a las poblaciones residentes, una vez que estos son compromisos internacionalmente asumidos por Brasil.

Palabras clave: Áreas protegidas. Conflictos socioambientales. Justicia ambiental. Interciencia. Gestión ambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - .Cartograma de áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro, com destaque à localização do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.....	22
Figura 2 - A localização de Altamira na Bacia do Rio Xingu.....	39
Figura 3 - Sinergia entre Belo Monte e Belo Sun.....	41
Figura 4 - Gráfico do desmatamento por corte raso por estado – Pará. (Km ² /ano).	434
Figura 5 - Áreas Protegidas do Bloco da Terra do Meio.....	45
Figura 6 - A Estação Ecológica da Terra do Meio e o seu entorno.....	467
Figura 7 - Arco do Desflorestamento.....	478
Figura 8 - Sinalização no período da administração do IBAMA.....	51
Figura 9 - A paisagem na Estrada Transiriri.....	512
Figura 10 - Sobrevoio da Estação Ecológica da Terra do Meio.....	523
Figura 11 - Foto de outdoor na cidade de Altamira.....	567
Figura 12 - ..Moradores da Comunidade Quilombola Fazenda Machadinha identificando os atrativos e serviços turísticos potenciais da região no mapa falado.....	678
Figura 13 - A chefe da EETM, trabalhando em conjunto com um dos moradores da Estação e a bióloga da UFPA, no mapeamento do uso dos recursos naturais.....	69
Figura 14 - Mapeamento das áreas de uso dos castanhais, após mudança de metodologia.....	701
Figura 15 - Pesquisa científica com apoio dos <i>ribeirinhos</i>	84
Figura 16 - Intercientificidade: o conhecimento tradicional local dos <i>ribeirinhos</i> e o dos pesquisadores das universidades, em sinergia.....	845
Figura 17 - Reconhecimento científico dos conhecimentos tradicionais.....	87
Figura 18 - Angelina: a tartaruga de chifres.....	88
Figura 19 - Patrimônio cultural e imaterial.....	104
Figura 20 - Reunião com os colonos da Vicinal do Limão em julho de 2013, contando com apoio das instituições parceiras na organização e registro dos trabalhos.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - .Número de Unidades de Conservação da Natureza por órgão gestor por área, em 2011.....	333
Quadro 2 - Categorias de Manejo de Unidades de Conservação federais por Grupo.	355
Quadro 3 - Número de Unidades de Conservação federais por coordenação regional.	366

LISTA DE SIGLAS

ACADEBIO	Academia para a Conservação da Biodiversidade
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
APA	Área de Proteção Ambiental
APA-BR	Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Áreas Protegidas da Amazônia
BAPTM	Bloco de Áreas Protegidas da Terra do Meio
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB	Convenção da Biodiversidade
CEDLA	Centro de Estudos e Documentação sobre América Latina
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COOMGRIF	Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Gallo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.
EETM	Estação Ecológica da Terra do Meio
ESEC	Estação Ecológica
GOMIAM	Gold Mining in Amazon
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IFF	Instituto Federal Fluminense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA	Instituto Socioambiental
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
FLONA	Floresta Nacional
FVPP	Fundação Viver Produzir e Preservar
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ONG	Organização Não-Governamental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
MPF	Ministério Público Federal
NCU	Nature Conservation Unit
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
NWO	The Netherlands Organization for Scientific Research
OEMA	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA	Parque Nacional
PECS	Parque Estadual da Costa do Sol
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PNRJ	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNSP	Parque Nacional da Serra do Pardo
PPEA-IFF	Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense.
PPGMA	Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação da natureza
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UvA	Universiteit van Amsterdam
VU	Vrije Universiteit Amsterdam
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 OS SÍTIOS DA PESQUISA.....	32
1.1 O universo das Unidades de Conservação federais no Brasil e o ICMBio...	33
1.2 Altamira em tempos de Belo Monte e de Belo Sun.....	37
1.3 A Terra do Meio: entre o desflorestamento e a conservação	43
2 DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	54
2.1 As artimanhas em processos de licenciamento ambiental	54
2.2 Gestão participativa e conselhos nas Unidades de Conservação	60
2.3 Os desafios da comunicação entre saberes diferenciados	63
3 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, CONHECIMENTO TRADICIONAL LOCAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL.....	72
3.1 <i>Colonos e ribeirinhos</i> : situações e demandas diferentes.....	73
3.2 Proteção integral e populações tradicionais.....	77
3.3 Conhecimento tradicional local e conhecimento científico.....	83
3.4 Desterritorialização causada pelo Estado.....	90
3.4.1 <u>Regularização fundiária e injustiça ambiental institucionalizada</u>	94
4 FRAGILIDADES E FORTALEZAS DO PLANO DE MANEJO.....	98
4.1 A elaboração de Planos de Manejo no Brasil.....	98
4.2 O Plano de Manejo possível	101
5 O GARIMPO QUE EU QUASE NÃO VI: LUGAR SOCIAL DAS POPULAÇÕES LOCAIS NAS ÁREAS PROTEGIDAS E NOS GARIMPOS	107
5.1 Meu encontro com os garimpeiros.....	107
5.2 O garimpo de ouro de pequena escala na Amazônia	110
5.3 A presença garimpeira na Terra do Meio	112
5.4 E o que significa tudo isso para o drama do gestor?.....	114
6 OS DRAMAS E AS MANHAS DO GESTOR.....	115

CONCLUSÃO.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
APÊNDICE A - Trabalhos de campo e estratégias de pesquisa	136
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada - gestor.....	139
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada - conselheiro EETM.....	140
ANEXO A – Sinopse do Relatório Final do Projeto Ameaças à conservação da biodiversidade na Estação Ecológica da Terra do Meio, PA.....	141
ANEXO B – Seminário de Encerramento do III Ciclo de Gestão Participativa..	175
ANEXO C – Manifesto Socioambiental.....	192

INTRODUÇÃO

Esta tese tem a pretensão de compartilhar com o leitor o meu olhar sobre a situação das Unidades de Conservação brasileiras. Daqui, de onde vejo, da minha perspectiva, vejo passado e presente, vejo Rio de Janeiro e Amazônia. Minha trajetória pessoal possibilitou-me um olhar muito íntimo, através do lugar da parceria e da amizade com uma chefe de Unidade de Conservação na Amazônia brasileira de 2011 até 2014, que foi minha interlocutora chave neste trabalho etnográfico.

Sinto-me profundamente “afetada” neste trabalho, na acepção que Favret-Saada (2005) utiliza para descrever o impacto que a vivência no trabalho de campo nos causa, muito além da experiência profissional neutra ou asséptica das ciências que se querem objetivas. É contaminação e imersão. Aquelas pessoas e lugares passaram a fazer parte de quem eu sou, e isso me mobiliza a enfrentar o desafio de compartilhar o mais fidedignamente o que vi e vivi.

Minha trajetória da ecologia para a antropologia me autoriza a contar as minhas percepções, pois sabendo e afirmando que são subjetivas, narram uma visão da realidade, tão distante para a maioria dos brasileiros urbanos como para o restante dos habitantes do planeta. Outro Brasil, tão genuinamente brasileiro, que não é possibilidade, não é passado, é concretude. Este Brasil existe, e a maioria da população o desconhece. Bem como desconhece as potencialidades de um futuro que ele ainda guarda, não sei por quanto tempo.

Sobre a Amazônia, seus povos, bichos, plantas, terras e águas, já há muito que ler, embora também muito que ser escrito. Quero aqui falar de um “tipo” que habita lá nas últimas décadas: um chefe de uma Unidade de Conservação da Natureza, quem ele é, o que faz, como vive, de onde vem, quais suas motivações, mas sobretudo do drama de ser gestor, uma tarefa para Davi¹.

Inspiro-me em Barretto Filho (2001, p.1) ao explicar que “esta tese resulta de múltiplas inserções, algumas das quais transcendem a minha trajetória como aluno[a] do Doutorado”.

¹ No sentido da famosa história bíblica de Davi e Golias.

Antecedentes

Às vezes, nós é que não percebemos o 'parentesco' entre os tempos vividos e perdemos assim, a possibilidade de 'soldar' conhecimentos desligados, e ao fazê-lo, iluminar com os segundos, a precária claridade dos primeiros. (FREIRE, 1992).

Desde a graduação, no início dos anos 80, o foco da minha atuação como professora de Ciências e Biologia era na educação ambiental formal; entretanto, nos idos de 1998, a minha trajetória de professora da Educação Básica e Tecnológica começou a apresentar uma inflexão quando da criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na cidade de Macaé, na qual eu vivia. Em 2001, após participar do curso "Introdução ao Processo de Educação para a Gestão Ambiental", a convite do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), coordenado pelo professor Quintas (2006), eu tive acesso a bases teóricas e metodológicas do que passou a constituir a minha prática profissional a partir daquele momento.

A partir de então o meu trabalho de educadora ambiental transcendia a escola e passava a ter como lócus principal os Conselhos de Unidades de Conservação da Natureza. Neste campo dos Conselhos de Unidades de Conservação, transitei em diversos lugares: ora estive como representante de instituição de ensino, pesquisa e extensão, ora como membro de ONG ambientalista, ora como servidora de prefeitura, ora como consultora autônoma, ora como servidora de órgão ambiental. Experiências ricas, que considero que muito contribuíram para uma certa perspectiva que fui incorporando na minha prática profissional.

Nos idos de 2009, pedi transferência para um novo campus do Instituto Federal Fluminense, onde trabalhava, e deixei a cidade de Macaé e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Passando a morar em Cabo Frio, comecei a atuar como conselheira da Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil (APA-BR) até que, em 2011, com a criação do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), acumulei também a função de conselheira do PECS. Ambas as Unidades de Conservação, APA-BR e PECS, estão sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Finalizando este breve relato sobre os diversos sítios e épocas dos quais advém a minha vivência, compartilhada com muitas pessoas, informo que vou

detalhar a seguir a parceria com uma ex-aluna, da primeira turma do Mestrado em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense, Tathiana Chaves de Souza, que veio a se tornar servidora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)² e em 2011 assumiu a chefia da Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM), propiciando-me a oportunidade de compartilhar com ela uma “imersão amazônica”.

De Jurubatiba à Terra do Meio

Quando comecei a atuar no campo da conservação da natureza, no fim dos anos 90, não imaginava que aquelas palestras voluntárias de educação ambiental para comunidades iriam se constituir no embrião de uma parte considerável da minha produção acadêmica.

A minha trajetória está intrinsecamente relacionada ao processo histórico brasileiro de democratização, que propiciou avanços na gestão participativa, desde o fim da década de 1980 a meados da década de 2010. É por isso que, embora a EETM, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor das UC federais no Brasil, seja o objeto principal da pesquisa que resultou nesta tese, alguns aprendizados e reflexões estão relacionados com experiências coletivas anteriores.

Da mesma forma, o texto final desta tese é meu, mas ele é perpassado por ideias, discussões, conclusões, fragmentos de relatórios, notas etnográficas, trabalhos conclusão de disciplinas, revisões e de versões preliminares de artigos que vão além da minha produção individual. Tomei o cuidado de dar o crédito a todos que contribuíram para estas vivências compartilhadas, o melhor que pude, mas ao mesmo tempo, não quis perder a oportunidade de utilizar esse material de qualidade que estava sob minha guarda.

² Criado através da Medida Provisória n.º 366, de 26 de abril de 2007, e a Lei número 11.516, de 28 de agosto de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é resultado de um desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e é responsável por executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais. O nome é uma homenagem a Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, seringueiro e ativista político e ambiental que lutou expressivamente a favor da conservação da Amazônia e, por seu ativismo, foi assassinado por fazendeiros da região.

Em especial, pude vivenciar diversas experiências enriquecedoras relativas à gestão de recursos hídricos e de Unidades de Conservação da Natureza (UC); e de participação social nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores. Minha condição de professora do ensino técnico profissional no Instituto Federal Fluminense (IFF) me propiciou vivenciar o tripé Ensino-Extensão-Pesquisa, que aconteceu cronologicamente, na ordem citada, ainda que numa espiral em constante renovação. Primeiro, o Ensino, vivenciado a partir da docência em disciplinas do campo ambiental em diversos cursos profissionais; seguido da Extensão, vivenciada pela condição de representante do IFF em Conselhos de Unidades de Conservação e pela minha atuação como presidente de ONG ambientalista.

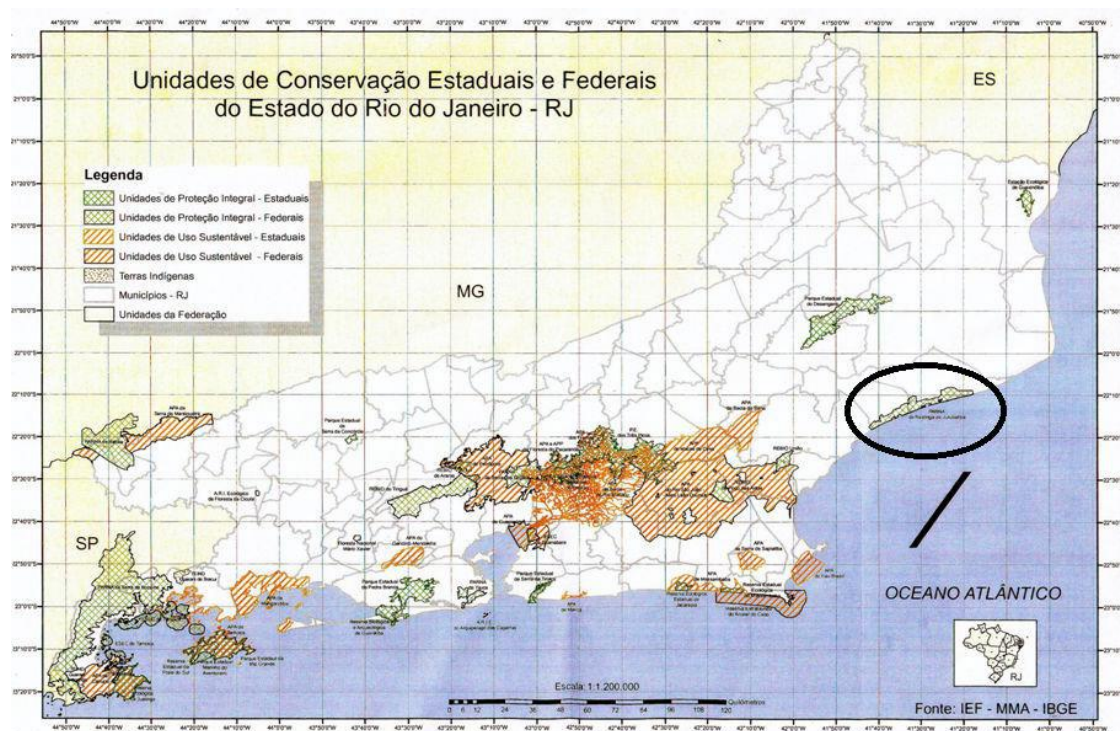
Dessas vivências, as questões de pesquisa foram surgindo das inquietações produzidas pela condição de participante em um Conselho de Unidade de Conservação da Natureza, que desencadeou em mim uma passagem do lugar de participante para o de “observadora-participante”. E, foi a partir desse lugar, das vivências em gestão ambiental, que emergiu o meu interesse pela pesquisa.

É uma longa história com muitos episódios e atores, e de estreita parceria profissional com a professora Maria Inês Paes Ferreira, no Programa em Engenharia Ambiental - modalidade profissional - do Instituto Federal Fluminense (PPEA-IFF), no qual atuei como professora colaboradora e pesquisadora. O recorte dessa história que está relacionado a esta tese são os projetos desenvolvidos em cooperação com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), enquanto esse órgão era o gestor das Unidades de Conservação (UC) federais, e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A cooperação com o IBAMA se deu a partir do fim dos anos 90, com o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – um complexo lagunar situado na zona costeira do norte do estado do Rio de Janeiro; e, com o ICMBio até 2016, relacionada à Estação Ecológica da Terra do Meio – a segunda maior Unidade de Conservação federal do Brasil, situada na Bacia do Rio Xingu, no Pará, Amazônia.

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba localiza-se no nordeste do estado do Rio de Janeiro, e sua área pertence aos municípios de Macaé (1%), Carapebus (34%) e Quissamã (65%), conforme Figura 1. Essa Unidade de

Conservação apresenta uma área total de 14.860 ha, sendo 44 km de costa, e foi criada através do decreto s/nº de 29 de abril de 1998. A sede administrativa do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba situa-se na cidade de Macaé, na qual ocorre intensa atividade de extração de petróleo pela empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS).

Figura 1 - Cartograma de áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro, com destaque à localização do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.



Fonte: Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego (OAARL, 2007).

Segundo a legislação (BRASIL, 2000), os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A pesquisa

científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo estado ou município, são denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

Das pesquisas em Jurubatiba gostaria de citar três que emergiram das demandas do conselho: a primeira, a valoração ambiental dos impactos associados ao vazamento de água de produção de um duto proveniente de uma estação de tratamento de efluentes da produção de óleo e gás da PETROBRAS, na Bacia de Campos, que resultou em ação no Ministério Público para a retirada do duto do interior da UC.

Uma segunda pesquisa demandada foi realizada envolvendo vários atores sociais relacionados com a gestão do parque e resultou numa pesquisa-ação que subsidiou a elaboração do “Plano de Sustentabilidade do Entorno do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba”, financiado pelo Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente em 2002.

E a terceira foi a pesquisa-participante para a elaboração do “Projeto-piloto de Turismo Sustentável em Quissamã”, com recursos do Ministério do Meio Ambiente e do Banco alemão KFW, executado de 2005 a 2008.

Todas essas pesquisas envolviam alunos do IFF e instituições do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba que é exatamente o elo que nos levará à Terra do Meio, alguns anos depois. Tathiana Chaves de Souza, durante o mestrado, foi bolsista de Jurubatiba, antes de ser aprovada no Concurso do ICMBio para ser analista ambiental da Estação Ecológica da Terra do Meio, no Pará.

Na sua experiência como bolsista, Tathiana tinha contribuído para a elaboração de projetos ambientais com vistas à captação de recursos em órgãos de fomento. Além disso, em função de sua participação nas reuniões do Conselho Consultivo do Parque Nacional da restinga de Jurubatiba, ela foi convidada para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho de Jurubatiba.

Assim, quando passou a compor os quadros do ICMBio, e assumiu a chefia de uma UC, frente à exiguidade de recursos humanos, por um lado, e pela

disponibilidade de recursos financeiros, em especial do Programa ARPA³, do outro lado, ela propôs uma parceria com o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense (PPEA-IFF). O relato que se segue sobre a gestão da Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM) reforça sua atuação, como em Jurubatiba, em prol da conservação da natureza buscando a inclusão de sujeitos tradicionalmente excluídos dos processos decisórios de gestão ambiental e da garantia dos usos historicamente praticados e sustentáveis pelas comunidades locais.

Na EETM nunca fui conselheira, mas atuei em todo o processo de formação e funcionamento do Conselho, bem como no processo de construção coletiva do Termo de Compromisso⁴ com os Ribeirinhos e no Termo de Acordo com os Colonos. Participei ainda do processo de elaboração do Plano de Manejo em todas as suas etapas e, finalmente, no primeiro trabalho de campo da regularização fundiária.

Sendo assim, mais uma vez, tal como Barreto Filho (2001, p.1) “assinalo os elementos que, reconheço, contribuíram para definir o interesse pelo tema da pesquisa e o modo como ele foi originalmente problematizado colocando em jogo o quadro mental configurado”.

Quadro teórico-metodológico

A criação de áreas protegidas em todo o mundo, e dentre elas, uma tipologia que é designada no Brasil como Unidade de Conservação da Natureza (UC), tem sido um dos meios adotados pelos governos para salvaguardar parcelas de natureza, e representam uma das maiores esperanças para a proteção dos recursos naturais

³ ARPA significa Áreas Protegidas da Amazônia. O ARPA é um programa do governo brasileiro criado em 2003

para expandir, consolidar e manter uma parcela significativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia. O ARPA é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e implementado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), governos estaduais da Amazônia e Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio), com apoio do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), Banco Mundial, WWF-Brasil, Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Inicialmente criado para proteger cerca de 50 milhões de hectares de florestas tropicais na Amazônia, o ARPA tem o desafio de promover a criação e a consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, bem como criar estratégias de sustentabilidade financeira de longo prazo, contemplando o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais

⁴ O Termo de Compromisso é um instrumento previsto no SNUC para garantir os direitos das populações tradicionais, a propósito ver, BRASIL, 2000; BRASIL, 2002; e TALBOT, 2016.

da destruição que vem sendo causada no Antropoceno, e que ameaça as presentes e futuras gerações.

O problema aqui apresentado é que as UC brasileiras não estão devidamente implementadas, apesar dos esforços empreendidos por servidores públicos e outros atores sociais que se envolvem na gestão dessas áreas. Para compreender esta problemática esta pesquisa lida com o desafio das abordagens metodológicas para as “questões ambientais”, que vem sendo enfrentado pelo nosso Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMA- UERJ), o de desenvolver metodologias de pesquisa para objetos de estudos complexos, que em geral transcendem uma área de conhecimento.

Nesse sentido, Funtowicz e Ravetz (1997, p.222) analisam como os novos problemas relacionados ao meio ambiente têm aspectos comuns que os distinguem dos problemas científicos tradicionais: “os fatos são incertos, os valores controversos, as apostas, elevadas e as decisões urgentes.” As estratégias de resolução de problemas adequadas a esse contexto chamam ciência pós-normal.

Adotamos o termo ‘pós-normal’ para caracterizar a ultrapassagem de uma era em que a norma para a prática científica eficaz podia ser a rotineira resolução de quebra-cabeças (KUHN, 1962)⁵, ignorando-se as questões mais amplas de natureza metodológica, social e ética suscitadas pela atividade e por seus produtos. (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1997, p. 222).

Assim sendo, as características estruturais dos problemas a serem enfrentados dependem das avaliações de estados futuros do ambiente natural, dos recursos e da sociedade humana, que não são conhecidos e não se pode conhecer com detalhes. É preciso, portanto, partir dos conhecimentos científicos produzidos que proverão as informações sobre os aspectos relevantes do meio natural e social, do nível local ao global.

Mas, para além do conhecimento científico, a complexidade do objeto de pesquisa e o conjunto de estratégias que precisam ser implantadas objetivando a solução dos problemas ambientais demandam uma ampliação do diálogo; o foro para os debates se alarga de maneira a incluir, além dos atores relacionados aos aspectos científicos, todos aqueles outros atores sociais relacionados aos aspectos

⁵ KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago, 1962.

culturais, comerciais, corporativos e políticos que apostam alto no resultado das decisões a serem tomadas.

Este foro mais amplo não diz respeito apenas a um gesto ético ou político, de democratização da participação social, sobretudo numa sociedade fortemente marcada pela desigualdade; baseia-se numa compreensão de que isso pode enriquecer os processos de investigação científica e conseqüentemente de gestão ambiental. Frente a esse desafio, descrevo os caminhos metodológicos escolhidos e trilhados para esta tese.

Desde a publicação do relatório sobre os limites do crescimento (MEADOWS, 1972), se fortaleceu a ideia de que o modelo de desenvolvimento da sociedade humana contemporânea precisava ser revisto de forma a não exaurir os recursos naturais. Lipietz descreve que, nesse contexto, “um sentimento de impotência se espalhou pelo planeta” (2003, p. 15), particularmente nos países que passaram por experiências democráticas, uma vez que, para a maioria dos eleitores, seus representantes eleitos se mostravam incapazes de construir uma política capaz de enfrentar a insegurança, a desigualdade social, a pobreza, a exclusão social, o que gera um sentimento de esvaziamento político. Na mesma linha de pensamento, Unger (1991, p. 59) também observa que a percepção da utilização predatória dos recursos naturais e “da cisão entre os meios e os fins na prática política” passou a ser interpretada como dois lados da mesma moeda, gerando uma visão da crise civilizacional.

Sobre essa base, se constituiu a ecologia política como opção metodológica que, a partir de uma análise crítica do funcionamento geral das sociedades industriais, permitiu uma reflexão sobre os meios a serem adotados para se caminhar em direção a outro modelo de desenvolvimento. Por isto este trabalho situa-se no campo da ecologia política, a qual aponta para a importância de uma análise em diferentes escalas de ação e grupos de atores, aí incluídos os atores estatais, com seus objetivos complexos e às vezes contraditórios em relação às questões ecológicas, frente ao conflito, que está instaurado na sociedade e no governo, entre a comoditização da natureza e a salvaguarda da natureza (SILVA, 2012). Segundo De Castro (2016) a gestão ambiental participativa na América Latina é um processo contraditório, o discurso dominante de participação social é acompanhado por um aumento dos conflitos sociambientais.

Além da limitada influência da sociedade civil, e especialmente dos grupos marginalizados, chama atenção o crescimento da criminalização da mobilização social⁶ contra projetos de grande escala de mineração, extração de óleo e gás, hidrelétricas ou infraestrutura. (...) Por um lado, governos e corporações estão recebendo suporte das populações urbanas para expansão das atividades extrativas para preencher suas necessidades sociais urgentes. Por outro lado, comunidades rurais, populações indígenas e ambientalistas acentuam a relevância da natureza para a sustentabilidade ecológica e a reprodução social e cultural. (DE CASTRO, 2016, p. 8),

Nesta tese, a temática dos conflitos socioambientais envolvendo áreas protegidas foi desenvolvida a partir da abordagem de Acsehrad (2004), que define os conflitos ambientais como aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das forças sociais de apropriação do meio sendo ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. Na mesma direção, Carneiro (2005) chama a atenção para o fato de que as disputas inerentes às estruturas das sociedades que opõem diferentes grupos sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela atribuição de distintos significados e usos às condições naturais territorializadas, são consideradas como conflitos ambientais – no sentido preciso de que põem em jogo usos concorrentes de um mesmo ambiente específico, de condições naturais territorializadas.

Quanto ao conceito de conhecimento tradicional local – que vejo como relacionado às populações residentes na EETM – será considerado nesta tese a partir da perspectiva de Ingold & Kurttila (2000) e Prado (2010). Baseada nesses autores, e ao contrário da visão aprisionadora que exige uma série de características e o preenchimento de requisitos relacionados a uma tradição herdada/cristalizada, a concepção com a qual trabalho, e que será mais bem desenvolvida no capítulo 3 é no sentido de que o que deve sustentar a classificação como população tradicional é da ordem do vivido, das habilidades e práticas dos grupos sociais em questão. Essa perspectiva tem implicações importantes, não só para a regulamentação das UC, em seus aspectos legais e normativos, como também para a condução da gestão de cada uma delas.

⁶ A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Fundação Nacional do Índio (CPI do INCRA e da FUNAI) é um exemplo de criminalização dos movimentos sociais e das instituições que os apoiam.

No escopo da ecologia política, optei por utilizar como guia teórico-metodológico a “etnografia dos conflitos socioambientais” (LITTLE, 2006), que busca a identificação dos conflitos socioambientais e das diversas interações sociais e naturais que os fundamentam. Essa análise de base etnográfica objetiva também o reconhecimento dos discursos divergentes e suas respectivas bases, cultural e política; bem como, o estudo dos atores sociais e suas diferentes cotas de poder. Apoiada nessa perspectiva, a questão de pesquisa foi:

Que desafios enfrenta o gestor de uma UC, a partir de como ocorreu a gestão da Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM), a segunda maior UC federal do Brasil, de mais de 3 milhões e 300 mil hectares na Amazônia brasileira, no período de 2011 a 2014, observando que a partir de 12/07/2012, a chefe da UC era a única servidora lotada na UC?

O tratamento desta questão e as respostas a ela correspondem ao objetivo desta tese. A gestão da EETM, de responsabilidade do ICMBio, órgão gestor das UC federais no Brasil, foi o objeto principal da pesquisa, principalmente no período supracitado; porém, o relacionamento de parceria com a gestão da EETM se estendeu até o ano de 2016, propiciando assim, novas oportunidades para aprendizados e reflexões. A pesquisa foi viabilizada por meio da parceria entre o Programa de Mestrado em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense (PPEA/IFF), do qual fui servidora, e a EETM/ICMBio, de modo que participei de várias atividades de campo e de desenvolvimento de ações de gestão ambiental, que estão discriminadas no Apêndice A. A chefe da UC tornou-se, no decorrer da parceria, uma interlocutora fundamental e que me proporcionou uma condição de observação-participante muito enriquecedora para o trabalho etnográfico realizado. Para além da convivência nas reuniões e nos trabalhos de campo, continuamente nos comunicávamos, por telefone ou email. Fruto dessa comunicação continuada foi possível compreender como a gestão das áreas protegidas ocorre em meio a uma institucionalidade que vem sendo construída, dia-a-dia, com avanços e retrocessos determinados por uma complexa conjuntura política, internacional, nacional, regional e local, que se desdobram, em consequências sobre as instituições gestoras e atores sociais envolvidos com as áreas protegidas, no Brasil e no Mundo.

Objetivos específicos

- Avaliar diferentes aspectos e questões relacionados à gestão das áreas protegidas no Brasil, a partir de sua ocorrência na EETM.
- Identificar as “artimanhas” utilizadas por certos representantes do Estado Brasileiro e de empresas de consultoria que, coadunados com empresas nacionais e estrangeiras, desrespeitam a legislação vigente nos processos de licenciamento ambiental a favor dos interesses destes atores sociais em detrimento das populações locais e da conservação da natureza.
- Identificar os desafios para a concretização da gestão participativa das unidades de conservação da natureza, bem como as boas práticas.
- Avaliar em que medida os gestores das UC podem atuar no sentido de solucionar as questões enfrentadas, baseado no caso da EETM.
- Identificar as consequências das imprecisões do conceito de população tradicional sobre a vida das pessoas residentes em UC, bem como os impasses dessa questão na gestão destes espaços.
- Evidenciar o papel do Estado Brasileiro no processo de desterritorialização das populações locais que vivem em áreas protegidas.
- Lançar um novo olhar sobre o lugar social dos garimpeiros de pequena escala, com vistas a evidenciar a omissão do Estado Brasileiro com o reconhecimento dos direitos dos atores sociais que estão em posição de subalternai.
- Sugerir possibilidades de aprimoramento dos processos normativos dos órgãos de gestão ambiental e de pesquisa, com especial atenção aos instrumentos Plano de Manejo e Estudo de Impacto Ambiental.
- Apontar os dramas vivenciados pelos gestores de UC no país e as “manhas” que adotam visando aumentar a efetividade em seus processos de gestão.
- Apontar novas possibilidades quanto à gestão de áreas protegidas, por meio da integração dos órgãos gestores e do relacionamento destes com as agências de pesquisa científica.

Nesta tese, tomo como premissa que existem estratégias que vêm sendo utilizadas por atores sociais que estão interessados em utilizar os recursos naturais para a produção de bens de consumo e assim se apropriar destas riquezas, o que entendo tratar-se de comoditização da natureza. Mas ao mesmo tempo, existem atores sociais que estão interessados em conservar os recursos naturais, o que entendo como salvaguarda da natureza. É importante salientar que este conflito

socioambiental é marcado por uma enorme assimetria de poder econômico e político que tende para a comoditização da natureza.

Nesse sentido, utilizo o conceito de “artimanhas”, como será desenvolvido no capítulo 2, para as estratégias utilizadas pelo primeiro grupo de atores sociais; e o conceito de “manhas”, como será desenvolvido no capítulo 6, para as estratégias utilizadas pelo segundo grupo de atores sociais aqui referidos. De um lado, utilizo essa dupla conceituação como um recurso argumentativo para desvelar a dinâmica social que envolve a gestão de áreas protegidas e os processos de licenciamento ambiental no Brasil; e de outro lado, para mostrar como as pressões e tensões nesse processo afetam o lugar de Chefe de UC, produzindo o que estou chamando aqui de “drama do gestor”.

Estrutura da tese

Esta tese está estruturada em seis capítulos. No capítulo 1, apresento os três sítios da pesquisa: o primeiro, a Sede do ICMBio em Brasília-DF; o segundo, Altamira, a cidade onde se localiza o Escritório da EETM, frente às profundas modificações que vêm ocorrendo na região em função da construção da Hidrelétrica de Belo Monte e do processo de licenciamento ambiental da Mineradora Belo Sun; e o terceiro, a Terra do Meio, região do Estado do Pará onde se localiza a EETM.

No capítulo 2, problematizo a gestão dita participativa de Unidades de Conservação da Natureza, suas possibilidades e limites, no contexto de manutenção do caráter consultivo dos conselhos das UC. Relato o envolvimento das comunidades locais na gestão, em correlação com o avanço da agenda socioambiental no ICMBio.

No capítulo 3, discuto a oposição construída entre Conservação da Natureza e Justiça Social a partir de impasses legais que foram se forjando no processo de criação e implantação de UCs. Sempre tomando como referência o contexto da EETM, a temática das populações tradicionais é discutida no que diz respeito à sua presença nas UC do Grupo de Proteção Integral, o que consiste na situação de maior interdição das populações tradicionais. E, com base no que foi observado na EETM, os caminhos apontados para a solução partem do diálogo que ali ocorre, entre conhecimento tradicional local e conhecimento científico e de um amplo e

longo processo de participação desenvolvido na esfera do conselho consultivo da UC para a elaboração do Termo de Compromisso (que até a presente data não foi assinado). Analiso ainda o papel do Estado Brasileiro no processo de desterritorialização das populações residentes em Unidades de Conservação da Natureza, e o desafio que constitui o processo de regularização fundiária dessas Unidades no Brasil.

No capítulo 4, analiso o processo de elaboração do instrumento normativo da gestão de UC no Brasil, o Plano de Manejo, bem como o Plano de Manejo que foi possível construir para a EETM, num cenário socio-político-institucional adverso, mas que foi aprovado em dezembro de 2015.

No capítulo 5, abordo a existência do garimpo de pequena escala na Amazônia, em contraponto com o contexto das UC. Focalizando um caso específico, estabeleço um paralelo entre os garimpeiros e as populações residentes em UC no que diz respeito à sua posição social e à sua relação com o Estado Brasileiro que se mostra incapaz de garantir seus direitos que estão previstos na legislação.

No capítulo 6, “Os dramas e as manhas do gestor”, todo o cenário apresentado anteriormente ao leitor é visto em referência ao chefe da Unidade, e como ele lida com a desafiante e complexa realidade, a insuficiência de recursos humanos, a falta de poder de decisão, os entraves administrativos, o ir e vir sem fim dos processos, e, sobretudo os entraves jurídicos. E por fim, o risco de vida a que estão expostos os que defendem o meio ambiente no Brasil.

Finalmente, além das conclusões, opto por incluir sugestões, fiel ao meu *locus* e trajetória, de quem está na academia a serviço da gestão ambiental para a conservação da natureza, em busca de transformar *habitus* em *práxis*, numa paixão freireana⁷ pela relação teoria-prática.

⁷ Em alusão a Paulo Freire, educador brasileiro.

1 OS SÍTIOS DA PESQUISA

No caso do acompanhamento da gestão da EETM identifiquei três sítios para esta pesquisa, baseado na concepção de “etnografia dos conflitos socioambientais”, como colocado por Little (2006), no sentido de que:

Ao colocar o conflito em si como o foco central da etnografia, e não um grupo social em particular, o antropólogo é obrigado a identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal. (...) O etnógrafo também deve analisar as variadas táticas e estratégias utilizadas pelos grupos sociais e perfilar as distintas tentativas de resolução. (LITTLE, 2006, P.92)

Trata-se também de uma etnografia “multiator” e “multissituada”, tal como colocado ainda por Little (2006), na medida em que não toma como objeto o modo de vida de um grupo social. De um lado, “tem como seu objeto principal a análise dos conflitos socioambientais em si e as múltiplas interações sociais e naturais que os fundamentam” (p.92), tendo que considerar vários grupos sociais e vários níveis e articulações ao mesmo tempo, o que implica a abrangência de vários lugares e instâncias; e de outro lado “o ambiente biofísico se torna um elemento crucial em quase todos os assuntos a serem tratados”. (p.93)

Se esta tese direciona para o “drama do gestor” todas as questões nela abordadas, no entanto, no fundo é de conflitos socioambientais que se trata aqui. E assim é que essa perspectiva etnográfica se mostrou adequada para orientar a pesquisa realizada, e igualmente para a elaboração dos resultados. Os três sítios apresentados a seguir mostram ao mesmo tempo os diversos atores sociais e os locais/instâncias que suprimam todo o trabalho realizado, e que aparecerão em cruzamentos e contextos particulares ao longo dos capítulos seguintes.

O primeiro sítio, para entender o universo das Unidades de Conservação federais no Brasil: a sede do ICMBIO em Brasília, capital federal, na qual estão instaladas a presidência, a procuradoria federal especializada, as diretorias, e as coordenações, que têm maior poder decisório que a Chefia da Unidade.

O segundo sítio: a cidade de Altamira, na qual fica a sede administrativa da Unidade e onde costumam ocorrer as reuniões do Conselho. Mas também, Altamira

em tempos de Belo Monte e de Belo Sun, a cidade que, frente aos processos de licenciamento ambiental de uma hidrelétrica e de uma mineradora, se tornou uma arena de conflito que está instaurado na sociedade e no governo entre o modelo neodesenvolvimentista (DE CASTRO, 2016) e o da salvaguarda da natureza (SILVA, 2012).

O terceiro sítio, a Terra do Meio, a região onde está localizada a EETM e seu entorno, no qual existem diversas outras áreas protegidas, como será detalhado adiante.

1.1 O universo das Unidades de Conservação federais no Brasil e o ICMBio

Muitas estratégias de conservação dos recursos naturais vêm sendo adotadas em todo o mundo, e dentre elas, uma das que vêm sendo mais utilizadas é a criação de áreas protegidas.

No Brasil, em 1937, o primeiro parque nacional foi criado, durante o governo de Getúlio Vargas, em Itatiaia, RJ, desencadeando um processo de criação de uma série daquelas que são hoje, a partir da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000) chamadas de Unidades de Conservação da Natureza, que resultou, conforme pode ser visto no Quadro 1, no cenário atual.

Quadro 1 - Número de Unidades de Conservação da Natureza por órgão gestor por área, em 2011.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	Quantidade (Un)	Área (ha)
FEDERAIS	310	75.047.600
ESTADUAIS	570	75.350.700
MUNICIPAIS	91	555.400
PRIVADAS	594	480.000
TOTAL	1.565	151.433.700

Fonte: ICMBio, 2012.

O modelo das Unidades de Conservação brasileiro deriva da concepção de áreas protegidas construída no século passado nos Estados Unidos da América (EUA). A ideia baseia-se na necessidade de conservar parcelas da natureza em seu estado originário em relação ao avanço da civilização, com base na dicotomia ser humano/natureza.

Devido à existência de grandes áreas desabitadas nos EUA, naquela época, esse modelo podia ser relativamente adequado para o país (DIEGUES, 1996). No entanto, quando implantado no Brasil, gera conflitos tendo em vista que até mesmo as áreas consideradas *isoladas* abrigam populações que, de maneira geral, dependem da exploração dos recursos naturais.

No Brasil, o governo, considerando os compromissos assumidos ao assinar, em 1992, a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) com seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias (BRASIL, 2006).

É importante destacar que no PNAP, o termo “Área Protegida” abrange, além das Unidades de Conservação da Natureza, as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas, e em todas elas as questões de injustiça ambiental e segurança territorial são temáticas relevantes. Entretanto, atualmente, a gestão dessas áreas no Brasil está bastante fragmentada, porque estão em ministérios diferentes.

Barreto Filho (2001), ao entrevistar Maria Tereza Jorge Pádua,⁸ recupera o momento histórico, na década de 70, de consolidação do termo Unidades de Conservação na história ambiental brasileira, ressaltando que, “como deixam entrever depoimentos produzidos em entrevistas com pessoas que ocuparam posições de formulação e execução de políticas de conservação da natureza no Brasil nesse período, essa consolidação terminológica não se deu sem embates e sem um esforço deliberado de diferenciação e especificação”.

Henyo Barreto: Uma coisa que eu gostaria de saber é quando é que surge o termo, o conceito de unidade de conservação [...]?

Maria Tereza: [...] O termo unidade de conservação - que todo mundo diz que fui eu que criei - é óbvio que não fui eu que criei. *Mas foi o termo que eu quis firmar*. Vou te falar por que. Porque a nossa legislação toda ela fala em *áreas de proteção*, que a própria legislação orgânica determina. O Código Florestal fala “é proibido ao longo dos rios, com não sei quantos graus de declividade, no topo dos morros, etc.” Isso são *áreas de proteção*, certo? A própria legislação orgânica impede o uso direto. A própria legislação orgânica protege. [...] Então, isso confundia muito com as *unidades de conservação*, com as *categorias de manejo de unidades de conservação*. *E como eu era a Diretora responsável, eu pude firmá-lo. Coloquei em toda a legislação e fiz com quê*. Até hoje, no Brasil, já se fala, nas universidades, em unidades de conservação. *Eu acho que*

⁸ Maria Tereza Jorge-Pádua, ex-Chefe do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes da Divisão de Pesquisa e Proteção à Natureza do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

eu consegui firmar o termo. Mas isso surgiu [...] mais que tudo para diferenciar das áreas de proteção da própria legislação orgânica. [...] Essa separação, sim, foi obra minha. Eu fiz questão absoluta de separar.

Henry Barreto: Em que momento isso ocorreu?

Maria Tereza: Ah, isso ocorreu no primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação [em 1979]. Já saiu unidades de conservação. Já começou por aí. O decreto que regulamenta os parques nacionais no Brasil [de 1979]. Quer dizer, *toda normatização que nós fomos fazendo, eu já fui pondo o termo, em vez de áreas protegidas* [09.01.1998].

(BARRETO FILHO, 2001, p. 15).

Em 2000, o SNUC estabeleceu a definição de dois Grupos de Unidades de Conservação da Natureza: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, cada uma com diversas categorias de manejo.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei, enquanto que o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Quadro 2 - Categorias de Manejo de Unidades de Conservação federais por Grupo.

CATEGORIAS DE MANEJO	GRUPO
REBIO = 31 ESEC = 32 PARNA = 73 MONA = 3 RVS = 7	Grupo de Proteção Integral
APA = 33 ARIE = 16 FLONA = 67 RDS = 2 RESEX = 62	Grupo de Uso Sustentável
TOTAL = 353	

Fonte: CNUC/MMA, 2016.

O Grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Estação Ecológica (ESEC);
- II - Reserva Biológica (REBIO);
- III - Parque Nacional (PARNA);
- IV - Monumento Natural (MONA);
- V - Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

Enquanto que constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Área de Proteção Ambiental (APA);
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE);
- III - Floresta Nacional (FLONA);
- IV - Reserva Extrativista (RESEX);
- V - Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

No que diz respeito à sua criação e gestão, as Unidades de Conservação podem existir nos níveis municipal, estadual e federal. O Quadro 2, acima, mostra aquelas de nível federal, como é o caso da Estação Ecológica da Terra do Meio, a EETM, que é o foco desta tese. As Unidades de Conservação federais estão distribuídas em todo o território nacional, agrupadas em Coordenações Regionais (CR), conforme Quadro 3:

Quadro 3 - Número de Unidades de Conservação federais por coordenação regional.

COORDENAÇÕES REGIONAIS DO ICMBIO	
CR-01 (Porto Velho/RO)	35 UCs
CR-02 (Manaus/AM)	27 UC
CR-03 (Itaituba/PA)	24 UC
CR-05 (Parnaíba/PI)	18 UC
CR-06 (Cabedelo/PE)	34 UC
CR-07 (Porto Seguro/BA)	29 UC
CR-08 (Rio de Janeiro/RJ)	34 UC
CR-09 (Florianópolis/SC)	41 UC
CR-10 (Chapada dos Guimarães/MT)	10 UC
CR-11 (Lagoa Santa/MG)	27 UC

Fonte: ICMBio, 2014.

O ICMBio é o órgão governamental correspondente à instância máxima na gestão das UC federais e que abrange o quadro funcional de analistas ambientais e

chefes de unidades que trabalham nessas UC. E é nessa instância superior que tudo se resolve em termos das decisões finais relativas à criação e à manutenção das Unidades federais. Durante a pesquisa, estive diversas vezes na sede do ICMBio, em Brasília, tendo a oportunidade de ver “por dentro” o trabalho dos analistas ambientais lotados nessa sua “central”. E também de observar como as demandas que o chefe levava de sua unidade iam sendo encaminhadas para as diversas coordenações e diretorias ali. Isso está relacionado aos “dramas e manhas do gestor” conforme será desenvolvido no capítulo 6.

1.2 Altamira em tempos de Belo Monte e de Belo Sun

O Núcleo de Gestão Integrada em Altamira (NGI Altamira), localizado às margens do Rio Xingu e que sedia o escritório da EETM, sedia também o escritório das outras UC da região (Parque Nacional da Serra do Pardo, Reserva Extrativista do Xingu, Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, Reserva Extrativista Verde para Sempre e Reserva Extrativista do Iriri), bem como o escritório do IBAMA.

Altamira, a cidade onde se localiza o Escritório da EETM, conforme Figura 2 a seguir, viveu no período da minha pesquisa profundas modificações que vêm ocorrendo em função da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, a partir de 2011, envolvendo um complexo processo de licenciamento ambiental, com forte repercussão nacional e internacional, e gerando inclusive inúmeros trabalhos acadêmicos (OLIVEIRA, 2014; BRATMAN, 2014; ALMEIDA OLIVEIRA, 2016).

A partir de 2013, outro processo de licenciamento ambiental na Volta Grande do Xingu, desta vez da Mineradora Belo Sun, para a extração de ouro, vem gerando muita discussão. Por isso, embora a EETM se localize a montante de Altamira, de fato, as repercussões institucionais, políticas, sociais, culturais e econômicas dos dois grandes empreendimentos supracitados fizeram, durante todo o período da pesquisa, parte do cenário, como um pano de fundo.

Assim, na Amazônia Brasileira, novas dinâmicas territoriais vêm sendo geradas com a implementação de grandes projetos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e com o processo de licenciamento ambiental da Mineradora Belo Sun.

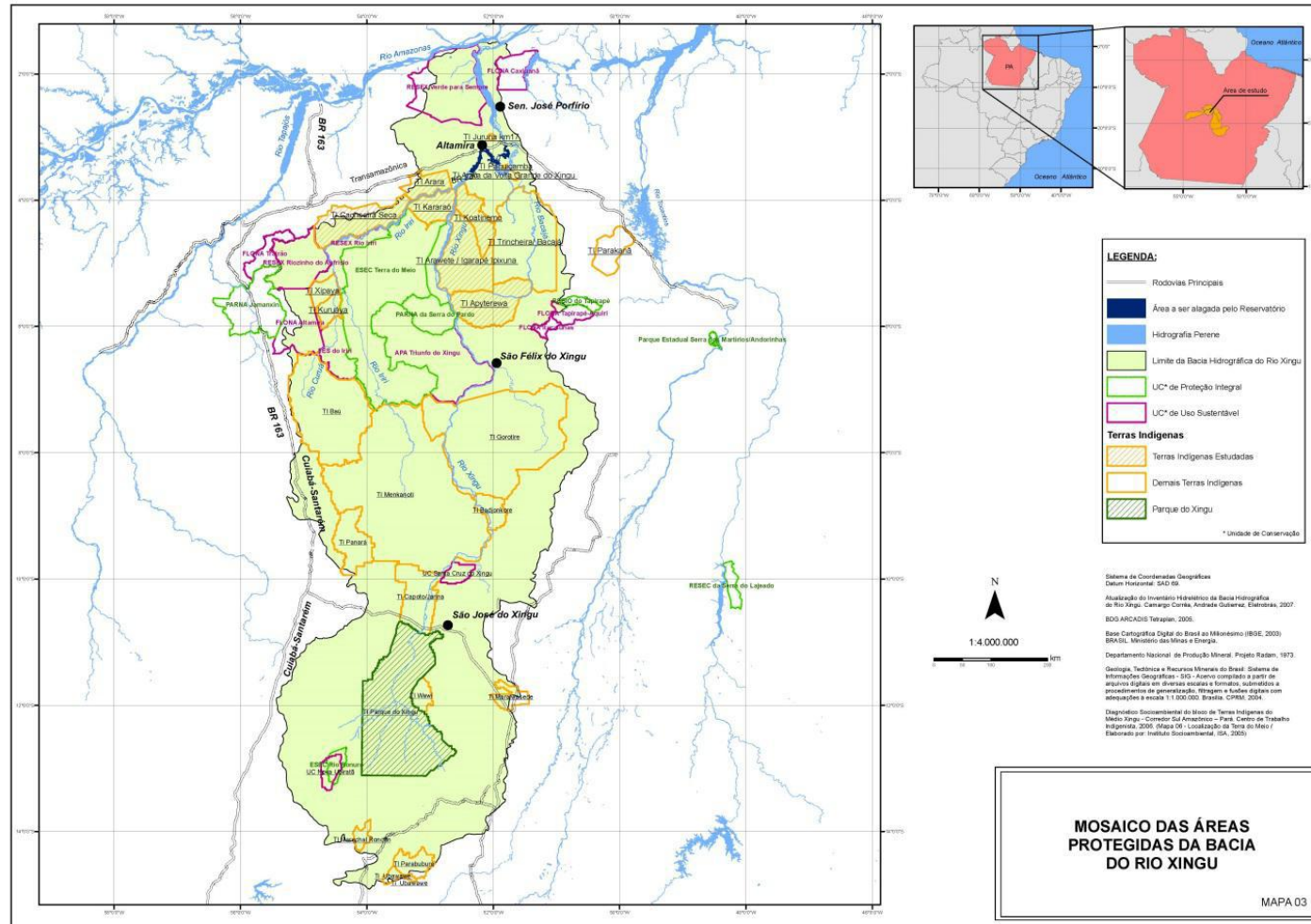
A instalação da usina resulta em drásticas modificações do meio natural, com barramento de rios, formação de reservatórios, redução de vazão de um grande

trecho do rio Xingu, supressão da vegetação, alterações da dinâmica hidráulica do rio, dentre outras inúmeras alterações da paisagem. Tais alterações repercutem na forma de apropriação dos recursos naturais, na interação do homem com seu meio, nas relações socioculturais e econômicas estabelecidas pela população local, afetando, assim, sobremaneira direitos territoriais (IPEA, 2015).

Belo Monte e Belo Sun juntas têm impactos sinérgicos, e os riscos socioambientais locais e globais que causam tornam-se ampliados. Mas apesar de o local do projeto de extração minerária previsto pela Mineradora Belo Sun estar na Área de Diretamente Afetada (ADA) e na Área de Influência Direta (AID) de impacto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, conforme pode ser visto na Figura 3, tal fato não foi citado pelo Estudo de Impacto Ambiental referente a ela (ISA, 2013).

O fato de que a área em que o ouro se encontra – e na qual as famílias dos garimpeiros residem desde a década de 1940 – estar sendo pleiteada para ser a base de extração da empresa, a cerca de 13 km de distância da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a jusante do rio Xingu, aumenta ainda mais os riscos ambientais. Pois, por um lado, as explosões para a extração de ouro da Belo Sun Mineração podem provocar algum dano na estrutura da barragem, e por outro lado, as enchentes sazonais comuns no regime hídrico da Amazônia, poderiam inundar a estrutura da mineradora, o que poderá levar para o curso do rio Xingu e do rio Amazonas os componentes químicos deletérios provenientes do rejeito da mineração do ouro.

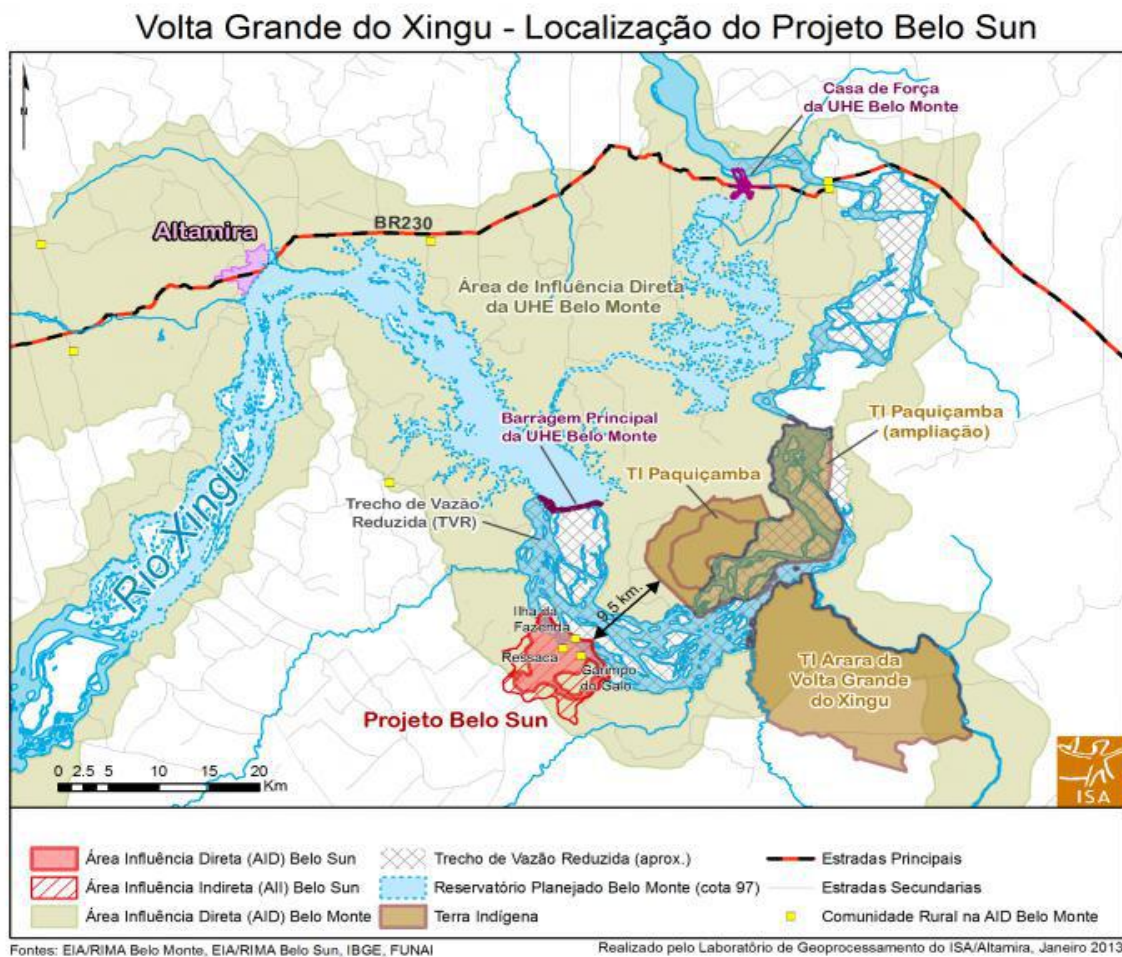
Figura 2 - A localização de Altamira na Bacia do Rio Xingu.



Fonte: ISA, 2015

De um lado, a empresa Belo Sun Mineração Ltda. – que é a subsidiária brasileira da Belo Sun Mining Corporation, empresa canadense pertencente ao grupo Forbes & Manhattan Inc. – deu entrada ao processo de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, com a intenção do que seria a “implantação de empreendimento de lavra e beneficiamento de ouro que corresponderia ao maior projeto de exploração deste metal no país, na modalidade de mina a céu aberto.” (ISA, 2013, p. 1).

Figura 3 - Sinergia entre Belo Monte e Belo Sun.



Fonte: ISA, 2013.

A informação acima foi confirmada pela entrevista de Hélio Botelho Diniz, vice-presidente de Operações da Belo Sun no Brasil, acessada no site da Forbes & Manhattan: “Uma das maiores conquistas do grupo no Brasil foi o Projeto Volta Grande, direcionado à produção de ouro no estado do Pará, com a Belo Sun Mining.

(...) Estamos na fase final dos estudos e licenciamento ambiental para iniciar a produção em 2015-2016.” (GAVAÇA, 2016).

O principal argumento a favor da mineradora é o pagamento de vultosos impostos aos cofres públicos, mas a mineração canadense vem sendo ao mesmo tempo duramente criticada, por autores como Sacher (2010), à luz do provocativo conceito de Mineralo-Estado (numa analogia ao Narco-Estado⁹), que qualifica a jurisdição canadense como um Estado que permite o enriquecimento de uma oligarquia mineral, pondo o aparato estatal a seu serviço, levando à concentração das riquezas minerais do país em poucas mãos, enquanto que os custos socioambientais são transferidos ao público, quase sistematicamente; ou, como no caso em questão, às comunidades locais dos países nos quais os empreendimentos se localizam.

Do outro lado, os garimpeiros da Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Gallo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda (COOGRIF), na região da Volta Grande do Xingu, têm a seu favor o Relatório Territorial da Região do Médio Xingu (IPEA¹⁰, 2015), que apresenta uma análise dos conflitos fundiários na região. Os autores do referido relatório advertem que, tendo o cuidado de não elaborar uma apologia do garimpo de pequena escala em contraposição à mineração de larga escala, o estudo afirma que, na Vila Ressaca e imediações, o que foi desenvolvido historicamente é de fato uma atividade de garimpo de pequena escala e sem as grandes degradações ambientais e problemas sociais recorrentes em outros casos de garimpo na Amazônia. E que o contingente de trabalhadores é composto por pessoas que se fixaram na região, formando comunidades e se organizando em uma cooperativa para defender seus interesses e direitos, os quais estão seriamente ameaçados pelos grandes empreendimentos. E cita o depoimento abaixo:

⁹ O termo *narco-estado* se aplica a países cujas instituições políticas se encontram significativamente influenciadas pelo tráfico de drogas, e cujos líderes desempenham simultaneamente cargos como funcionários do governo e são membros das redes de tráfico de entorpecentes ilegais, amparados pelos respectivos poderes legais.

¹⁰ O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil. Fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro. E disponibiliza para a sociedade pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Aqui não tem assassino. A gente é trabalhador! Ninguém quer andar de carrão e de helicóptero, não é essa a intenção. A gente quer sobreviver, a gente quer poder pagar nossas contas, poder dar estudo pros nossos filhos. Poder ter uma casa com luz, com televisão, com energia, que nem já tem, comer, é viver! Eles estão tentando nos encurralar. (...) A gente tá sabendo da jogada deles. É um grupo de empresários, com prefeito, vereador, essa raça aí, e desestimular os pequenos! É isso que tá acontecendo na nossa região. A gente pede que as autoridades competentes que possam tomar a cargo da situação pra resolver nosso problema aqui. Porque a região tá sofrendo (depoimento – grupo da Vila da Ressaca). (IPEA, 2015, p.58).

Diante dos processos de licenciamento na Volta Grande do Xingu, que têm na cidade de Altamira o palco dos embates, pode-se fazer um paralelo da posição das populações locais sujeitas às artimanhas desses processos com a posição das mesmas populações quando se trata da gestão – que se quer participativa – das UC, que desenvolverei no Capítulo 2.

1.3 A Terra do Meio: entre o desflorestamento e a conservação

O Rio Iriri é um dos mais importantes tributários do Rio Xingu e as terras que ficam entre os dois rios tornaram-se conhecidas regionalmente como “Terra do Meio”. Localizada no estado do Pará, a região já passou por vários ciclos econômicos, tais como a extração de látex das seringueiras e o comércio de peles de animais, em especial de felinos, como a do gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*) e a da onça pintada (*Panthera onca*). Neste início do século XXI, por um lado, a região vinha sofrendo uma forte pressão antrópica, por ação de madeireiros, garimpeiros e pecuaristas e, por outro, organizações não governamentais, universidades, órgãos de classe, sindicatos, entre outros, organizavam eventos e manifestos solicitando a criação de áreas protegidas na região (WWF, 2014, p.23).

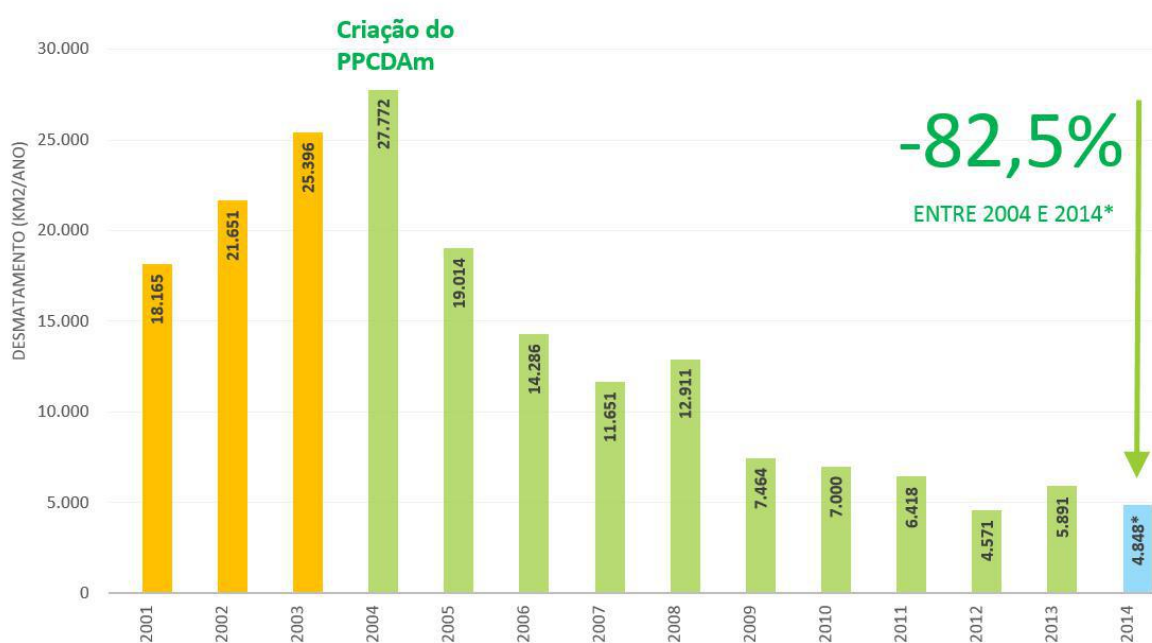
O desmatamento da Amazônia correlaciona-se com o processo de ocupação em curso desde a década de 1970 e com a abertura de longas rodovias em meio à floresta, algumas pavimentadas. Expressivos contingentes populacionais, vindos em diferentes proporções, do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, chegaram atraídos pelas políticas de colonização do governo.

Os novos povoados, que foram surgindo aos poucos, se expandiram até se constituírem em sedes de novos municípios. Em alguns desses municípios, a denominação revela sua origem associada a empresas de exploração, a exemplo de

Vila Canopus, em São Félix do Xingu, no entorno da EETM, com o nome da Mineradora Canopus, que extraía cassiterita na região.

Estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) provenientes do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) demonstram que, no estado do Pará, historicamente marcado por elevadas taxas de supressão da vegetação, o ano de 2004 foi o ápice desse processo, como pode ser observado na Figura 4 a seguir.

Figura 4 - Gráfico do desmatamento por corte raso por estado – Pará. (Km²/ano).



Fonte: MMA, 2015.

Os relatos ouvidos na região da EETM são unânimes em apontar o assassinato da missionária americana “Irmã Dorothy” como uma força propulsora que levou o governo brasileiro a acelerar o atendimento aos pleitos das forças favoráveis à conservação da natureza, que já vinham se organizando para a criação de um mosaico de áreas protegidas (ISA, 2003), que passou a ser conhecido como Bloco da Terra do Meio.

A citação abaixo, de trecho do memorando dirigido ao consultor jurídico do MMA, que consta nos autos do processo de criação da EETM, de 15/02/2005,

apenas dois dias antes do decreto de criação da UC, confirma os relatos dos moradores.

Como é de conhecimento de V. Sa, a Presidência da República vem preparando um conjunto de medidas com o fim de controlar a ocupação desordenada, o desmatamento ilegal e a violência no campo no Estado do Pará, medidas estas que assumiram um caráter de máxima urgência com o assassinato da missionária Dorothy Stang” (MMA, 2005).

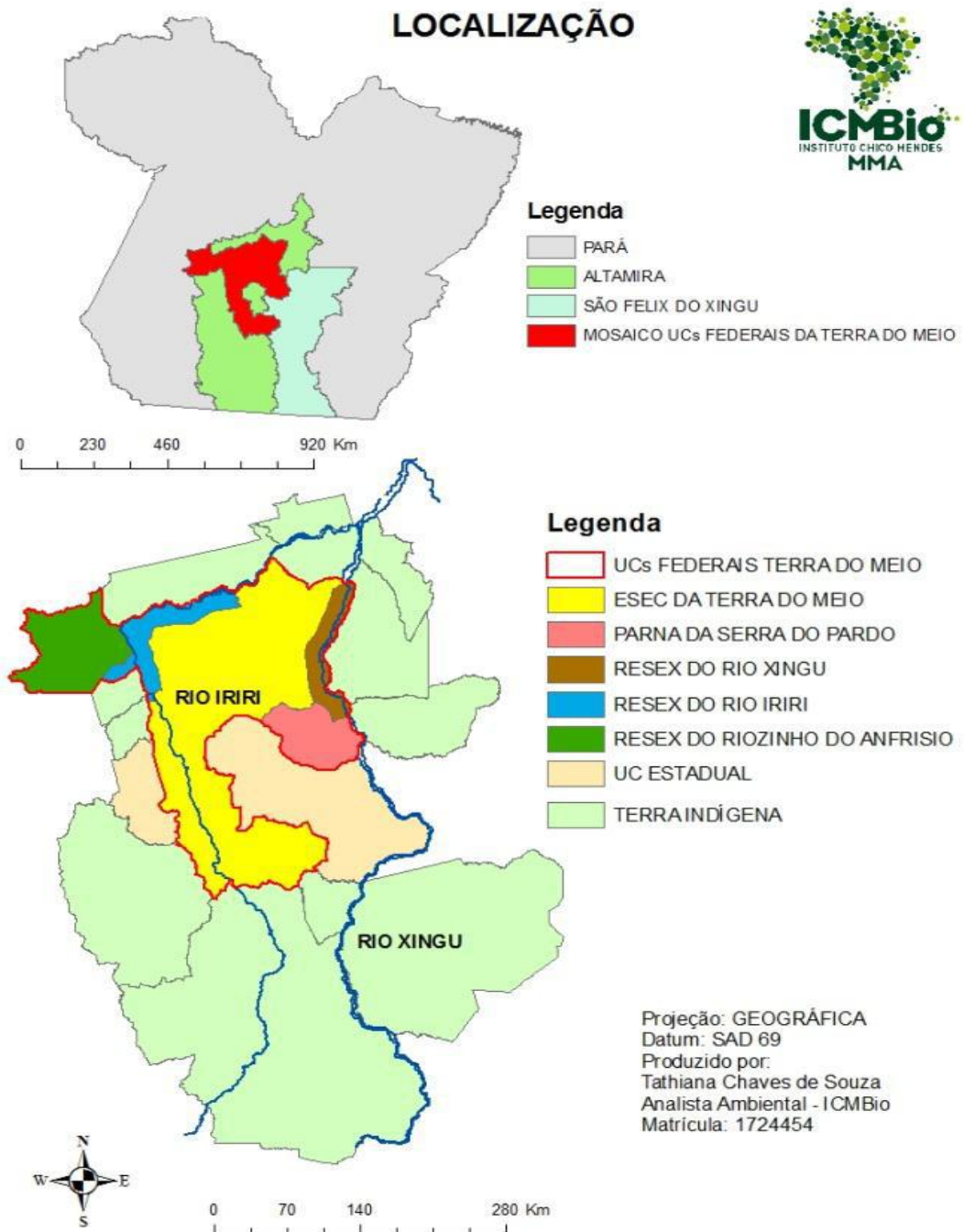
No processo de criação da UC não encontramos referência às decisões técnicas que levaram à definição do formato final do território que foi decretado como EETM. Mas podemos inferir, pela bibliografia básica da biologia da conservação, que o modelo utilizado para desenhar o conjunto de áreas protegidas que atualmente formam o Bloco da Terra do Meio corresponde ao que os pesquisadores designam como Fonte-Sumidouro (PULLIAM, 1988).

Trata-se de alocar no centro do bloco de áreas protegidas as UC das categorias de manejo mais restritivas, pertencentes ao Grupo de Proteção Integral – no caso, a EETM e o Parque Nacional da Serra do Pardo (PNSP) e, no seu entorno, as áreas nas quais é permitida a ocupação humana, como as Unidades de Conservação do Grupo de Uso Sustentável e as Terras Indígenas – no caso, as diversas áreas que aparecem na Figura 5.

Os objetivos de uma Estação Ecológica são a preservação dos recursos naturais, a pesquisa científica e a educação ambiental. No caso em questão, justaposta à EETM encontra-se a área do PNSP, também do Grupo de Proteção Integral, categoria que, dentre seus objetivos, inclui a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

A EETM está localizada em áreas dos municípios de Altamira e de São Félix do Xingu, com aproximadamente 3.373.111,00 hectares, uma área quase do tamanho do estado do Rio de Janeiro, enquanto que o Bloco da Terra do Meio totaliza 6.546.340,60 hectares, maior do que alguns estados brasileiros, tais como o Rio Grande do Norte ou a Paraíba (SOUZA, 2013).

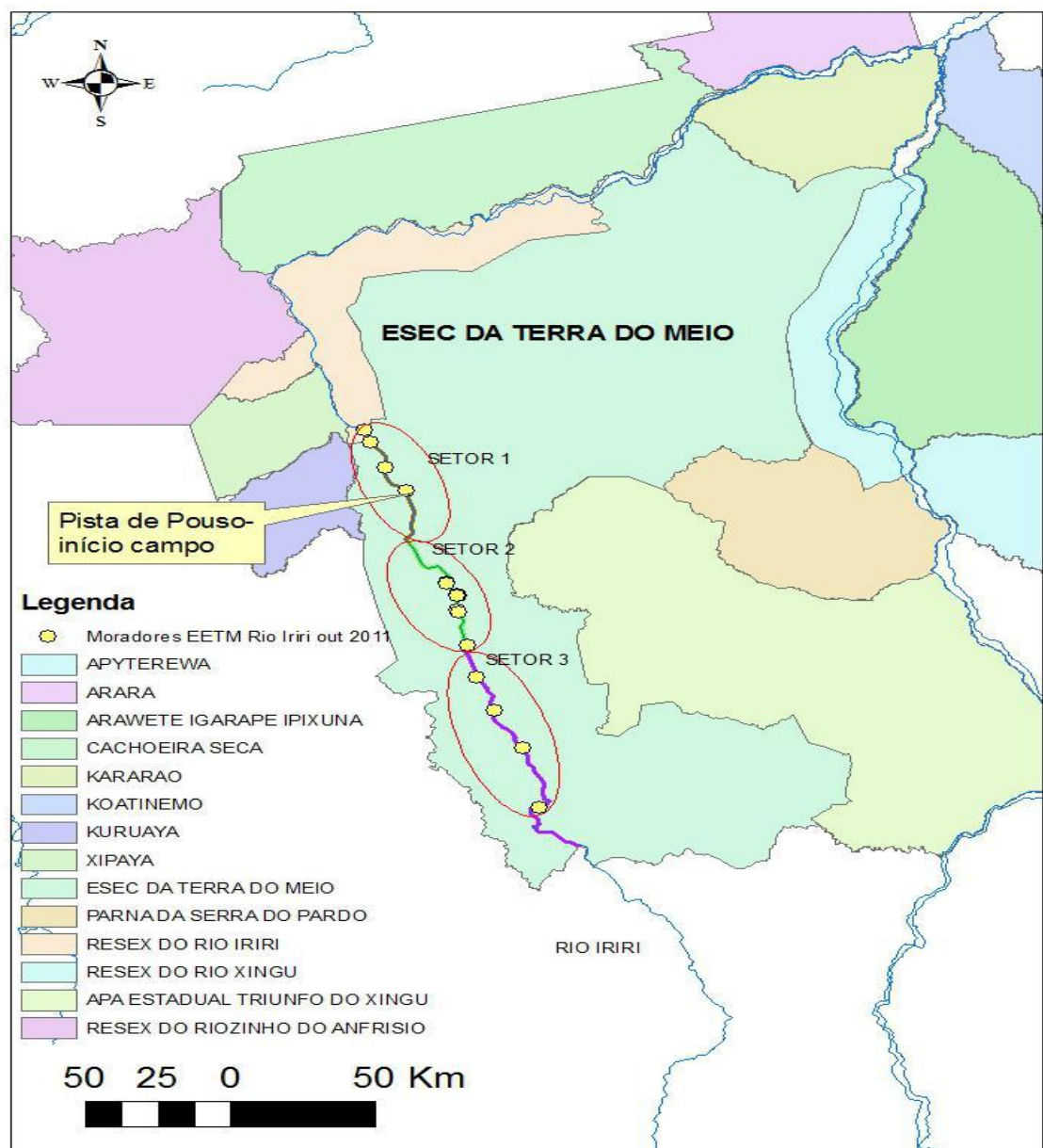
Figura 5 - Áreas Protegidas do Bloco da Terra do Meio.



Fonte: SOUZA, 2013.

A EETM está também circundada por várias UC do Grupo de Uso Sustentável: três Reservas Extrativistas federais, uma Área de Proteção Ambiental estadual e uma Floresta Estadual; bem como, por várias Terras Indígenas, como as dos Xipaya, a dos Kuruaya e a Cachoeira Seca, entre outras, conforme ilustrado em maior detalhe na Figura 6.

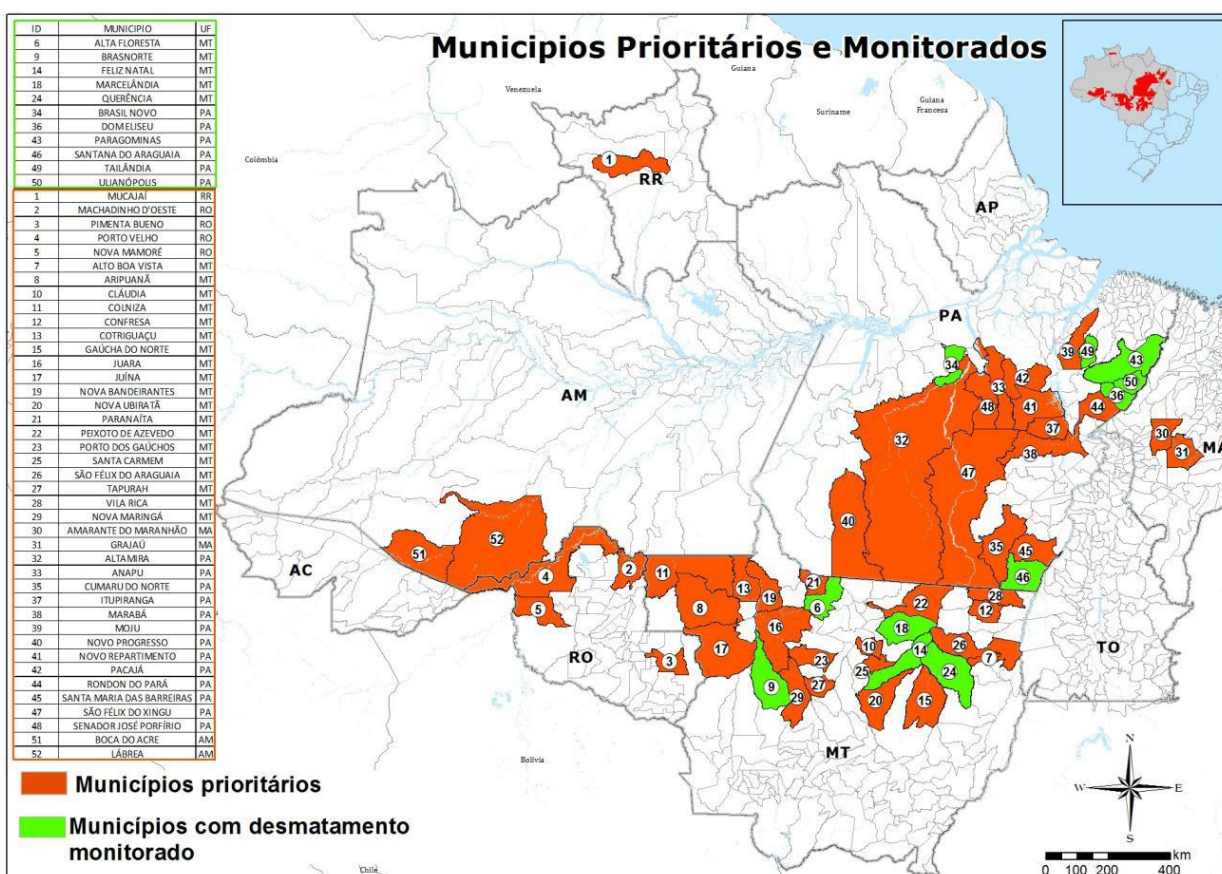
Figura 6 - A Estação Ecológica da Terra do Meio e o seu entorno.



Fonte: SOUZA, 2013.

Essa região, que representa 8,67% da área de Unidades de Conservação do Brasil, por um lado, é considerada área prioritária para a conservação da natureza pelo governo brasileiro e pela comunidade internacional e por outro, está adjacente ao conhecido Arco do Desflorestamento, que se estende desde o oeste do estado do Maranhão, passando por Tocantins, parte do Pará e do Mato Grosso, todo o estado de Rondônia, o sul do Amazonas chegando ao Acre (Figura 7). Também está próxima a obras de infraestrutura energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sendo, por conta disso, área de intensos conflitos fundiários e socioambientais (MMA, 2014).

Figura 7 _ Arco do Desflorestamento.



Fonte: MMA, 2014

A segunda maior UC do Brasil, e a maior UC que tem como objetivo a pesquisa científica não obteve até o momento da publicação desta tese, as

condições necessárias para a sua devida implantação como poderá ser visto no decorrer deste trabalho, o que demonstra o descompromisso do governo brasileiro com ações efetivas para o enfrentamento das mudanças climáticas.

A minha convivência com os moradores da EETM e de seu entorno se deu de formas e em intensidades variadas, considerando-se que eu acompanhava a chefe dessa UC, de julho de 2011 a dezembro de 2014, exercendo graus diversos de convívio, em diferentes circunstâncias e com diferentes grupos dentro da Estação, em razão das demandas da própria gestão. Em momentos diversos, na condição de observadora e colaboradora dos processos de gestão, usufruindo assim de níveis de convivência também de diversas intensidades e com diversos grupos de moradores.

No caso destas vivências, a minha aproximação deu-se, ao mesmo tempo em que acompanhavam, em escalas variadas, ações da gestão tais como: reconhecimento das populações residentes; realização de cadastramentos e diagnósticos; preparação para a formação do Conselho Consultivo da EETM e a própria criação do Conselho; e expedições a diferentes áreas para fins de sinalização do território, bem como de discussão e ajustes com os moradores visando a confecção do Termo de Compromisso e a elaboração do Plano de Manejo, dentre outros instrumentos do que se pretende que seja uma gestão participativa.

Tais visitas e expedições foram financiadas por diferentes projetos e instâncias, tais como: o Projeto Ameaças à Conservação da Biodiversidade na EETM - 2011 e 2012 (Diretoria de Bioversidade do ICMBio); o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); o Projeto Terra do Meio (Cooperação Internacional com a União Européia); e por instituições parceiras como o World Wildlife Fund (WWF Brasil).

O recurso a tais fontes de financiamento para contar com a parceria de outras instituições era justificado porque, apesar da EETM ser a segunda maior Unidade de Conservação federal do Brasil, a chefe da Estação era então a única servidora do ICMBio lotada e em atividade na UC a partir de 12/07/2012, no período em que transcorreu a nossa pesquisa. Assim, captar recursos para viabilizar a logística necessária à participação de profissionais de outras entidades parceiras foi a estratégia encontrada para superar a falta de recursos humanos.

A partir de 2013, fui aprendendo a exercer nessas diferentes expedições à EETM uma “atitude etnográfica”, seguindo uma perspectiva cara à antropologia

social. Inicialmente o olhar etnográfico foi voltado para residentes da EETM como atores sociais que se tornavam os meus sujeitos de pesquisa, e as viagens foram se tornando o meu “campo”, me propiciando experiências totalmente novas por meio das quais, eu me relacionava com o universo aqui referido.

Conforme a questão de pesquisa ia se tornando mais clara para mim, Tathiana e os outros chefes das UC federais da Terra do Meio, com os quais eu tinha contato, sobretudo no NGI de Altamira e nas reuniões do conselho, passaram a ter um novo interesse para mim, na qualidade de sujeitos da investigação. A tal ponto que a estratégia de pesquisa passou a incluir entrevistas com eles e com outros atores sociais envolvidos com a gestão.

Após as chegadas via voos comerciais do Rio de Janeiro para o estado do Pará, fossem por Belém, Marabá ou Altamira, as viagens que se seguiram em direção ao território da Estação e dentro dele, por voos em pequenos aviões fretados, ou por rios em lanchas “voadeiras”, ou por terra em caminhonetes com tração nas quatro rodas, trouxeram-me imagens especialmente vivas de uma Amazônia com fisionomias diversas.

Conforme as viagens se davam nos ares, nos rios, ou nos caminhos em terra – devido à baixa altitude na qual os pequenos aviões voavam e em razão de tudo aquilo que podia vislumbrar às margens dos rios pelos quais as lanchas deslizavam e às margens das estradas (em geral precaríssimas) pelas quais os veículos trafegavam –, já podia distinguir diferentes fisionomias da Amazônia, cuja correspondência depois iria constatar na própria EETM e seus tipos de habitantes.

As viagens por terra e com a visão de pastos e da floresta desmatada nos levavam à região dos *colonos* da Estrada Transiriri, enquanto que as viagens por cima da floresta e pelos rios nos levavam à região dos *ribeirinhos* do Rio do Iriri. Nas primeiras, os componentes da expedição ficavam hospedados em fazendas que nos davam pouso ou ofereciam varandas e quintais para armarmos redes e barracas; e nas últimas, ficávamos em acampamentos na beira do rio, hospedados na “ex-Pousada do Iriri” (onde há uma pista de pouso) e/ou nas casas dos *ribeirinhos* às margens do Rio Iriri.

A “Pousada do Iriri” era originalmente uma pousada de pesca esportiva, hoje embargada pelo ICMBio. Apesar do embargo, o proprietário disponibilizava, assim como a absoluta maioria dos moradores da região, sua propriedade para hospedar

os integrantes de equipes de pesquisa, bem como para acolher as atividades do ICMBio que envolviam a comunidade.

Ao mesmo tempo em que travava conhecimento com certa parte da Amazônia que eu ainda não conhecia, travava também conhecimento com esses seus habitantes e com o drama que passou a constituir para eles o fato de habitarem na área em que foi criada a EETM. Que, conforme pode ser visto na Figura 8, proibiu todas as atividades de subsistência que, tradicionalmente, eram desenvolvidas pelas famílias residentes.

Figura 8 - Sinalização no período da administração do IBAMA.



Fonte: A autora, São Félix do Xingu, 2013.

Na pesquisa de caráter etnográfico, os antropólogos chamam a atenção para a importância que as “entradas em campo” podem adquirir em termos das revelações que propiciam nos primeiros contatos com o universo pesquisado (PRADO, 1995). Assim é que posso me referir a essas diversas “chegadas” à EETM

como reveladoras de aspectos físicos e sociais diferenciados e que são básicos para a compreensão da realidade e das questões que envolvem a existência dessa Estação Ecológica.

De acordo com a viagem, ao nos afastarmos das zonas urbanas, pude observar um contraste completo. Saindo de Marabá, indo em direção a São Felix do Xingu, só pasto e boi, numa parte já desmatada da Amazônia onde esqueletos enegrecidos das árvores lembram as esculturas de Franz Krajcberg, como mãos dramáticas estendidas para um céu espetacular e, aqui e ali, solitárias e monumentais castanheiras vivas, conforme Figura 9.

Figura 9 - A paisagem na Estrada Transiriri.



Fonte: A autora, São Félix do Xingu, 2013.

Saindo do cais do Rio Xingu, no centro de Altamira, um cenário oposto e harmônico, víamos as cores intensas das aves, das águas, da vegetação densa e do céu. O som das aves, das águas do rio, do vento e o monocórdico barulho do motor da voadeira ao fundo. As casas dos *ribeirinhos* cada vez menos frequentes ofereciam à nossa percepção uma opção de existência humana possível de ser coadunada com a preservação dos ecossistemas naturais.

Do alto, quando o pequeno avião se afastava alguns minutos de Altamira, deixando para trás o cenário urbano, e depois o rural, ia gradualmente se consolidando a visão de um imenso dossel de árvores em vários tons de verde, e era reconfortante ver que em algum lugar do mundo, uma floresta daquele porte ainda está em pé. Como pode ser visto na Figura 10. E isto me fazia me sentir corresponsável pela permanência daquele existir.

Figura 10 - Sobrevôo da Estação Ecológica da Terra do Meio.



Fonte: A autora, Altamira, 2013.

Como já colocado na introdução, posso dizer que todas as maneiras como cheguei e entrei na EETM fizeram com que me sentisse “afetada”, no sentido em que coloca Favret-Saada (1990) o que foi ocorrendo cada vez mais na medida em que interagíamos com os diferentes segmentos de moradores da Estação.

“Ser afetado”, na concepção utilizada por Favret-Saada (1990), ao relatar seu trabalho sobre a feitiçaria no Bocage francês – que a levou a reconsiderar a noção de afeto e a mostrar o interesse em trabalhá-la para apreender uma dimensão que vê como central no trabalho de campo – é justamente a modalidade que explica como pude me sentir na pele deles, bem como compartilhar os seus dramas; e as reflexões que fazíamos juntos implicavam num senso de responsabilidade da minha parte, por aquela situação, responsabilidade essa que também motiva esta pesquisa, e quiçá seus possíveis desdobramentos.

2 DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Trato aqui de três pontos que podem ser relacionados entre si ao considerarmos a gestão de Unidades de Conservação no que diz respeito à proposta da participação das populações locais, valorizada como um princípio na gestão das UC. De um lado, no item 2.1 abordo os ardis que envolvem essas populações no contexto dos processos de licenciamento ambiental e que guardam uma semelhança com os percalços enfrentados pelas mesmas populações a propósito da criação e implementação de áreas protegidas nos territórios que habitavam originalmente. De outro lado, no item 2.2 trato dos avanços e dos desafios implicados na criação e manutenção dos Conselhos das UC, que deveriam significar a realização da pretendida participação das comunidades locais concernidas. E na mesma linha, no item 2.3 abordo os desafios da comunicação entre saberes diferenciados, focalizando a lógica dos gestores das UC e a lógica dos moradores locais; com base no caso da EETM, coloco a possibilidade de integração dos saberes na perspectiva da intercientificidade, conforme Little (2002).

2.1 As artimanhas em processos de licenciamento ambiental

Utilizo o conceito de “artimanha” – definido pelo Dicionário Aurélio (2015) como “procedimento ou ato de astúcia dolosa” – nos estudos sobre processos de licenciamento ambiental (MELLO; MARTINS; NEFFA, 2015). para nomear algumas táticas, através das quais, as empresas ganham força para constranger os atores sociais e/ou burlar a legislação vigente. Em todos os aspectos a seguir apontados pode-se reconhecer uma analogia com as situações às quais estão sujeitos os residentes de Unidades de Conservação na sua relação com o Estado, via os órgãos ambientais, como ilustram as condições encontradas na EETM.

As artimanhas têm intenção de dolo – e são, geralmente, tecnicamente bem elaboradas, e por isso, dificilmente inteligíveis para o cidadão comum. A utilização do conceito de artimanha nas audiências públicas e em conselhos de UC auxiliam o

cidadão leigo a entender como alguns licenciamentos são concedidos pelos órgãos licenciadores, embora estejam em desacordo com a legislação vigente

Uma primeira artimanha, relatada por moradores locais e que vem sendo utilizada pelas grandes empresas no Brasil é a cooptação de cientistas para realizar os estudos ambientais necessários aos processos de licenciamento ambiental, o que é feito de forma bastante sutil.

Segundo os atores sociais da região da Volta Grande do Xingu, os empreendedores identificam pesquisadores renomados e contratam seus trabalhos de formas variadas: ora oferecendo “bolsas” para professores de universidades públicas que trabalham em regime de dedicação exclusiva; ora financiando projetos de pesquisa de interesse das universidades, mas que contêm “cláusulas de confidencialidade” com a empresa; ora contratando pessoas físicas ou jurídicas para atuarem como “laranjas¹¹” dos pesquisadores. Por meio dessa artimanha, os empreendedores silenciam atores sociais que poderiam fazer críticas ao empreendimento, de forma que o direito difuso ao meio ambiente equilibrado fica em segundo plano, frente aos interesses econômicos imediatos individuais e empresariais.

Uma segunda artimanha é a inexistência ou o aparelhamento¹² dos fóruns de gestão participativa previstos na legislação ambiental, uma vez que na região da Volta Grande até o presente momento inexistente o Comitê de Bacia do Rio Xingu, previsto na Lei das Águas desde 1997.

O aparelhamento foi relatado pelos moradores da região da Volta Grande, reunidos numa aldeia da Terra Indígena Paquiçamba em março de 2016. Eles afirmam que a empresa Norte Energia, que é responsável por viabilizar a logística de funcionamento do Comitê Gestor do Trecho de Vazão Reduzida da Volta Grande do Xingu, não convoca com regularidade os membros do comitê.

Uma terceira artimanha observada é o que Acselrad (2013, p.110) chama de “chantagem de localização”, no sentido de que as grandes empresas podem aprisionar “parcelas importantes das populações locais no interior da ‘alternativa’ de

¹¹ Utilizado aqui no sentido de que o pesquisador produz a consultoria solicitada, mas o pagamento é feito em nome de outra pessoa, como, por exemplo, um irmão, um cônjuge ou um aluno.

¹² O termo "aparelhamento" aplica-se à tomada de controle de órgãos ou setores da administração pública por representantes de grupos de interesses corporativos ou partidários, mediante a ocupação de postos estratégicos das organizações do Estado, de modo a colocá-las a serviço dos interesses do grupo.

aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo – mesmo ao custo da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos – ou a não ter nenhuma fonte de renda apropriada.”

A Figura 11 mostra uma fotografia dos *outdoors* espalhados pela cidade de Altamira, na véspera do dia em que o órgão licenciador do estado do Pará anunciou que iria liberar a licença para a Mineradora Belo Sun. O parlamentar afirma sua atuação na obtenção da licença, o que não é uma prerrogativa do legislativo.

Figura 11 - Foto de *outdoor* na cidade de Altamira.



F

Fonte: Cristiane Carneiro, abril de 2016.

Uma quarta artimanha do capital é o sucateamento das instituições públicas, que deveriam representar os segmentos sociais mais frágeis. Na legislação ambiental brasileira, o Estado tem a prerrogativa do comando-controle; sendo assim, a função de reconhecer, implantar e gerir os territórios das populações tradicionais é tarefa do Estado. Adotamos para esta discussão, o conceito de população

tradicional utilizado pelo projeto que gerou uma publicação oficial do Ministério do Meio Ambiente, organizada por Diegues:

No projeto foram consideradas dois tipos de populações tradicionais: as indígenas e as não-indígenas. Apesar desses dois conjuntos de populações compartilharem conhecimentos comuns no que diz respeito ao conhecimento sobre a biodiversidade, há entre elas diferenças importantes, como já foi afirmado. (...) Mas, como explicitado, essas populações tradicionais não-indígenas (caiçaras, ribeirinhos, amazônicos, sertanejos) receberam forte influência indígena, que se revela não só nos termos regionais, como nas diversas tecnologias patrimoniais de preparação de alimento, cerâmica, técnicas de construção de instrumentos de caça e pesca. (DIEGUES, 2001, p 38, grifo meus).

Observa-se que as instituições públicas brasileiras responsáveis pelas Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação da Natureza e Territórios Quilombolas) – respectivamente, FUNAI, ICMBio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – não recebem o adequado suporte do Estado, seja pela falta de destinação adequada de recursos materiais, seja pela falta de recursos humanos destinados aos seus órgãos gestores.

Nesse quadro soma-se a assimetria de poder dessas populações tradicionais com a de seus representantes oficiais, em relação aos interesses econômicos em jogo, o que, perversamente, leva à desmoralização de tais órgãos frente à opinião pública, e aos processos de desterritorialização destas populações, que:

(...) associam-se fortemente às dinâmicas de acumulação ditas, por David Harvey (2008), por espoliação. Isto porque o capitalismo necessita incorporar territórios não capitalistas à produção de valor para enfrentar as crises de sobre-acumulação, encontrar escoadouro lucrativo para os capitais excedentes e estabilizar o sistema. Estes territórios devem ser, portanto, continuamente abertos para fornecer insumos, trabalho e terra a baixo custo. Constitui-se assim uma relação dialética entre a reprodução ampliada interna ao capitalismo e a expropriação desenvolvida fora do capitalismo. Como a relação é dialética, o “exterior” é condição indispensável do interior, constitutivo do próprio capitalismo. Como ela é contínua, Harvey (2008) prefere chamar a esta acumulação de “por espoliação” em lugar de primitiva. E o Estado tem papel crucial na subordinação deste “exterior.” (ACSELRAD, 2013, p.116, grifos nossos).

No caso do território brasileiro, podemos observar essa relação dialética, de desterritorialização, se dando de uma forma geral no eixo Sul-Norte, entre o “modo de vida urbano-industrial” e o “modo de vida tradicional.”.

O modo de vida urbano-industrial é o “interior”, que vive sob a “feitiçaria capitalista” (STENGERS y PIGNARRE, 2005, p. 39), de um sistema que paralisa e captura os atores sociais no interior de “alternativas infernais” (ACSELRAD, 2013) – situações que parecem não deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente ante a guerra econômica incontornável, e que necessita de espoliar o território das populações tradicionais para se apropriar dos seus recursos naturais. Recursos estes que se fazem necessários à manutenção do estilo de vida insustentável e consumista de seus habitantes e, sobretudo perdulário, de suas elites dirigentes, nacional e internacionalmente.

Uma quinta artimanha é a burocratização dos procedimentos administrativos que são necessários para que as comunidades locais tenham acesso aos direitos previstos por lei. Nesses casos, exige-se que os sujeitos em vulnerabilidade sociambiental tenham que solicitar por escrito, ou preencher formulários que são incompatíveis com sua escolaridade formal, em desrespeito a seus saberes tradicionais.

Essa artimanha torna-se ainda mais grave, ou poderíamos dizer mais eficiente, na medida das distâncias amazônicas, e da conjunção com a quarta artimanha, a do sucateamento das instituições públicas que têm a obrigação de reconhecer os seus direitos.

Para além dessas situações cujos interesses econômicos promovem todo tipo de ilegalidade, vale a pena citar um estudo etnográfico minucioso sobre as relações de poder, os discursos e interesses dos bastidores de processos de licenciamento ambiental, recentemente publicado por Bronz (2016), que demonstra a complexidade desses procedimentos administrativos no âmbito burocrático, os atores envolvidos (pesquisadores, consultores, representantes estatais e empresariais), focando especialmente as práticas e discursos empresariais de grandes empreendimentos:

De forma semelhante aos estudos técnicos, toda uma série de procedimentos que fazem parte do licenciamento é conduzida por uma estratégia deliberada, por parte dos empresários e seus assessores, para a construção de relações e redes voltadas para viabilizar a implantação dos empreendimentos. Essas estratégias se apoiam em uma série de mecanismos e tecnologias de gestão consagradas internacionalmente nos modelos empresariais, naturalizadas nas práticas dos consultores e internalizadas nos procedimentos de licenciamento: avaliações ambientais,

planejamento estratégico, abordagem de stakeholders, audiências públicas, medidas mitigadoras e programas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. (BRONZ, 2016, p. 48).

São várias as artimanhas, como as que foram descritas acima, que vêm sendo utilizadas por certos representantes/setores do Estado brasileiro coadunados com empresas nacionais e internacionais, para desrespeitar a legislação vigente, nos processos de licenciamento ambiental, em detrimento dos interesses nacionais e das populações locais, conforme observa Bronz:

As práticas empresariais de gestão adotadas nos processos de licenciamento ambiental, como vimos, costumam ser justificadas por um discurso ideológico que combina as moralidades corporativas da responsabilidade social com as estratégias propriamente empresariais de planejamento em termos econômicos. Não se pode negar que o discurso sobre a aplicação dessas abordagens acaba encobrindo uma relação de poder, ao decretar que os objetivos dos grupos de interesse são parte dos objetivos da própria empresa, ao impor genericamente tal nomeação para qualquer grupo social afetado por suas atividades. Em geral, com a adoção dessas abordagens, prevalecem os interesses das empresas sobre os das comunidades. (2016, p. 275)

Em cada uma dessas análises relativas às empresas/Estado de um modo geral, pode-se inferir uma análise semelhante no que se refere à relação entre os moradores de UC e o Estado. É o que indicam muitas situações observadas na EETM, como, por exemplo, a expectativa por parte das populações locais com relação a tudo aquilo que o órgão gestor/Estado, em diferentes momentos, fez ou prometeu fazer – envolvendo esses mesmos mecanismos aqui apontados.

2.2 Gestão participativa e conselhos nas Unidades de Conservação

Mesmo em um cenário nacional de dificuldades para a gestão de Unidades de Conservação, no Brasil avanços podem ser observados e, dentre eles, quero destacar o aumento da participação social em função da criação dos Conselhos de Unidades de Conservação.

Nesse contexto, com a criação da Lei do SNUC (BRASIL, 2002, Art. 29) as Unidades de Conservação passam a ser obrigadas a constituir um Conselho formado por representantes das instituições governamentais e não governamentais a elas relacionadas, para participar da sua gestão.

Desta forma, cada Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo representante do órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, de proprietários de terras quando for o caso, e das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

A representação da sociedade civil nesses conselhos deverá contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região, bem como representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

Cabe ao Conselho elaborar e aprovar regimento interno no prazo de 90 dias após sua oficialização, que é feita por meio de publicação em Diário Oficial de portaria específica.

A reunião dos conselhos de uma unidade de conservação deve ser pública, com pauta preestabelecida no ato da convocação e realizada em local de fácil acesso.

De todas as doze categorias de manejo existentes na Lei do SNUC, apenas as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), por se tratar de propriedade privada, não têm seus gestores indicados pelo poder público.

Os gestores, que são tratados pela nomenclatura oficial vigente como chefes de Unidade, são, pela legislação atual, os presidentes dos Conselhos das Unidades de Conservação.

Ao Conselho compete (BRASIL, 2002, Art. 20) entre outras competências, acompanhar o processo de criação, implementação e revisão do Plano de Manejo da Unidade; trabalhar para que os interesses dos diversos segmentos sociais sejam compatibilizados com os objetivos da Unidade de Conservação; integrar e aperfeiçoar a relação entre os atores envolvidos.

A constatação de que na última década o Brasil apresenta importantes avanços na criação de Conselhos de Unidades de Conservação se sustenta no fato

de que, em 2011, das 310 Unidades de Conservação federais, 220 já tinham Conselhos, totalizando 70,96%; e esses números continuaram crescendo. Em 2016, ainda segundo ICMBio¹³, das 326 Unidades de Conservação federais, 277 já tinham Conselhos, sendo 60 deliberativos e 217 consultivos.

Por isso, torna-se importante fazer uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades que estão postos à gestão participativa dessas Unidades de Conservação a partir dos próprios conselheiros.

Outro ponto que merece destaque positivo é o trabalho que foi desenvolvido pelo ICMBio para os seus analistas ambientais, nos Ciclos de Capacitação em Gestão Participativa, realizados na Academia para a Conservação da Biodiversidade (ACADEBIO), conforme pode ser visto no Anexo B e C. Segundo a chefe da EETM na ocasião da pesquisa, os ciclos tiveram um impacto positivo para os gestores, tendo “como resultado uma maior percepção qualitativa dos conflitos socioambientais pelas equipes gestoras¹⁴.”.

Tendo em vista uma gestão ambiental participativa, para além do trabalho de formação dos conselhos, coloca-se a necessidade de complementação por meio de formulação e implementação de políticas públicas que favoreçam a habilitação continuada das comunidades envolvidas, através de atividades de orientação sobre essa forma de gestão das Unidades de Conservação.

Considero que estimular os conselheiros para aumentar a sua habilidade de compreender e manejar as técnicas das atividades a serem desenvolvidas nas reuniões de Conselho é importante para que as comunidades envolvidas possam, de fato, se emancipar das tutelas do poder público, de ONGs, de instituições de ensino, entre outras que atuam como facilitadoras, ainda que necessárias em alguns momentos dessa trajetória.

Muito se tem falado e escrito sobre a inclusão de grupos sociais – sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental (LOUREIRO, 2007, p. 17), atuantes ou residentes nas Unidades de Conservação e no seu entorno – nos processos de decisão sobre a gestão destas. Porém, ainda que essa possa ser a intenção verdadeira de profissionais de órgãos ambientais gestores, de instituições de ensino e pesquisa e de ONGs, entre outros, há vários desafios a superar. É isso

¹³ Dados coletados diretamente nos setores administrativos da sede do ICMBio em Brasília, em 27/01/2017.

¹⁴ Comunicação por email em 23 de julho de 2016.

que demonstra claramente o caso da EETM: somente 8 anos depois da criação da Unidade, o Conselho foi criado e implantado, pelo empenho da já referida gestora que ali estava na ocasião da pesquisa.

2.3 Os desafios da comunicação entre saberes diferenciados

Há o desafio principal de se colocar no lugar do “outro”: para a compreensão desse primeiro desafio, a abordagem antropológica pode colaborar muito, pela sua perspectiva de buscar se colocar no lugar do “outro”. Gerhard (2007, p. 3) é um dos autores que “tem denunciado o caráter etnocêntrico, populista e autoritário de abordagens que se pretendem participativas” (grifo do autor) no contexto da gestão das Unidades de Conservação. Neste contexto, segundo ele, determinados procedimentos metodológicos

são emblemáticos quando se pretende compreender certos desdobramentos perversos de uma linguagem científica (por vezes, maquiada pela ideia de *participação*) que tende a invisibilizar o ponto de vista do Outro nas decisões sobre políticas públicas para o meio ambiente. (Ibid., p. 5, grifo do autor).

Muitas vezes, por falta de uma capacidade argumentativa dos sujeitos desses grupos sociais, a partir daqueles métodos e técnicas utilizadas, certas decisões são consideradas de consenso – na mesma linha dos problemas e assimetria de poder entre Estado e moradores de UC, colocados nos itens anteriores –, de forma que:

o silêncio, por exemplo, não pode ser simplesmente confundido com anuência e/ou consentimento; com efeito, o silêncio de alguém pode estar representando justamente a recusa do que está sendo dito por outrem. (Ibid., p.10).

Essa situação pode ser muito bem ilustrada pelo diálogo que recrio abaixo, protegendo a privacidade dos participantes, de um ambiente virtual de uma comunidade envolvendo analistas ambientais, comunitários, ONG e instituições de ensino e pesquisa, todos os membros escolhidos por serem pessoas engajadas e comprometidas com a ideia da participação social.

Moderador da Comunidade virtual

Boa tarde Comunidade!

Enviei nosso 1º Bloco de Questões deste ano, na semana passada e ainda estou sem certeza se todos receberam (na duvida segue em anexo).

Por favor, me dê um retorno.

Abraços

Comunitária

Eu sou XXXXX. Sou conselheira da XXXXXXXXXXXX. Sou conselheira representando minha comunidade no setor de usuários na qualidade de liderança comunitária e tb de pesca. Mas perdi o ultimo encontro... e então nem sei mais se vale a pena nesta agenda da comunidade de gestão participativa. Mas boa sorte para quem não ficou pelo meio do caminho. Porque este é o caminho certo. Abraço a tds.

Moderador da Comunidade virtual

Prezada XXXXX,

Não ter participado do ultimo encontro presencial não significa que esta desligada da Comunidade.

Sua participação e colaboração é muito bem vinda!!

Se tiver interesse continue conosco contribuindo, respondendo o Bloco de Questões.

Espero que a resposta seja Sim!

Forte abraço

Membro da comunidade 1

XXXXX, você é nossa!!! Continua com a gente, querida!

Bjos com saudades,

Membro da comunidade 2

XXXXX fica!!

Nós queremos tua presença na comunidade, pois, tua participação representa de fato o olhar das comunidades!

Fica!! uma bjk!

Comunitária

Vou tentar abrir estes links. Tive muitas dificuldades de usar esta ferramenta, para me comunicar. Talvez por causa de minhas dificuldades fui desanimando. E é tanta coisa que participamos, com muitas dificuldades, que fica difícil. Eu vou levar para a minha entidade, minhas falhas de contribuição neste grupo. E então iremos discutir se eu continuo, ou quem sabe indicamos outra liderança que tenha melhor afinidade com estas tecnologias. Mas quero registrar que acho muito importante esta agenda da comunidade. E foi uma honra para mim como, liderança, ter feito parte do primeiro encontro da comunidade. E o que mais sonho é que esta agenda seja considerada por todos do órgão gestor com o mesmo olhar. E desta forma a gestão participativa seja respeitada por todos. Ou que pelo menos, quem tem um olhar para o verdadeiro participativo não seja perseguido, ou ridicularizado por quem não acredita nesta forma de gestão. Graças a Deus a nossa UC acredita na gestão participativa. E talvez, por causa disso, ainda me animo a continuar na luta. Mas infelizmente ainda temos muito para avançar nesta concepção deveres e direitos compartilhados. E assim! VIVA a GESTÃO PARTICIPATIVA.

Forte abraço a tds.

Membro da Comunidade 3

Caros membros da Comunidade,
 Desde o email da XXXXX fiquei a refletir:
 Reli agora todos os emails, pensei bem antes de escrever, conversa difícil para ser levada por emails, corro o risco de ser mal interpretada.
 Será que não estamos misturando algumas coisas.
 O material enviado é de qualidade indiscutível.
 Mas se esta é uma comunidade para atores sociais diferentes, incluindo os indispensáveis comunitários, razão de ser da gestão participativa, acho que estamos errando na metodologia de trabalho a distância, porque ela só serve para iniciados, estamos estabelecendo uma "barreira linguística".
 Esta metodologia está perfeita para uma turma de Mestrado ou semelhante, e para muitos dos membros desta comunidade, inclusive eu.
 Acho que demos um tiro no pé, ainda bem que a XXXXX nos socorreu a tempo. Ela nos lembrou a que viemos. Releiam os emails dela, ela se sente incapaz de fazer porque faltou a uma reunião ou porque anda assoberbada. Ela está enganada, ela não se adaptou porque ela está recebendo um material que pressupõe um nível de escolarização e informação sistematizada que a maioria dos nossos comunitários não tem, sobretudo para que possam contribuir à distância. Este é o desafio da gestão participativa.
 Revejam agora o material enviado, com um outro olhar, gráficos, tabelas, textos técnicos. Uma coisa são as oficinas presenciais, com facilitadores gráficos, conversas, explicações, exemplos concretos.
 Por fim um texto técnico em inglês. Para quem é mesmo este material? Se for para os técnicos em gestão participativa, ok.
 Precisamos pensar um pouquinho, só para começar, acho que a comunidade pode ter tarefas diferentes para talentos diferentes.
 Por fim, FICA XXXXX, sem vc e os outros comunitários esta comunidade não tem razão de existir.

Comunitária

Membro da comunidade 3, muito obrigado por sua sensibilidade. Realmente a metodologia está muito longe da realidade para comunitários. Antes de escrever o que sentia em relação a minha participação, eu não tinha conseguido ler toda proposta da metodologia. Depois quando consegui ver tudo com mais tempo, fiquei meio de cara, mesmo. Pensei até que eu estava enganada. Que aquele mail não era para comunitários. E que só tinha chegado na minha caixa, pq meu email esta no grupo. Não que nós comunitários não sejamos capazes de superação! Podemos traduzir o que não entendemos. Aliás tem nomes técnicos que muitas vezes parece ser em inglês.rsr..mas td bem. Mas literalmente ter texto em inglês, acho que vai dificultar bastante. E pelo silêncio de muitos relativo ao meu mail é mais um motivo de mexer na nossa caxola. E fazermos reflexões de tudo. E o que realmente vale a pena. Onde nossas energias vão valer a pena ser focada para discutir esta pauta. Para onde vamos, e o mais importante, para onde queremos chegar. Aqui neste grupo não quero levantar polêmicas, criticar ninguém, mas que temos que ter um olhar mais sensível para alguns encaminhamentos, isto tem. Independente até de nós comunitários estarmos participando ou não. Bjo a tds, e vamos se falando

Membro da comunidade 4

Oi minha gente, concordo com as colocações anteriores, mas para tentar contribuir... com o outro comunitário que é representante das comunidades nesta comunidade, que também não tem muito costume de usar computador e internet, combinamos de fazer juntos, colocando as visões dele e minha... é uma possibilidade para minimizar essa questão... e esse tema, monitoramento, realmente é difícil para todos nós, já que temos pouca experiência...
 Abraço

Moderador da Comunidade virtual

Membro 3, obrigada por suas considerações.

Amanhã teremos uma reunião da Secretaria Executiva da Comunidade e iremos reavaliar a atividade.

Se algum comunitário tiver mais alguma contribuição este é um bom momento.

Seguimos juntos e em construção.

Forte abraço!

Um segundo desafio, que também pode ser destacado no diálogo acima, é de ordem educacional e está diretamente relacionado ao primeiro: a maior parte dos métodos e técnicas de planejamento e gestão de áreas protegidas requer um nível de escolarização formal dos seus usuários normalmente muito mais alto que o dos grupos sociais que são residentes ou vivem no entorno de Unidades de Conservação.

As tarjetas usadas em muitas oficinas de planejamento participativo para elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação requerem o domínio da língua portuguesa escrita para expressar adequadamente as ideias e propostas. Frente a esse desafio, podem-se registrar consideráveis avanços tais como o Mapa Falado, o Diagrama de Venn, e mais recentemente a Facilitação Gráfica, entre outras estratégias que vêm sendo desenvolvidas e utilizadas por gestores e demais conselheiros.

Da mesma forma, as decisões sobre o uso e o não-uso do território são normalmente codificadas na forma de um zoneamento, que exige o entendimento do mapa do território apresentado na perspectiva da cartografia oficial.

Um trabalho dessa natureza não acontece em um passe de mágica e não há receita pronta para sua realização. Sua efetivação exige das pessoas e organizações envolvidas objetivos comuns, compromisso com a causa ambiental, transparência, humildade e postura negociadora. Tudo isso é o que se pode considerar condições necessárias ou condições para '*início de conversa*'. Entretanto, mesmo que essas condições estejam estabelecidas, há ainda a considerar a necessidade *daqueles* diretamente envolvidos nos trabalhos. São pessoas que precisam, necessariamente, dos *conhecimentos e habilidades* (...). (QUINTAS, 2006, p.9, grifo do autor).

Nesse sentido, cabe mencionar a tentativa de avançar no estabelecimento daquilo que Little (2002, p.39) chama de *intercientificidade* entre planejadores, pesquisadores e grupos sociais envolvidos com as UCs.

Uma dimensão pouco analisada e reconhecida da diferenciação sociocultural indígena tem sido a *diferenciação ecológica* das sociedades indígenas, isto é, as distintas formas de inter-relação entre cada uma destas sociedades e seus respectivos ambientes naturais e sociais. Se a relação entre culturas diferentes produz formas de interculturalidade, a relação entre sistemas de adaptação diferentes produz formas de *intercientificidade*.

Coloco assim em foco situações nas quais se buscou adotar ferramentas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) – que têm como objetivo principal estimular a participação dos membros da comunidade com base no geoprocessamento, que sistematiza as informações levantadas.

E com relação a isso, chamo a atenção para o reconhecimento da importância da representação do território como mecanismo de empoderamento dos grupos sociais em vulnerabilidade socioambiental, que vem gerando vários estudos e projetos, como o caso referido abaixo.

O Projeto denominado “Nova Cartografia Social da Amazônia” vem sendo desenvolvido na Região, desde 2005, objetivando mapear e identificar grupos sociais pouco conhecidos, dando-lhes visibilidade, no que diz respeito a sua história, conflitos, reivindicações, etc.

Elaborado e coordenado pelo Antropólogo e Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, teve início junto à organização de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, do Maranhão, e aos poucos foi se expandindo para outras comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas. O Projeto combina técnicas de mapeamento com atividades participativas, em reuniões para discutir temas sobre a realidade local, cria condições para que cada comunidade tradicional possa se auto-cartografar e leva em conta o que de fato é essencial e relevante para elas.

Como produto dessas experiências foram publicados mapas, livros e fascículos, que constituem um registro desses grupos sociais e contribuem para orientar a elaboração de políticas públicas para a Região. (ITCG, 2013).

Como exemplos de trabalhos nessa perspectiva, remeto a duas experiências que vivenciei: a primeira, em 2008, no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba; e a segunda, entre 2011 e 2013, na EETM, durante o processo de elaboração da Minuta do Termo de Compromisso, e do Cadastro de Moradores e Usuários da EETM.

No Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que tem 65% de sua área contida no município de Quissamã, RJ, o projeto que objetivou o desenvolvimento do turismo, utilizou o Mapa Falado, uma das ferramentas de DRP, para alimentar o Inventário Turístico Georeferenciado do Município de Quissamã, e também para

facilitar a comunicação com as comunidades locais, como pode ser observado na Figura 12.

Figura 12-- Moradores da Comunidade Quilombola Fazenda Machadinha identificando os atrativos e serviços turísticos potenciais da região no mapa falado.



Fonte: ICMBio, 2008.

Na EETM, o trabalho de elaboração da Minuta de Termo de Compromisso da População residente e o Cadastro de moradores e usuários demandou a identificação da área de usos dos recursos naturais pelas famílias residentes, o que só pôde ser realizado numa estreita parceria entre técnicos, *colonos* e *ribeirinhos*. Dos inúmeros momentos ricos do trabalho, a Figura 13 ilustra um fato para o qual chamo a atenção: os adultos da região nunca foram à escola, sendo completamente analfabetos, mas têm um vasto conhecimento e domínio do seu próprio universo (ao que chamaríamos de “tradicional”).

São, por exemplo, exímios pilotos de lanchas “voadeiras” e outras embarcações, o que demanda um conhecimento profundo dos rios com suas pedras, correntes e profundezas. Quando chamados ao trabalho de mapeamento

participativo, foram capazes de ler com exatidão o mapa de hidrografia, ajudando a chefe da UC a nomear igarapés e ilhas de toda a região, o que resultou numa mudança de metodologia na condução dos trabalhos.

Figura 13 - A chefe da EETM, trabalhando em conjunto com moradores da Estação e a bióloga da UFPA, no mapeamento do uso dos recursos naturais.



Fonte: A autora, EETM, 2013.

Na metodologia inicialmente adotada, eram elaborados mapas falados para subsidiar os cartogramas de territórios de: caça; pesca; extrativismo (açaí, castanha, etc.); áreas de conflito (garimpo, pescadores externos, extrativistas externos, etc.); território de quelônios (boiadores e praias de desova), residências de moradores, animais domésticos etc. A transposição das informações de campo, oriundas do mapa falado desenhado em papel transparente de acetato sobre a imagem de satélite da área, era muito trabalhosa. O trabalho em questão alimentou um banco de dados Georeferenciado.

Os resultados detalhados dessa pesquisa, que foi conduzida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a EETM, podem ser verificados no Anexo A.

Trata-se de uma trajetória realizada a partir desse trabalho continuado de educação para a gestão ambiental (QUINTAS, 2006) dos grupos sociais não escolarizados: desde quando eram produzidos os mapas em papel até o atual momento, dos mapas no computador, em conjunto com a capacitação para utilização do GPS.

Trata-se também da transposição/tradução de uma linguagem técnica para uso comum dos gestores e das populações locais: dos *layers*, para as camadas; a demonstração de como o ponto é adequado para representar no mapa a casa; e de como as linhas são adequadas para representar os “piques” de castanha e de açaí; como um polígono é útil para demarcar a área de pesca de uma família ou a área de um “boiador” dos tracajás; como um *buffer* demarca uma zona de amortecimento; e, enfim, como o cadastro de uma família pode ser associado ao mapa no ponto de moradia daquela família...

Todos estes são exemplos de situações que se mostraram facilmente assimiladas pelos integrantes dos grupos sociais em questão e que têm contribuído para a construção de *intercientificidade* entre o saber científico e o tradicional – uma via de duplo sentido no intercâmbio de conhecimentos, como será detalhado a seguir no capítulo 3.

A Figura 14 mostra um momento posterior, quando os moradores, gestores e pesquisadores já haviam aprendido uma nova metodologia, extremamente mais eficiente. A partir desses dados de campo, contando com o apoio de outros parceiros da ONG Instituto Socioambiental (ISA) e de outros órgãos públicos (Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM), tornou-se possível o mapeamento completo das áreas de uso das famílias na EETM.

Com dados dessa qualidade disponíveis, o processo de gestão da UC foi ganhando mais credibilidade, em todas as esferas, mas em especial nas esferas administrativas e jurídicas. A participação nesses trabalhos também era bem aceita nas comunidades, os moradores faziam esforços para se deslocar e participar. A chefe da UC explicava que os dados que estavam sendo produzidos estavam

registrando os usos tradicionais que eles sempre adotaram, de forma a garantir os direitos deles, que estão previstos em leis nacionais e internacionais.

Figura 14: Mapeamento das áreas de uso dos castanhais, após mudança de metodologia.



Fonte: A autora, EETM 2013.

Um terceiro desafio, que também se relaciona diretamente com os anteriormente referidos, surge do fato de que, na gestão de Unidades de Conservação, se convive uma grande diversidade de campos de conhecimento, que vão das ciências naturais às ciências sociais e dos conhecimentos científicos aos saberes das populações indígenas e tradicionais (DIEGUES, 2001), como *ribeirinhos*, *caiçaras*, *quilombolas*, cada uma delas com seus valores e práticas.

Ainda que o assunto manipulação dos componentes da fauna e da flora tenha sido estudado na ecologia cultural, o termo manejo de recursos naturais é novo na literatura etnográfica, e mais discutido nos círculos de etnocietistas. Estes trabalhos, ainda que incipientes, estão atraindo número crescente de pesquisadores, os quais contribuem também para dar novo enfoque às teorias conservacionistas clássicas, pelas quais somente

cientistas são capazes de propor manejos de flora e fauna. Os estudos de etnomanejo indicam que ao associar o conhecimento tradicional sobre o tema, pode-se conseguir uma conservação da natureza eficaz, e, sobretudo socialmente mais justa. (DIEGUES, 2001, p.80, grifo meu).

O comentário de um *ribeirinho*, morador do Rio Iriri, num diálogo comigo, quando eu estava no intervalo de uma reunião do Conselho realizada em Altamira, no processo de elaboração do Plano de Manejo, demonstra o renitente desafio da comunicação entre os saberes: “- *Eu estava em Altamira, e vim porque pensei que era importante, mas vi que é só palestra.* “.

Levamos na brincadeira, mas chamou a nossa atenção, pois a equipe responsável pelo plano de manejo da UC, havia se empenhado muito no planejamento da reunião, para que fosse dialógica, mas para ele não estava sendo. Permanecia a dificuldade de estabelecer uma relação dialógica entre atores sociais com diferentes formas de conhecimento.

3 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, CONHECIMENTO TRADICIONAL LOCAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL.

Na região da EETM que acessamos por via fluvial, saindo de Altamira e subindo o rio Xingu e depois seu afluente Rio Iriri, residem no território da EETM cerca de vinte e cinco famílias de *beiradeiros*.

Durante os trabalhos de campo na EETM, conseguimos identificar, dentre os *beiradeiros* (denominação local daqueles que moram na beira dos rios) dois tipos de modos de vida: aquele de 15 famílias que se autorreconheceram como *ribeirinhos*, e aquele de outras 10 famílias que se reconheceram como *colonos*. Tipologia similar foi descrita por Alarcon e Torres (2014).

As famílias de *ribeirinhos*, de uma forma geral, estão há mais tempo na região do rio Iriri, e são em sua maioria descendentes dos “soldados da borracha”¹⁵ que ocuparam a região na primeira metade do Século XX.

Os beiradeiros que se autorreconheceram como *colonos* ali chegaram a partir dos anos 2000, através da região da EETM na qual o acesso é feito pela Estrada Transiriri, a partir da cidade vizinha São Félix do Xingu.

Na estrada Transiriri e suas vicinais residem na EETM cerca de uma centena de famílias que também se autorreconhecem como *colonos*.

3.1 *Colonos e ribeirinhos*: situações e demandas diferentes

Como já indicado, no Brasil, a presença de populações humanas nas Áreas de Proteção Integral, como é o caso da Estação Ecológica da Terra do Meio, é a grande questão com a qual todos os envolvidos têm que lidar. E os gestores e moradores da EETM não fogem a essa regra.

Entre tantas consultas feitas aos moradores da EETM, perguntávamos se, frente ao decreto de criação da Estação Ecológica, eles desejavam permanecer ou

¹⁵ Soldados da Borracha foi o nome dado aos brasileiros que entre 1943 e 1945 foram alistados e transportados para a Amazônia, com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América durante a II Guerra Mundial, gerando uma expansão demográfica na Amazônia. O contingente de Soldados da Borracha é calculado em mais de 55 mil, sendo na grande maioria nordestinos.

sair. Foram longas conversas, com eles, entre eles, deles com suas famílias, todos juntos, e depois nas reuniões setoriais do Conselho constituído no início de 2013.

Entre várias coisas, essa escuta nos propiciou a oportunidade de ver desenhar-se, a partir dos moradores da beira do Rio Iriri – os *beiradeiros* – dois modos de vida que correspondem respectivamente aos *colonos* e aos *ribeirinhos*.

De uma forma geral, os *colonos* são *beiradeiros* que compraram terras e vieram morar ali nas últimas décadas, com a perspectiva de retirar a vegetação e plantar pasto para criação de gado, dando continuidade a um tipo de uso do solo característico de agricultores familiares, que vinha sendo feito, num vetor de crescimento que se originava na cidade de São Félix do Xingu e que teve sua interrupção com a criação das Áreas Protegidas do Bloco da Terra do Meio. Eles se autorreconhecem como *colonos*, querem continuar suas atividades agropecuárias, e gostariam de continuar nas suas terras, nas quais já tiveram o trabalho de formar pasto, plantar árvores que já estão frutificando etc.

Já os que se autorreconheceram como *ribeirinhos*, em geral habitam há mais tempo na região do Rio Iriri, vivem predominantemente do extrativismo de castanha, açai, babaçu e óleos vegetais que comercializam. Têm na caça e na pesca sua principal fonte de proteína para alimentação, não desejam criar gado, tendo um modo de vida mais aproximado ao das populações que atualmente vivem nas Reservas Extrativistas, ao longo dos rios da Bacia do Rio Xingu. E o que isso implica?

Os *colonos*, quando indagados sobre um possível reassentamento, afirmam que, frente ao fato de a Estação ter sido criada, eles propõem que seja revisto o limite da UC, para poderem permanecer em suas terras. Se isso não for possível, eles preferem – com a devida indenização – sair e morar nas terras vizinhas da UC na região do Triunfo, localizada no interior da Área de Proteção Ambiental Estadual Triunfo do Xingu, que permite atividades agropecuárias.

E, de qualquer modo, reivindicam melhores condições do que têm hoje, entre outras coisas com estradas boas para escoar a produção, ter socorro médico e crédito para a produção agrícola.

Eis um trecho da carta de 22/05/2012 dirigida ao Presidente do ICMBio por um grupo desses moradores, que fala de sua trajetória no lugar hoje abrangido pela UC e dos percalços por que passaram e ainda passam ali (lembrando que essa carta foi escrita 8 anos depois da criação da Estação):

Na década de 70 fomos chamados pelo governo federal para ocupar a Amazônia, e assim pessoas de várias regiões se adentraram desbravando uma região perigosa (...). Mas aí vinha a esperança e isso nos fortalecia, acreditávamos em melhoras. Começou a chegar, veio o BASA-Banco da Amazônia, oferecendo crédito, nos organizamos com associações, atendendo às exigências do banco, formando no mínimo 5 alqueires de pastagem, acreditamos que era o início da prosperidade, mas aí veio o governo novamente e nos surpreendeu com a criação da reserva, onde famílias que moravam há mais de 40 anos na área, não foi consultada, não foi ouvida nem se quer foi informada do que estava acontecendo. (...) e hoje vivemos num regime de escravidão do governo, pois produzimos sem direito a vender, ter lucro sobre nosso trabalho, não temos direito ao que roga o princípio básico da constituição que é o direito à saúde, educação, uma vida digna, o direito de ir e vir, não podemos escoar nossa produção, recuperar nossas pastagens, isso e muito mais nos foi tirado, nos sentimos vítimas do nosso próprio governo, fugindo totalmente da lei dos direitos humanos (...) nossa angústia é tão grande que acreditamos ser uma solução, abrir um recorte e formar uma APA na região do rio Triunfo para termos o direito de usufruir o que todos estão conseguindo, que é a melhoria na qualidade de vida, como saúde, educação, energia, crédito, e o mais digno para um homem, trabalhar honestamente pra sustentar sua família (...).

Já para os *ribeirinhos*... Considerando o seu ponto de vista, fica claro que o desejo de partir ou de ficar, frente ao decreto de criação da EETM, é um divisor de águas entre *colonos* e *ribeirinhos*.

Em reunião no dia 20 de agosto de 2013, na ex-Pousada do Iriri, foi apresentada uma versão da minuta do Termo de Compromisso que já vinha sendo bastante trabalhada com os *ribeirinhos*, e eles confirmaram que estavam de acordo com a quase totalidade das condições de permanência estipuladas. Dentre estas, havia duas que foram propostas por eles mesmos e que chamavam a atenção no sentido daquilo que, da perspectiva da gestão da UC e da lógica da “proteção ambiental”, convergia para o que, dessa mesma perspectiva, se entende como “sustentabilidade”. Uma foi a de que eles não aceitam a comercialização do pescado. Nas palavras de um *ribeirinho*:

Vender duas caixas de peixe não resolve o nosso problema de dinheiro. A gente prefere chegar na beira do rio e ter peixe bom pra gente comer. Senão aqui vai ficar igual lá nas reservas extrativistas que o pessoal tá vendendo tanto peixe que quando vai pescar pra comer demora um tempão pra pegar um peixinho pequenino.

A outra cláusula foi referente à derrubada de árvores para utilizar na construção e/ou reforma de suas benfeitorias e na produção de artefatos.

Derrubar árvore pra quê? A gente sai aí pelo meio do mato e encontra umas castanheiras caídas, já de uns cinco anos, que já secou, tira a casca e o cerne tá bonzinho, já seca.

No entanto, diante das cláusulas que estipulavam as condições e prazos para o reassentamento..., resistência total. Eles não admitem sair de seus lugares, já que não conseguem nem se imaginar fora de lá. Nessa reunião, ao serem informados de que o Termo de Compromisso teria que apontar prazos e condições de saída, um profundo silêncio invadiu a sala.

A chefe da EETM explicava que o Termo de Compromisso só poderia ser assinado pelo Presidente do ICMBIO – de forma a garantir as condições de permanência (embora que temporárias) e lhes dar segurança jurídica para permanecerem na UC sem serem vistos como fora da legalidade pela sociedade e pelas autoridades – mediante a definição das condições e dos prazos para o reassentamento; caso contrário, o setor jurídico não encaminharia o documento para assinatura (validação) com esse ponto pendente.

Mas não havia retorno da parte dos presentes. Foi ainda explicado que eles poderiam propor ao ICMBio condições que lhes propiciassem melhor qualidade de vida; se o órgão gestor competente não aceitasse alguma parte, responderia. Tudo isso foi reiterado, mas o silêncio absoluto permanecia.

Depois, eles começaram a falar baixinho entre si. Já fizemos nestes anos dezenas de reuniões com eles, sabendo que às vezes se exaltam, falam alto. Nesse dia chamou-nos a atenção o volume das vozes: nunca falaram tão baixinho e só entre si. Como se tivessem medo de que qualquer conjectura que estivessem fazendo entre si pudesse ser entendida como proposta – sendo inadmissível do seu ponto de vista qualquer uma no sentido de “sair.”.

O que me remeteu ao estudo sobre presos políticos, no Brasil e na Argentina, e sobre as vítimas sobreviventes do holocausto, no qual Catela (2004) observa como o silêncio está presente nas situações limites, nascidas da violência sofrida.

No caso dos *ribeirinhos*, recordamos as expressões faciais e corporais que eles estampavam durante os depoimentos de várias famílias sobre a truculência e o desrespeito dos fiscais do IBAMA em 2008, quando “reviraram as nossas coisas” e “confiscaram as nossas armas”, mesmo sabendo-se que essas famílias vivem

isoladas umas das outras, em territórios de onças pintadas e outros animais de alta periculosidade.

Após essa reunião nos confins do Rio Iriri, lá estava, na varanda da ex-Pousada Iriri, *um colono beiradeiro*, um dos conselheiros, esperando por um transporte para no dia seguinte ainda ir para uma reunião do Conselho Consultivo da EETM em Altamira.

Sabíamos das dificuldades dele por não poder deixar a casa e os animais sozinhos e por isso tinha que ficar apenas a esposa tomando conta; ele passaria ainda vários dias fora para ir a Altamira e voltar.

Nós nos questionávamos: e se tudo isto não der em nada? E se os compromissos propostos não forem considerados? Alguém lá em Brasília muda os encaminhamentos, faz uma nova portaria, suspende os Termos de Compromisso e tudo volta atrás? A nossa decepção e a nossa ansiedade como técnicos e pesquisadores, lá na ponta, mas sem poder de decisão, devia ficar evidente para eles também.

Ele deve ter notado que nós o observávamos, e perguntei:

-“É difícil né? ” E ele respondeu: “Já foi pior. Agora eles já sabem que nós existimos. Assim que foi criada a Estação, eu fui numa reunião lá no São Félix e eles não deixaram nem a gente entrar.”

É possível ver nas colocações acima sobre colonos e *ribeirinhos* residentes na EETM, seja naquilo que os aproxima na caracterização do seu modo de vida ali, seja naquilo que os diferencia, o quanto que – em tudo o que lhes diz respeito – está presente e é recorrente a referência ao fato de ali residirem, um simples fato que passou a ser uma questão, um problema, em face da criação da EETM. Isso nos conduz ao item seguinte, que trata diretamente dessa questão.

3.2 Proteção integral e populações tradicionais

A década que antecedeu a criação da lei do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi um momento de muita discussão e, conseqüentemente, tanto de criação como de resignificação de conceitos.

Desta forma, para a elaboração da legislação ambiental relativa à gestão de Unidades de Conservação no Brasil, várias nomenclaturas foram sofrendo um

processo de normalização e de pactuação em relação a elas, o que pode ser observado, sobretudo, no glossário dos termos para os fins previstos naquela lei (BRASIL, 2000).

Entretanto, naquele momento, para o termo *população tradicional* não foi possível uma definição consensuada, de forma que o termo ficou fora do glossário. Paradoxalmente, a referida lei, ainda assim, foi aprovada com o termo *população tradicional* sendo utilizado, contendo inclusive, determinações sobre os modos de vida e o direito à moradia das pessoas que assim viessem a ser nomeadas.

Em seu livro clássico, *O mito moderno da natureza intocada*, Diegues argumenta que:

O modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem sofreu críticas tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos. Rodman (1973) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido. (2001a, p.35, grifos meus)

Diegues criticou o conceito de *wilderness*, uma vez que este marca uma separação entre a humanidade e a natureza. Segundo esse filósofo, tal dicotomia entre o homem e a natureza é preocupante, propondo que se adote um enfoque mais dinâmico e simbiótico da conservação, além de que aquele conceito não leva também em consideração o manejo tradicional das áreas naturais, historicamente denominadas como do Novo Mundo.

Diegues argumenta ainda que, mais recentemente, Gomez-Pompa e Kaus (1992) também criticaram a noção de "mundo natural", que reflete uma percepção das populações urbanas a respeito da natureza: o conceito de *wilderness* (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana, o ambiente natural do qual dependem como fonte de matéria prima. É o olhar que nesta tese atribuímos aos atores sociais identificados com a comoditização da natureza. Seria o que Magnani (2002) classifica como uma visão de pessoas que têm um olhar de *fora e de longe*, em contraste com outra abordagem, de cunho etnográfico, que ele denomina como um olhar de "perto e de dentro" (2002, p.11). Os habitantes do "mundo natural" têm percepções diferentes destas áreas, eles tem o olhar de "perto e de dentro" (*Ibid.*).

As críticas mais recentes à inadequação do modelo de Yellowstone aos países subdesenvolvidos que apresentam uma grande diversidade cultural, sobretudo de populações tradicionais, atualmente provêm, sem dúvida, dos que adotam um enfoque sócio ambientalista, próprio da ecologia social, ou da ecologia socialista (ou neomarxista). Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. (DIEGUES, 2001a, p.37-38).

Os grupos indígenas dos trópicos, por exemplo, não consideram a floresta tropical como selvagem: ela é a sua casa. Os *ribeirinhos* moradores na Estação Ecológica da Terra do Meio, por exemplo, narram que se sentem muito mais seguros no meio da floresta na qual nasceram e moram até hoje do que quando precisam ir até a cidade de Altamira.¹⁶ Eles conhecem os perigos da floresta, como animais peçonhentos e as onças, e sabem como se defender deles, sabem se locomover e se localizar nas trilhas e guiam suas embarcações pelos meandros do Rio, pelos quais eles sabem “ler” os caminhos.

Entretanto, eles se sentem ameaçados pelos ladrões quando chegam à cidade de Altamira e têm muita dificuldade de ir aos lugares onde necessitam ir, para tirar algum documento ou procurar tratamento médico, porque, como não foram alfabetizados, não sabem ler o nome das ruas nem das placas que identificam as repartições públicas que estão procurando. O que nos leva à seguinte reflexão: Qual território é mais selvagem pra quem, o centro de uma cidade para um *ribeirinho* ou uma floresta para o morador urbano?

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre "povos" e "parques". Como essa ideologia se expandiu, sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e os primeiros "ideólogos" dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do "modelo Yellowstone" de

¹⁶ Esta narrativa foi elaborada por um ribeirinho residente na EETM, durante uma das minhas estadias em campo.

parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. (DIEGUES, 2001, p.37, grifos meus).

No Brasil, não existiam áreas naturais sem moradores humanos. Entretanto, existiam e existem territórios nos quais os recursos ambientais estão muito bem conservados e, geralmente, ou são ocupados por populações humanas indígenas, ou por populações humanas não-indígenas.

São essas populações humanas não-indígenas, de uma forma geral com baixa densidade demográfica, que foram sendo plasmadas no limbo entre a cultura indígena e o processo de colonização empreendida, sobretudo pelos portugueses no Brasil, e que, frente aos desafios de sobrevivência, tornaram-se boas conhecedoras do ambiente no qual residem. Elas têm o que podemos entender como “conhecimento tradicional local” conforme indicado por Ingold (2000) e Prado (2012); e entendo que dessa mesma perspectiva podem ser consideradas aquelas que são denominadas como *populações tradicionais* na Lei do SNUC, além da razão de possuírem um modo de vida diferenciado do modo de vida urbano-industrial, bem como do modo de vida agropecuário.

Tanto as populações indígenas como as populações tradicionais não-indígenas são reconhecidas pelos países-membros da Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, como “o grande repositório de parte considerável do saber sobre diversidade biológica conhecido pela humanidade” (Diegues, 2001b, p. 7)

Em 2007, o Decreto Federal que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em seu Art. 3º, Inc. I define “Povos e Comunidades Tradicionais” como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Tanto a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, como o decreto federal já citado que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) apontam como principal fator determinante da condição de “população tradicional” o autorreconhecimento da população em questão.

Entretanto, observa-se que as referidas legislações supracitadas ainda encontram entendimentos diferenciados nas diversas instâncias dos órgãos ambientais gestores de Unidades de Conservação, bem como, sobre de qual setor deve ser a chancela para legitimar quais famílias residentes serão reconhecidas como população tradicional. Esse fato pode ser observado no trecho do parecer do procurador da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PFE/ICMBio) sobre a Minuta de Termo de Compromisso das famílias de *ribeirinhos* residentes no território sobre o qual foi decretada a Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM).

Contudo, não foi possível identificar, com a clareza necessária, que a DISAT¹⁷ reconhece os *ribeirinhos* como população tradicional, o que merece esclarecimento técnico (ICMBio, 2014).

Frente às indefinições apresentadas na Lei do SNUC e nas atribuições das instâncias dos órgãos gestores, era de se esperar, então, que muitas dificuldades viriam disso, e vieram, e estão presentes na vida dos moradores das Unidades de Conservação, que são denominados e/ou se autorreconhecem como populações tradicionais.

No caso da EETM, após um longo trabalho dos conselheiros, da chefia da UC, como dos analistas de diversas coordenações em Brasília, a questão parece superada, a julgar pelos estudos apresentados no Plano de Manejo.

Mas, analistas e moradores temem que os direitos da população tradicional da EETM estejam assegurados por instrumentos normativos frágeis, que podem ser alterados pelo órgão gestor frente a futuras administrações que tenham posicionamento político diferenciado do atual. Sobretudo porque muitas vezes os direitos das populações tradicionais a determinados territórios passam a ser cobiçados por outros atores sociais muito mais poderosos.

¹⁷ Diretoria de Assuntos Socioambientais e Conflitos Territoriais do ICMBio.

Frente a essa problemática recorro a Prado (2012, p. 2), que enfrenta a questão e tenta se relacionar mais confortavelmente com o conceito de população tradicional, revendo enfim o seu próprio percurso de entendimento e concepções que encontrou em diferentes autores – Diegues (2001a), Cunha & Almeida (2001) e Barreto Filho (2006) –.

para fazer uma leitura da questão, inspirada em colocações de Ingold, especialmente no trabalho de Ingold & Kurttila (2000) – a partir da forma de abordagem e de entendimento que propõem para a noção de conhecimento tradicional local. (grifos da autora).

Para além do importante debate acadêmico que a temática suscita e do qual Prado trata no seu artigo sobre o conceito de populações tradicionais, quero discutir as consequências sobre a vida das pessoas residentes em Unidades de Conservação da Natureza, bem como os impasses relativos a essa problemática que os gestores das Unidades de Conservação têm tido que enfrentar.

Trata-se de conhecimento que não é do tipo formal e autorizado, transmissível em contextos fora de sua aplicação prática. Ao contrário, é baseado em sentimento, consistindo de habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através de longa experiência de condução da própria vida num ambiente particular. (INGOLD, 2000, p. 25, trad. PRADO)

Prado (2012) baseia-se na contraposição que Ingold & Kurttila (2000) fazem entre conhecimento tradicional como gerado nas práticas da localidade – “*traditional knowledge as generated in the practices of locality (LTK)*”, e conhecimento tradicional como enquadrado no discurso da modernidade – “*traditional knowledge as enframed in the discourse of modernity (MTK)*”. Esses autores recomendam e adotam a primeira aceção e rejeitam a segunda, que correlacionam com o que chamam de “modelo genealógico” (implicando a idéia de “herança” biológica e/ou cultural transmitida de uma geração a outra). Seguindo essa perspectiva, Prado aponta para o equívoco de uma concepção de *conhecimento tradicional* com base nessa ideia de herança que corresponde à visão de MTK e que permite que se diga, em detrimento de determinados grupos, que “eles ‘não são mais’ tradicionais”. Propõe, ao contrário, uma concepção de *conhecimento tradicional* visto como “inseparável das práticas que ocorrem por se habitar uma terra” – que corresponde à visão de *LTK* – ou seja, do âmbito do “vivido e mutável”, e não do âmbito do herdado e cristalizado numa tradição aprisionadora.

Essa perspectiva permite que os *ribeirinhos* apresentados no item anterior sejam reconhecidos como portadores desse tipo de conhecimento e, concomitantemente, como “populações tradicionais”. Fica claro que esta não é uma categoria surgida deles, não é uma categoria local/nativa, mas, como em tantos outros casos, ela também passará a ser “habitada”, “ocupada” por esses beiradeiros do rio Iriri, como sugerem Cunha e Almeida (2001). Esses autores comparam essa categoria com outros termos genéricos – como ‘índios’, ‘negros’, ‘nativos’ – que foram introduzidos pelo encontro colonial mas que “foram aos poucos sendo habitados por gente de carne e osso.” (Cunha e Almeida, 2001, p. 184)

(...) a categoria de ‘populações tradicionais’ é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais. (CUNHA & ALMEIDA, 2001, p. 192).

Tendo isso em mente, avaliemos a seguir como o conhecimento dos residentes da EETM ilustra a sua qualificação como tradicional naquela acepção do âmbito das práticas e do vivido, e como esse conhecimento tradicional local se cruza com o dos cientistas.

3.3 Conhecimento tradicional local e conhecimento científico

Do ponto de vista da “conservação da biodiversidade” e da “sustentabilidade” – valores caros à lógica da proteção ambiental –, fomos pessoalmente informados pelo professor Juarez Pezzuti da UFPA, na convivência em campo, que os estudos coordenados por ele (Anexo A) apresentaram resultados que lhe permitem afirmar que os recursos naturais consumidos pelas cerca de quinze famílias de *ribeirinhos* que desejam continuar residindo na EETM são ínfimos frente ao manancial daquele ecossistema amazônico.

Além disso, os pesquisadores relatam que os conhecimentos que os *ribeirinhos* têm do ambiente local contribuem substancialmente para viabilizar a execução de pesquisas científicas, podendo-se mesmo dizer que em determinadas situações não se pode abrir mão de sua participação.

Uma doutoranda da UFPA, que na ocasião estudava a estrutura da população de tracajás no Rio Iriri, e contava com apoio de um *ribeirinho*, como piloto de

voadeira e assistente de campo em sua pesquisa, declarou contar fundamentalmente com o conhecimento dos moradores, como por exemplo, na identificação de boiadores (locais mais fundos no rio, nos quais os tracajás são encontrados com maior frequência), na procura ativa de ninhos, na composição de dieta, no comportamento de alimentação (horários e locais). E declarou também que, a partir dessa contribuição, ela consegue numa campanha de quinze dias em campo, coletar dados e uma amostra maior do que poderia fazer sem a ajuda dos moradores, que lhe propiciam mais confiabilidade científica na caracterização da estrutura populacional daqueles répteis.

Figura 15: Pesquisa científica com apoio dos *ribeirinhos*.



Fonte: A autora, EETM, 2013.

Trata-se aqui de uma ilustração daquilo que Paul Little (2002) chama de *intercientificidade*, ao mesmo tempo em que propõe a consideração equânime e a troca dos conhecimentos “locais” e “científicos”.

Trata-se igualmente do reconhecimento do que Ingold e Kurtilla (2000) entendem como “conhecimento tradicional local a ser reconhecido nos termos das habilidades daqueles que vivenciam e mantêm tal conhecimento (LTK).”

Figura 16: Intercientificidade: o conhecimento tradicional local dos *ribeirinhos* e dos pesquisadores das universidades, em sinergia.



Fonte: A autora, EETM, 2013.

Em benefício da gestão da EETM, os membros das brigadas de incêndio do ICMBio são selecionados entre os moradores da Estação. São as casas deles que hospedam as equipes de pesquisa, ou de trabalho do ICMBio (como foi com a nossa), como também hospedam as equipes de monitoramento da empresa terceirizada que coleta dados para a Agência Nacional de Águas. Naquelas distâncias imensas, são eles os anfitriões, reconhecidamente hospitaleiros. Tudo isso remete à questão reiteradamente debatida que é a da presença de populações

em áreas protegidas, o que por sua vez remete à questão do que são “populações tradicionais”.

E no cerne desse debate estão, de um lado, o argumento de que as populações residentes trazem benefícios no sentido de garantir a “conservação” requerida pela criação das UC, e de outro, o argumento contrário no sentido de que elas impedem isso.

Como se pode ver, aquilo que observamos na EETM e que referi acima ilustra o primeiro desses pontos de vista e remete ainda a outra questão candente que é da “justiça ambiental”. No campo dos estudos de meio ambiente, a justiça ambiental pode ser definida como:

O conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (HERCULANO, 2002).

A ocorrência de injustiça ambiental vem sendo desvelada historicamente em concomitância com o que se designa como *racismo ambiental*, no sentido da discriminação e prejuízo de determinados grupos sociais quanto aos ônus de problemas ambientais, como poluição, por exemplo; e tem sido associada a grandes empreendimentos, tais como barragens e hidrelétricas e ao capital privado, que desestruturam os modos de vida das populações consideradas pela legislação como tradicionais.

Contudo, a injustiça ambiental associada ao aparato estatal, como queremos mostrar com relação ao caso da EETM – referente à demora na regularização fundiária e ao reassentamento de populações residentes nas Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral no Brasil – carece de investigação mais extensiva, assim como de atenção e agilidade por parte dos órgãos governamentais.

Considero que tais populações têm o direito de permanecer na UC, com os seus direitos básicos à reprodução sociocultural e ao exercício da cidadania, resguardados pelo mesmo Estado Brasileiro, que um dia deles os privou.

Uma breve caracterização socioeconômica das famílias residentes no “beiradão” do Rio Iriri e nas vicinais da Estrada Transiriri existentes dentro da EETM, após consolidação do “diagnóstico preliminar participativo” realizado entre julho de

2012 e março de 2013 pela equipe de pesquisadores coordenada por Tathiana Chaves, enquanto chefe da UC, demonstrou uma situação de extrema vulnerabilidade à qual essas famílias foram submetidas, em decorrência da invisibilidade social de ambos os segmentos, *ribeirinhos* e *colonos*.

Essa invisibilidade parece-nos resultante da posição de “anestesia histórica” (FREIRE, 1992, p.124) recorrente, por parte de agentes do Estado Brasileiro quanto a dar às populações reconhecidas como tradicionais, a segurança jurídica e a garantia de direitos, por meio do estabelecimento dos Termos de Compromisso (TALBOT, 2016), democraticamente construídos com as comunidades em questão, de forma a conciliar os seus modos de vida e a sua reprodução sociocultural, que dependem de forma imprescindível do uso direto dos recursos naturais, situação esta agravada nas Unidades de Proteção Integral.

Outra pesquisadora da UFPA informou que outros aprendizados têm surgido do trabalho com os *ribeirinhos*, não só na região do Médio Xingu, como também na região da Volta Grande do Xingu e até do Baixo rio Amazonas. Na Figura 17, as pesquisadoras estão usando a técnica aprendida com os *ribeirinhos*, do “balanço” das fêmeas de tracajás, pelo barulho dos ovos sabe-se se elas estão ovadas.

Figura 17 - Reconhecimento científico dos conhecimentos tradicionais



Fonte: A autora, EETM, 2013.

Finalmente, a história que se segue, vivida e relatada pela pesquisadora Cristiane Carneiro, ilustra a colaboração que pesquisadores e *ribeirinhos* têm vivenciado na Amazônia brasileira e que muito tem contribuído para a manutenção do conhecimento tradicional e para a geração de novos conhecimentos científicos.

Cristiane relatou que durante sua pesquisa sobre ecologia de quelônios foram colocados rádios transmissores em algumas tartarugas para acompanhar seus movimentos migratórios no Rio Xingu e Amazonas, entretanto após algum tempo os rádios não emitiam mais sinais, foi quando ela passou a contar com a colaboração das famílias ribeirinhas. Uma destas tartarugas que ela chamou de Angelina foi localizada pelos ribeirinhos que sabiam o local que a tartaruga podia ser avistada, bem como, o horário que ela ia se alimentar. A tese de Cristiane que está em fase final de elaboração vem trazendo dados relevantes que modificam o conhecimento científico sobre a dinâmica migratória de quelônios na Amazônia.

Figura 18: Angelina: a tartaruga de chifres.



Fonte: Cristiane Carneiro, 2014.

Angelina: a tartaruga de chifres.

Deixa eu lhe contar a história da tartaruga de chifre...

Fui até a Ilha da Conceição, região do Afuá, ilha que uma das tartarugas que soltei no Xingu - a que batizei de Angelina - utilizou como área de alimentação durante toda a cheia. Chegando lá, parei em uma das casas, expliquei o trabalho e mostrei a foto da tartaruga com o rádio transmissor.

A primeira informação que um ribeirinho me passou foi que outro ribeirinho pescou e soltou uma tartaruga com um aparelho daqueles no casco. Fui atrás desse outro ribeirinho

Ele morava com sua esposa, dois filhos e o sogro em uma casa muito simples, feita de madeira e coberta de palha. Na ocasião só estavam ele e os dois filhos. A família vive da venda do açai, assim como todos os ribeirinhos da ilha.

Comecei a conversa, mostrei a foto da tartaruga com o rádio e perguntei se ele tinha visto aquela tartaruga.

Ele olhou para os dois filhos e começaram a rir desconfiados. Começou a balançar a cabeça e disse que sim:

- Ela caiu na minha malhadeira, a *tartaruga de chifre*.

Então ele me contou a história. Há menos de um mês ele capturou e soltou a tartaruga. Já fazia três meses que as crianças falavam para ele que tinha uma tartaruga de chifre no igarapé. Não coincidência o mesmo igarapé onde o satélite capturou o sinal. Quando foi naquele dia, ele, os dois filhos e o sogro foram tirar açai, mas antes ele instalou uma malhadeira para pegar o peixe do almoço. Passou um tempo e as crianças começaram a gritar:

- Pai, a tartaruga de chifre caiu na sua malhadeira!

Ele então foi lá e retirou a tartaruga da malhadeira. Ela estava comendo o peixe e ficou engatada pelo chifre (o rádio). Os filhos queriam levar a tartaruga para casa para tirar foto com o celular e o sogro queria levar para almoçar. Então ele leu no rádio de satélite o nome da universidade e disse para os filhos e o sogro que iria devolver a tartaruga para a água porque ela era de uma pesquisa.

Vimos até aqui o grau em que as populações residentes na EETM se integram na ideia da própria conservação, e em que medida os saberes tradicionais locais estabelecem um diálogo com os saberes científicos. Isso aponta para uma possibilidade, e mesmo um possível interesse, da ótica dos órgãos gestores dessa UC (como também é o caso de outras UC), no sentido de manter ali tais populações. No entanto, o caso da EETM ilustra e reforça a regra, como será visto a seguir no item 3.4, mostrando que a criação de áreas protegidas no Brasil tem causado a desterritorialização das famílias que vivem nestas áreas; e que a falta de efetividade da regularização fundiária institucionaliza a injustiça ambiental.

3.4 Desterritorialização causada pelo Estado

É dever constitucional do Poder Público no Brasil, instituir e administrar espaços territoriais especialmente protegidos, para os quais se impõe um conjunto de normas expressas ou indiretas, que regulamentam o uso, a ocupação e, principalmente, a proteção destes espaços.

Encaradas como importante estratégia para o estabelecimento de limites e dinâmicas de uso e ocupação, as áreas protegidas inserem-se no campo das disputas pelos territórios detentores de recursos naturais, apesar de no discurso oficial justificarem-se pela necessidade de ordenamento territorial para enfrentar a perda extensiva de biodiversidade no planeta, a extinção de espécies e a fragmentação de *habitats*.

O estudo da dinâmica tutelar do Estado na definição desses “espaços especiais” permite considerar que a função política de governar o meio ambiente diz também respeito à administração das representações simbólicas da natureza que, por meio de estruturas burocráticas envolvidas na proteção de ecossistemas tidos como “essenciais”, delimita espaços da “natureza natural” a proteger, em detrimento a outros, de “natureza ordinária”, destinados às atividades impactantes e à apropriação capitalista (ACSELRAD, 2009; FERNANDES, 2008).

Desprovidos muitas vezes de mecanismos de gestão ambiental, tais como planos de gestão, manejo ou zoneamento ambiental e em situação de fragilidade administrativa, tais espaços encontram obstáculos ao cumprimento da sua função de controlar o acesso e o uso dos recursos comuns, dos territórios bi diversos e dos

seus bens e serviços ambientais, em benefício de atores sociais hegemônicos e do capital (SILVA; SOUZA, 2012).

Inúmeras controvérsias podem ser associadas ao conceito de território, tanto em relação aos aspectos formais – tais como distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas – quanto em relação aos aspectos ligados ao sentido dessas formas – as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores, dada a multidimensionalidade e a multiescalaridade associadas às suas diversas definições e abordagens (VALLEJO, 2001; HAESBAERT, 2011).

Mediante as reflexões apresentadas em relação ao caso da EETM, e à luz das especificidades dos dois grupos aqui focalizados, *colonos* e *ribeirinhos*, é possível propor alternativas de reterritorialização, de forma a minimizar a situação de injustiça ambiental na qual se encontram esses atores sociais específicos.

Projetada no plano físico, uma UC implica espaço delimitado ou espaço territorial: conectado a poder, no sentido de ingerência, comando e controle da parte do Estado. Assim a idéia de unidade está diretamente relacionada a uma porção territorial, uma área geográfica na qual se exerce influência ou controle, sobre pessoas, fenômenos e relacionamentos (HAESBAERT, 2001).

As evidências que desvelam a ocorrência de conflitos socioambientais decorrentes da criação e implementação de UCs no Brasil (ITACARAMBY, 2006) permitem afirmar que, aliado ao capital, o Estado brasileiro vem sendo responsável pela desterritorialização de *camponeses*, *agricultores familiares* e *pequenos produtores rurais*, *indígenas*, *quilombolas*, *ribeirinhos*, *caiçaras* e outros grupos sociais não hegemônicos.

Durante os trabalhos de campo, ficou claro o sentimento de indignação que alguns residentes da EETM experimentaram durante o processo de criação da UC. Eles não foram devidamente informados pelo poder público de que os territórios que habitavam estavam sendo transformados em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, embora tivessem ouvido falar de reuniões que estavam acontecendo sobre esse assunto nas cidades próximas de São Félix do Xingu e Altamira.

De um dia para o outro, com o Decreto que criou a UC, eles perderam a paz de habitar seus próprios lares. E de lá para cá, cada vez mais perdas, as estradas

não puderam mais receber manutenção, pois se, para eles, elas significavam o direito de ir e vir, para o órgão ambiental, as estradas eram vetores de degradação ambiental. Gradativamente, a vida das famílias foi se inviabilizando, os moradores tiveram que ir deixando seus lares por diversos motivos: porque as crianças precisavam estudar, porque os enfermos precisavam de assistência médica, porque os produtos que produziam com a agropecuária ou com o extrativismo não tinham compradores ou, quando tinham, o preço era muito reduzido devido aos altos custos do transporte. E assim, para além do sofrimento físico, havia o sofrimento emocional, sentimento de perda dos laços familiares causados pela saída de filhos e netos para aquelas cidades mais próximas, Altamira ou São Félix do Xingu.

Estão ainda hoje submetidos a restrições de uso e apropriação de recursos comuns que tradicionalmente utilizavam, e com grande dificuldade em acessar os direitos às políticas públicas de inclusão social, porque, pelos problemas de transporte, a maioria não tem todos os documentos necessários.

Durante uma das oficinas para a construção do Termo de Compromisso das famílias de *ribeirinhos*, um dos participantes declarou: “os índios viraram cristãos e os cristãos viraram índios...”. Ele quis caracterizar um perverso cenário em que: antigamente, os índios eram caçados e mortos, sem nenhum direito, naquela região. Atualmente, mesmo que ainda existam muitas dificuldades, naquela região, os índios têm seu território reconhecido, como os Xipaya e Kuruaya, que são vizinhos à EETM, os índios têm escola, têm posto de saúde, têm direito a utilizar os recursos naturais; e os habitantes da EETM estão excluídos tanto desses direitos como dos direitos dos habitantes da zona rural e das cidades.

Eles foram desterritorializados *in situ* (FERNANDES, 2008), porque o território da EETM é atualmente destinado à conservação da biodiversidade, por força de lei, e os membros da espécie humana que lá habitam ficaram sem poder permanecer lá e sem ter para onde ir, com as perspectivas de reterritorialização imersas na incerteza. Vivem desde 2007 à espera. Esperam não sabem nem o quê... Considerando que o direito constitucional à dignidade humana é núcleo essencial dos direitos humanos e que se encontra no mesmo patamar constitucional do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, para além da conservação da natureza na Terra do Meio, o resgate da dignidade humana dos residentes da EETM deveria ser também uma prioridade para o Estado brasileiro.

A desterritorialização dos residentes da EETM é caracterizada pela perda de identidade e de capacidade para a reprodução cultural, paralela à perda de direitos humanos básicos, ao extremo isolamento e à mobilidade precária, devida às restrições impostas pela UC, que cerceiam a entrada de barcos com suprimentos, conhecidos como “regatões”, e limitam até o ingresso de parentes “não-próximos” e de amigos dos residentes.

Nessa situação, para além dos “espaços de incerteza” (SATHLER, 2010), a UC promove “aglomerados de exclusão” rurais, análogos aos característicos dos desterritorializados urbanos (HAESBAERT, 2014). Fernandes (2008) afirma que após a desterritorialização, a reterritorialização deve ser imediata, de forma a não desestruturar irremediavelmente um determinado grupo social por promover a falência total do ser, entendendo o território em seu sentido ontológico.

A realocação, prevista no SNUC para populações residentes em UC de proteção integral, no caso da EETM não ocorreu ainda e, apesar de ter descumprido os prazos legais para tal processo, o Estado brasileiro não tem mostrado celeridade para dar segurança jurídica aos *ribeirinhos*, por meio de assinatura dos Termos de Compromisso também previstos pela legislação.

As minutas foram construídas, coletivamente, de modo a garantir suas formas de reprodução cultural, porém os termos não foram assinados. Entendo que a assinatura dos Termos seria um passo para a reterritorialização (ou pelo menos para uma territorialização temporária), garantindo às famílias residentes o acesso às políticas públicas e aos auxílios governamentais.

Contudo, além da estratégia geral envolvendo a segurança jurídica dos residentes, as nossas pesquisas e vivências no contexto da EETM evidenciam a necessidade do emprego de estratégias específicas para cada um dos dois grupos, *ribeirinhos* e *colonos*.

Devido ao forte vínculo demonstrado pelos primeiros, que não aceitam receber qualquer valor ou premiação para deixar a região da EETM, uma proposta que pode ser desenvolvida é a implantação de um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, entendendo que, dadas as circunstâncias de desaparelhamento do aparato Estatal, a presença deles no “beiradão” do Rio Iriri é estratégica para a vigilância ambiental do território destinado à conservação, que se pretende proteger.

Quanto aos *colonos*, paralelamente à reivindicação de desafetação das áreas que ocupam, eles demonstram indignação por terem sido estimulados pelo próprio Estado brasileiro a deixar suas regiões de origem para ocupar a Amazônia, no passado, ou seja, des-re-territorializados. E agora, paradoxalmente, serem obrigados a deixar seus novos lares, novamente desterritorializados, mas desta vez sem garantia de nova reterritorialização.

Na busca de dar continuidade às suas vidas, ou seja, da reterritorialização, eles declaram que aceitariam a realocação para áreas próximas, aonde possam continuar a exercer suas atividades agropastoris.

Diante das soluções jurídicas possíveis no país, iluminadas pela Convenção da Biodiversidade (CDB) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), acerca da realocação e da recategorização previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e instrumentos normativos a ele associadas, *ribeirinhos* e *colonos* da EETM revelaram percepções diferentes.

Para os primeiros, a realocação seria a culminância do processo de desterritorialização, dado o valor indefinível por eles atribuído à disposição a receber compensação para deixar a EETM.

Já para os *colonos*, a realocação poderia ser uma alternativa de re-territorialização, mediante uma indenização justa pelas perdas econômicas decorrentes da criação da UC.

3.4.1 Regularização fundiária e injustiça ambiental institucionalizada

Percebemos que era um hábito ir receber as pessoas na pista de pouso, para dar as boas vindas e ajudar com as bagagens quando o avião chega; e assim fomos afetuosamente recebidos na Terra do Meio nas chegadas por avião. Fomos bem recebidos e bem tratados nas chegadas por terra e pelos rios nos lugares onde nos deram pouso. Mas também percebemos que, no decorrer dos trabalhos, havia sempre uma tensão no ar.

Nos encontros com os *colonos* ocorridos em julho de 2013 e que visavam a finalização das minutas dos instrumentos de gestão a serem pactuados com o governo, a situação parecia estar no limite, e ouvimos manifestações como estas:

- Oito anos de sofrimento aqui.
- Por que motivo tirar esse povo dessa região? É dele [do governo]?
- Nós queremos viver de nossas forças, trabalhar. Ou fica, ou tira.
- O que nós sabe fazer é viver aqui nas mata mesmo.
- Em 2005 o governo botou uma pedra em cima de nós, e a cada ano, vocês vêm colocar outra pedra em cima de nós... é um desespero, desse jeito nós não veve. Já recebemos vocês em casa, mas vai chegar a hora que a gente não vai mais gostar que vocês venham.

Além da demora e da indefinição por parte do governo em providenciar os encaminhamentos previstos em lei para regularizar a situação dos moradores, nem todos estes concordam com o teor de tais encaminhamentos, a começar pela exigência de “ter que sair”.

Aquelas famílias perderam a segurança territorial; e muito mais do que isto, vivem temendo o dia em que teriam que efetivamente deixar seus lares, suas terras, o lugar no qual elas aprenderam a se orientar, de onde sabem extrair e produzir o seu sustento. E para onde? Oito anos já haviam se passado desde a criação da UC, e nem elas nem o governo sabiam – e até hoje não sabem – para onde e em que condições.

De um lado, eu estava exercendo o papel de colaboradora da gestão e, de outro lado, realizava pesquisa. E foi justamente o exercício desses papéis referidos à gestão da Estação que me proporcionou a possibilidade de perceber as condições de vida dos moradores e as suas aflições.

As ocasiões de encontro com eles a propósito das ações da gestão eram também ocasiões para manifestarem sua perplexidade, suas queixas e demandas mediante a existência da EETM – caída de repente em cima de suas cabeças, como em tantos outros casos de criação de UC, sempre baseada na lógica da “proteção ambiental” (PRADO e CATÃO, 2010).

Sendo a EETM ali “representada” pela própria gestora e a equipe da qual eu fazia parte, os muitos questionamentos colocados por esses residentes, a sua desconfiança, e eventualmente a sua hostilidade, eram dirigidos a esse conjunto de pessoas que então formávamos. E assim é que fizemos parte de uma situação que ao mesmo tempo analisamos.

Esse era talvez o mais duro drama do gestor – no caso Tathiana Chaves, que representava o alçoz, e ao mesmo tempo a esperança de uma solução; mas ela não tinha controle da situação.

Em cada expedição variava a equipe como também os que já estavam presentes no campo. O trabalho com os moradores se dava por meio de reuniões juntando em um ponto grupos que habitam em áreas próximas (que, para fins do Conselho da EETM, foram designados como *setores*); ou por meio de visitas e pousos nas casas das famílias.

Da perspectiva da gestão e suas ações, as primeiras visitas se destinaram a um reconhecimento das populações residentes, à reafirmação da existência da Estação Ecológica e ao estabelecimento de um contato positivo com elas, que se mantinham marcadas negativamente pelas primeiras ações, às quais se referem como truculentas, por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), órgão gestor no período inicial da existência da EETM (previamente à subdivisão desse órgão que resultou na criação do atual ICMBio).

Paralelamente já se iniciava o trabalho de cadastramento dos moradores, a preparação para a formação do Conselho Consultivo da EETM, e a coleta de dados visando a elaboração dos Termos de Compromisso.

Depois das apresentações, a equipe se dividia para realizar os seus trabalhos em cada família. Explicava-se que todos os estudos visavam conhecer o modo de vida deles, registrá-los para que o uso de recursos naturais que sempre adotaram pudesse ser descrito e legitimado no Termo de Compromisso que viria a ser assinado com o ICMBio.

Prestavam-se esclarecimentos sobre o que é um conselho de UC, estimulando-os para a participação no conselho da EETM. E no cadastramento das famílias de moradores, ao mesmo tempo em que se usava um formulário padrão do ICMBio, indicava-se que esse cadastramento seria o processo que legitimaria para o governo federal o direito das famílias de permanecer na UC até que fossem reassentadas conforme a lei, bem como o direito de utilizar os recursos naturais para garantir seu modo de vida, mesmo numa UC de Proteção Integral.

O processo de regularização fundiária das terras foi iniciado, mas a atual legislação não protege os *colonos*. Assim, embora trabalhando em apoio à gestão da EETM/ICMBio, sempre soubemos que estávamos lidando com uma situação

prejudicial para os residentes. O que se revelava em cada uma dessas ocasiões era, de um lado, o que consideramos como “o drama dos residentes” – submetidos a condições que eles não entendem e não aceitam –, e de outro lado, o que se pode também considerar como o “drama do gestor” – no sentido de ter que justificar e fazer cumprir o injustificável e inexecutável.

4 FRAGILIDADES E FORTALEZAS DO PLANO DE MANEJO

À questão da desterritorialização, abordada no Capítulo 3, e de suas repercussões negativas na vida das populações tradicionais nas UC de Proteção Integral, focalizando em especial o caso da EETM, pode-se contrapor uma possível solução propiciada pelo Plano de Manejo. É o que veremos neste capítulo, no qual serão considerados: de um lado, os percalços e insucessos da adoção de tal instrumento de gestão – ao avaliar como tem transcorrido a sua implantação no Brasil; e de outro lado, o Plano de Manejo como um contraponto aos problemas de uma UC de Proteção Integral – ao avaliar a possibilidade de sua formulação incluindo as populações tradicionais no território a ser protegido. Sempre tomando a EETM como referência para os argumentos apresentados.

4.1 A elaboração de Planos de Manejo no Brasil

A partir da Lei do SNUC (BRASIL, 2000) várias nomenclaturas e procedimentos foram sofrendo um processo de normalização na gestão de Unidades de Conservação no Brasil, sobretudo porque o capítulo I - das disposições preliminares, Art. 2º, estabelece um glossário dos termos para os fins previstos naquela Lei; sendo assim:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; (Brasil, 2000).

A Lei do SNUC prevê ainda que todas as Unidades de Conservação devam elaborar um Plano de Manejo no prazo de até cinco anos a partir da sua data de criação, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Dessa forma ficam proibidas, nas Unidades de Conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, com o seu Plano de Manejo e seus regulamentos; e até que seja

elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas Unidades de Conservação de Proteção Integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação deve ser elaborado pelo órgão gestor, ou pelo proprietário quando for uma RPPN, caso em que será aprovado em portaria do órgão executor.

Uma primeira fragilidade que observo na elaboração de Planos de Manejo no Brasil, é que apesar de o decreto (BRASIL, 2002) que regulamenta a Lei do SNUC ter estabelecido que os órgãos executores, em suas respectivas esferas de atuação, deveriam estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias a partir da publicação desse decreto, roteiro metodológico básico para a elaboração do Plano de Manejo das diferentes categorias de Unidades de Conservação – uniformizando conceitos e metodologias, fixando diretrizes para o diagnóstico da unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação –, nem todos os órgãos executores estabeleceram roteiros, como também, nem todas as categorias de manejo têm roteiros publicados, fato que demonstra a fragilidade no cumprimento das determinações legais para o planejamento e gestão de Unidades de Conservação.

Os roteiros metodológicos são os instrumentos normativos que orientam a elaboração dos Planos de Manejo, estabelecendo a necessidade de, num primeiro momento, sistematizar estudos referentes ao diagnóstico da Unidade e da região na qual ela se insere. Num segundo momento, elaborar, de forma participativa, o zoneamento da Unidade e os programas e projetos a serem implementados pelo órgão gestor. E num terceiro momento, elaborar um programa de monitoramento e avaliação da efetividade da gestão.

Uma segunda fragilidade, contígua à primeira, é propriamente a não implementação dos Planos de Manejo. Não obstante a legislação que determina a obrigatoriedade dos Planos de Manejo (BRASIL, 2000), segundo o ICMBio (2012), das 310 Unidades de Conservação federais existentes em 2011, apenas 113 tinham Planos de Manejo publicado, o que corresponde a apenas 36,41%; ou seja, a

maioria das Unidades de Conservação não tinham Plano de Manejo, e certamente um número ainda menor contava com Plano de Manejo atualizado. Em 2016¹⁸, o ICMBio informa que das 326 Unidades de Conservação federais existentes, 173 têm Planos de Manejo publicados, o que corresponde a 53,07%; e em 70 UC, os Planos de Manejo estão em processo de elaboração.

A partir da observação participante e do depoimento de analistas ambientais, pude constatar ainda que a gestão das Unidades de Conservação não tem sido sistematicamente planejada, monitorada e avaliada, no sentido de se ter uma visão clara dos avanços e dos desafios postos. Isso acontece devido à gestão cotidiana das emergências, principalmente num quadro generalizado de subdimensionamento das equipes gestoras de Unidades de Conservação no Brasil.

A questão do subdimensionamento das equipes dos órgãos ambientais nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, pode ser observada tanto na gestão quanto na fiscalização. Por exemplo, em 2011, quando comecei o campo na EETM, o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio de Altamira, que é responsável por seis Unidades de Conservação, contava com quatorze analistas ambientais; no fim de 2014 eram somente quatro do quadro de servidores públicos concursados. Não é diferente também a situação da fiscalização ambiental, pois, segundo Carvalho (2004):

A área de 1,8 milhão de km² envolvendo unidades de conservação federais e terras indígenas conta hoje com 3.200 agentes públicos voltados à fiscalização nos três principais órgãos de vigilância e proteção: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Isso significa que cada fiscal é responsável por 579 km² — área equivalente à metade da cidade do Rio de Janeiro (grifo meu).

Mas a situação é ainda mais dramática. O Ibama, por exemplo, é responsável também por fiscalizar o cumprimento do Código Florestal em propriedades privadas, inibir pesca ilegal, combater garimpos clandestinos, entre outras funções. A estratégia tem sido aliar o uso de tecnologia e inteligência. Imagens de satélites indicam os problemas e os órgãos realizam operações conjuntas, com reforço da Polícia Federal e do Exército. (CARVALHO, 2004, p.1, grifos meus)

Uma terceira fragilidade decorre desse subdimensionamento de recursos humanos nos órgãos ambientais públicos brasileiros, que é a necessidade de

¹⁸ Dados coletados diretamente em 27/01/2016, nos setores administrativos da sede do ICMBio em Brasília.

contratação de consultoria para elaborar os Planos de Manejo de UC. Situação semelhante ocorre nos processos de licenciamento ambiental, nos quais os órgãos ambientais contratam empresas de consultoria para elaborar Estudos de Impacto Ambiental, o que origina a terceira proposição a ser apresentada na conclusão deste trabalho.

4.2 O Plano de Manejo possível

No cotidiano das reuniões dos Conselhos observa-se uma tensão entre encaminhar propostas de reformulações na Lei do SNUC para garantir uma agenda socioambiental mais inclusiva e o risco de levar essa pauta ao Congresso Nacional e ter um retrocesso na legislação da Conservação da Natureza frente à ameaça desenvolvimentista que se faz presente no cenário político no início da segunda década do Século XXI no Brasil. Surge um impasse entre defender a permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de proteção integral e o “medo de abrir a porteira”.

Defendo uma posição no sentido de que a Proteção Integral deve deixar de ser interpretada como *sem humanos*, tendo visto que existem modos de vida de grupos humanos que, em certas situações, podem trazer mais efeitos positivos para a conservação da natureza, do que efeitos negativos.

A primeira fortaleza que vejo no plano de manejo é metodologia subjacente ao planejamento de UC no Brasil que é inspirada na Matriz SWOT. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Ou, traduzida para o português, Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). A Análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. A técnica é creditada a Albert Humphrey, que foi líder de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970. É uma ferramenta para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico, e podendo, devido a sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário.

A segunda e maior fortaleza que vejo hoje nos processos de elaboração de Planos de Manejo é que, na medida em que os profissionais dos órgãos ambientais vêm apreendendo, produzindo e se reconhecendo nos conhecimentos que estão sendo gerados de forma multidisciplinar, no campo da gestão participativa de Unidades de Conservação, rompendo o isolamento entre as ciências humanas e as naturais, no Brasil e no mundo, observa-se um avanço na percepção de que os humanos fazem parte da natureza.

Trata-se ao mesmo tempo de uma questão de ordem epistemológica e prática. Os profissionais das ciências naturais formados nas décadas anteriores, e que hoje formam as equipes que atuam em órgãos ambientais, em geral, tiveram uma formação mais positivista; e os documentos normativos produzidos por essas equipes tendem a refletir uma visão estática e essencializada de cultura. E essa mesma tendência se manifesta na sua perspectiva sobre populações tradicionais. Em reação a tal perspectiva – que eu mesma antes naturalizava – hoje, após a minha inserção na antropologia, entendo que a concepção de Conhecimento Tradicional Local (LTK) formulada por Ingold & Kurttila (2000) resulta muito apropriada como uma categoria analítica que pode ser utilizada: de um lado, para embasar a decisão dos órgãos gestores e dos membros dos conselhos sobre os modos de vida e práticas dos grupos sociais a serem reconhecidos como *população tradicional* pela Lei do SNUC; e de outro lado – que é o que aqui recomendo –, para orientar como a questão pode ser tratada no Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Trata-se de uma concepção de população tradicional que não se baseia numa perspectiva cristalizada de cultura, e sim numa perspectiva relativa – referida ao âmbito do *vivido e mutável*, e não ao âmbito do herdado e aprisionado numa tradição, como mostrado no capítulo 3.

Desse ponto de vista e a partir do caso da EETM, podemos refletir: tanto sobre estratégias relativas à questão da reterritorialização referida à premissa da “necessidade de deslocamento das populações”, aplicáveis às populações amazônicas residentes em UC de Proteção Integral e/ou em seu entorno; quanto sobre outros casos relacionados a atores sociais não hegemônicos envolvidos em disputas por espaços territoriais rurais especialmente protegidos.

Relaxa-se assim uma tensão, nesta segunda década do Século XXI, rompendo-se o muro que separava as ciências naturais e sociais, tão bem descrito

por Diegues, quando formulou o conceito de “mito” utilizado no seu trabalho, que para ele estava longe da noção de "falácia", "ilusão" ou conhecimento equivocado que lhe é atribuído pelo senso comum.

A noção de mito naturalista, da *natureza intocada, do mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma "proteção total".
(DIEGUES, 1998, p. 53, *grifos do autor*).

Segundo essa perspectiva, em determinadas situações, alguns modos de vida humanos podem ser compatíveis com a proteção integral, como já prevê a própria legislação brasileira e mundial sobre as Terras Indígenas, ao reconhecer isso. Dessa forma, embora exista uma lei contra a caça no Brasil, os humanos reconhecidos com índios podem caçar, e julgo que os humanos reconhecidos como ribeirinhos na EETM poderão exercer suas atividades, desde que em acordo com um Plano de Manejo, construído participativamente, específico para o local onde vivem. Para um país megadiverso, biológica e socialmente, uma regulamentação megadiversa.

Um ponto crucial é o aprimoramento dos instrumentos normativos, e aqui me refiro em especial ao roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo, pois uma análise mais minuciosa revela que o documento expressa ainda uma visão restrita e inadequada de cultura, em especial naquilo que deveria abranger a ideia de cultura imaterial, conforme pode ser visto na disposição do texto do item 3.3 , extraído do roteiro metodológico de elaboração de Planos de Manejo (IBAMA, 2005, p. 75), conforme Figura 19:

Figura 19 – Patrimônio Cultural Material e Imaterial

3.3. Patrimônio Cultural Material e Imaterial

Primeiro Plano de Manejo	<p>Escopo Mínimo de Abordagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os sítios históricos, paleontológicos e/ou arqueológicos encontrados na Unidade, com uma avaliação de sua importância científica, caso estas informações estejam disponíveis. • Identificar áreas utilizadas para práticas místico-religiosas e outras manifestações culturais. • Quando existirem etnias indígenas ou populações tradicionais na unidade de conservação, citar as manifestações culturais importantes. <p>Aprofundamento relativo às especificidades da UC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Georreferenciar e mapear sítios encontrados e proceder ao levantamento da etno-história inerente.
---------------------------------	--

. Fonte: IBAMA, 2005

Frente à problemática das populações tradicionais, cabe aos órgãos ambientais incluir nos roteiros metodológicos, na parte de diagnóstico, a necessidade de estudos antropológicos, para além dos socioeconômicos já existentes. O item “3.4 - Socioeconomia”, do roteiro metodológico vigente (IBAMA, 2005, p. 76) trata de população residente e de população indígena, mas não menciona a especificidade das populações tradicionais.

E, ainda, caberia ao órgão ambiental fazer uma apreciação crítica do conceito de cultura que está subjacente à atual definição de zona-histórico-cultural no roteiro metodológico (BRASIL, 2005, p. 91).

V – Zona Histórico-cultural: é aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueopaleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o ambiente.

Esta definição atual não atende ao conceito de cultura imaterial, devendo ser revista com base no conceito de patrimônio cultural imaterial, consensuado pelo órgão federal brasileiro de patrimônio cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura.

Patrimônio cultural intangível ou imaterial é entendido como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial. (IPHAN, 2014, grifos meus)

Sendo assim, entendo que não cabe tomar uma decisão a priori no sentido de não se admitir a presença de moradores humanos nas Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral. Considerando: a dimensão continental do Brasil, a grande sociodiversidade, e a comprovada dificuldade do Estado brasileiro – em suas três esferas – de realizar os reassentamentos de populações tradicionais previstos na Lei do SNUC, proponho que a matéria em questão – o destino das populações reconhecidas como tradicionais em Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral – passe a ser tratada não mais através de Termos de Compromisso.

Por dois motivos, o levantamento de populações residentes em UC deve ser iniciado nos estudos do processo para a criação da UC, e na consulta pública, quando couber, e finalizado no diagnóstico do Plano de Manejo. Um primeiro motivo é que, para elaborar o Termo de Compromisso, faz-se necessário um diagnóstico adequado, que se faz igualmente necessário para o Plano de Manejo, o que gera uma dispersão de esforços.

O segundo motivo é que, no momento atual, a assinatura do Termo de Compromisso pelo presidente do ICMBio, está condicionada, obrigatoriamente, à presença de cláusulas que estabeleçam as condições de saída das populações tradicionais da UC. Assim, por um lado, uma vez que as condições de saída não têm sido acordadas, os Termos de Compromisso ficam paralisados, e todo um esforço do gestor, dos conselheiros e das comunidades locais é desperdiçado. E, por outro

lado, no caso da EETM, e quiçá de outras UC, a saída dessas populações pode não ser a melhor solução para nenhuma das partes.

Para que esta proposta possa ser bem sucedida, é importante avançar no monitoramento dos usos dos recursos naturais e da diversidade biológica nas zonas histórico-culturais. Sendo assim, depois que forem cadastrados os moradores e que for elaborado o diagnóstico do Plano de Manejo, caberá à equipe técnica das diversas instâncias do órgão gestor responsável, ouvido o Conselho da Unidade de Conservação, concluir dentre os moradores da UC, quais são reconhecidos como populações tradicionais. A partir dessa definição, no zoneamento da UC, as áreas ocupadas pelas populações tradicionais poderão passar a ser zoneadas como Zona Histórico-Cultural.

O que resolveria o problema da EETM, e de todo o Brasil, “sem ter medo de abrir a porteira”. As normas para cada zona, que são prescritas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação e que são específicas para cada situação singular, devem ser monitoradas e avaliadas continuamente. Sendo assim, não seria preciso nem mudar a lei e nem os limites das UC. Trata-se, como disse a procuradora Thais Santi¹⁹ do Ministério Público Federal em Altamira, que acompanha a situação dos ribeirinhos, de ler não só a letra da lei, mas de ler o “espírito” da lei. Essa argumentação sustenta a primeira proposição a ser apresentada na conclusão deste trabalho.

¹⁹ Comunicação oral feita aos presentes na reunião de preparação da minuta de Termo de Compromisso, realizada na Ex-Pousada do Iriri em março de 2012.

5 - O GARIMPO QUE EU QUASE NÃO VI: LUGAR DAS POPULAÇÕES LOCAIS NAS ÁREAS PROTEGIDAS E NOS GARIMPOS.

Na bacia do rio Xingu, tanto na região da Terra do Meio, que fica a montante da cidade de Altamira, como na região da Volta Grande do Xingu, onde recentemente foi construída a barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (conforme pode ser visto nas Figuras 2 e 3 do Capítulo 1) ouvimos relatos de moradores que já exploraram o ouro em pequena escala em diversos garimpos da região norte e nordeste do país. Alguns continuam tendo a mineração de pequena escala como principal atividade, mas outros atualmente têm outra ocupação principal, embora ocasionalmente possam trabalhar também no garimpo, por uma boa oportunidade, ou por extrema necessidade.

Consideramos aqui a existência desses atores sociais que são os *garimpeiros* – ou “mineradores de pequena escala”, como são referidos na literatura internacional –, trazendo-os a este texto em razão da sua presença detectada concomitantemente à presença dos residentes na área da Estação Ecológica da Terra do Meio. Mas não é meramente o fato de essa presença ocorrer juntamente com aquela dos ribeirinhos e colonos, focalizados como grupos habitantes da EETM, que me leva a considerá-los nesta tese. Trata-se aqui do reconhecimento dessa categoria social dos *garimpeiros* como ocupando um lugar social análogo, em muitos sentidos, àquele ocupado pelos residentes da EETM. Existe inclusive a sobreposição dessas duas situações: a de morador da EETM e a de garimpeiro, como referido acima.

5.1 Meu encontro com os garimpeiros

Antes de pesquisar na Amazônia, quando ouvia falar em *garimpeiros*, compartilhava uma representação social (MOSCOVICI, 2003) muito negativa sobre a sua atividade. Pensava em degradação ambiental, mercúrio contaminando as cadeias tróficas, crimes e prostituição. Acredito que essa representação é parte da minha subjetividade construída na profissão de bióloga e na militância ambientalista.

O fato é que pesquisas como as divulgadas no vídeo “O Povo Yanomani está contaminado por mercúrio do garimpo”²⁰, produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) com base nos dados de contaminação da Reserva Indígena Yanomami em Roraima, confirmam que essa visão tem fundamento e é preocupante.

Mas, a partir do olhar antropológico, vi que o garimpo na Amazônia é muito mais que isso, e dois fatos contribuíram para ampliar o meu entendimento sobre a questão. O primeiro foi conhecer a literatura sobre o garimpo de pequena escala na Amazônia (CEDLA, 2013; WANDERLEY, 2015) – mostrando que a mineração é uma atividade impactante do ponto de vista ambiental; mas, também, que a mineração de pequena escala é uma atividade discriminada, tratada pelas autoridades e parte da sociedade abrangente como ilegal, informal, embora seja historicamente uma importante fonte de renda para as famílias da região. O que abriu a minha visão a respeito da temática.

O segundo foi o fato de que em 2016, fui convidada para moderar a reunião do Conselho Consultivo da EETM em Altamira, e estando lá, através de diálogos com atores sociais locais, tomei conhecimento mais detalhado da situação do licenciamento ambiental da Mineradora Belo Sun e do conflito existente entre essa empresa e uma cooperativa de garimpeiros de pequena escala na região da Volta do Grande do Xingu, à jusante de Altamira.

Fruto dos diálogos supracitados surgiu um convite para acompanhar o Ministério Público Federal de Altamira numa oitiva, realizada em março de 2016, ao Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu na região da Volta Grande. O objetivo dessa oitiva era registrar os sentimentos experimentados por moradores diversos, indígenas e *ribeirinhos* que habitam a região por décadas, em especial no relacionamento destes com a empresa Norte Energia, que tem como uma de suas condicionantes para a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte a obrigatoriedade de manutenção de um Plano de Comunicação com os grupos supracitados.

A diligência do MPF realizou diversas reuniões e visitas. Na reunião realizada na comunidade da Ilha da Fazenda, alguns garimpeiros presentes narraram a

²⁰ <https://medium.com/@socioambiental/o-povo-yanomami-est%C3%A1-contaminado-por-merc%C3%BArio-do-garimpo-fa0876819312#.qsf2z1en>

história do seu “garimpo de pequena escala” (CEDLA, 2013) na região. Um morador antigo contou que a comunidade da Ilha da Fazenda cresceu por causa do garimpo, que eles trabalhavam na região desde 1950, mas moravam na Ilha da Fazenda, e existia garimpo, castanha, pesca e outras fontes de renda, mas que:

- Hoje dá vontade de chorar. Antes o pessoal vivia muito bem, produzia farinha, pescava e vendia. Acabou garimpo, seringa, castanha.

Eles contaram também sobre o conflito com a mineradora canadense Belo Sun e com a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) do Estado do Pará, devido ao licenciamento em andamento de mineração de ouro, a 13 km da barragem da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. No caso em tela, um morador da região da Volta Grande do rio Xingu, em reunião com a procuradora do Ministério Público Federal de Altamira, em 05/03/2016, na Ilha da Fazenda – uma ilha fluvial, que fica em frente ao garimpo da região – ela abriu a reunião afirmando:

- Nós aqui temos dois problemas: Belo Monte e Belo Sun. Tá todo mundo tá nervoso por baixo da barragem. Nós que estamos a 13 km, numa ilha, se houver enchente, seremos os primeiros a ir embora. E estamos a 2 km de Belo Sun.

Esclareço que só no último trabalho de campo (2016), eu tive o *insight* de perceber a situação do garimpo na Terra do Meio, que estava “invisível” para mim e, como num clarão, várias histórias que haviam passado despercebidas emergiram como descreve a Gestalt, as figuras saltaram do fundo. E ele tinha estado lá o tempo todo.

Por que tinha ficado invisível para mim? Por que se eu fosse perguntada por alguém se nos meus trabalhos de campo na Amazônia eu tinha encontrado garimpeiros, eu diria que não, só *colonos*, *ribeirinhos*, indígenas... O que finalmente entendi foi que o garimpeiro é uma profissão, e que várias pessoas que eu havia conhecido na Terra do Meio já haviam trabalhado no garimpo, homens e mulheres. O que significa que eu compartilhava um preconceito. Confundia informalidade com ilegalidade, uma vez que existem áreas onde o garimpo é ilegal, como na EETM, por exemplo, mas em outras regiões, como na região da Volta Grande, a mineração pode ser feita.

O que está em jogo nesses casos é a questão da informalidade da profissão de garimpeiro na Amazônia na qual eu passei a prestar atenção, pois ela me remeteu a uma das artimanhas que descrevo no nesta tese, a da burocratização, que dificulta o acesso dos grupos sociais menos favorecidos aos seus direitos,

Do ponto de vista da justiça ambiental (ACSELRAD, 2009) a situação dos *garimpeiros* guarda uma analogia direta com a atual situação de vulnerabilidade socioambiental dos *ribeirinhos* e *colonos* estudados nos capítulos anteriores, para a qual estou aqui chamando a atenção.

5.2 O garimpo de ouro de pequena escala na Amazônia

Em toda a região Amazônica a exploração e exploração de jazidas de ouro é uma atividade importante, conforme as publicações do Projeto GOMIAM²¹, que descrevem e analisam locais nos quais ocorre o garimpo de pequena escala na Amazônia, em cinco países: Bolívia, Brasil, Suriname, Colômbia e Peru; e chamam a atenção para o fato de que essa atividade vem sendo muitas vezes discriminada, por ser na maioria dos casos informal e/ou ilegal.

A realização de pesquisas para conhecer melhor a atividade garimpeira, que historicamente tem sido criminalizada, é um dos resultados do Projeto GOMIAM, conforme indicado abaixo:

“Nós esperamos que mais conhecimento e consciência venham ajudar no desenvolvimento de políticas adequadas para a regulação ambiental e social do setor e a melhoria das situações de subsistência dos garimpeiros de pequena escala e as comunidades locais” (CEDLA, 2013, Acknowledgements).

Da perspectiva desse projeto, faz-se necessário conhecer a história e a geografia do garimpo de ouro na Amazônia, nas suas múltiplas e complexas relações. Assim, a partir dos estudos de Wanderley, que desenvolveu pesquisas na Amazônia Meridional, é importante discutir:

²¹ GOMIAM é a sigla para Gold Mining in Amazon, um projeto de pesquisa financiado por The Netherlands Organization for Scientific Researchs (NWO).

Quem são os garimpeiros (ou os escavadores tradicionais do ouro) do passado e do presente? Os garimpeiros artesanais, em geral, são pobres e estão longe dos circuitos superiores de poder e da economia, isto é, da produção e de mercado formal. O horizonte do garimpo artesanal é limitado. O garimpeiro é, em geral, pobre, ou empobrecido, lhe faltando capital e tecnologia avançada. É, portanto, fragilizado financeira, política e socialmente. (WANDERLEY, 2015, p.5)

Os garimpeiros podem ser migrantes ou populações locais que usam garimpo como uma das fontes de renda e subsistência (CEDLA, 2013). No garimpo, muitas vezes existem relações de trabalho bem específicas, como uma pessoa que pode ser empregada do dono das máquinas, por exemplo, e outras que podem ser seus sócios. Existem várias frentes de trabalho que se dividem, e todos são entendidos como garimpeiros.

Como Wanderley (2015) explica, a Lei de 2008, que instituiu o Estatuto do Garimpeiro (BRASIL, 2008), no seu Art. 2º, entende por garimpeiro “toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atue diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis”. E também coloca que são denominados garimpeiros: os “donos” de garimpos, os comerciantes de equipamentos, os “balseiros”, os “dragueiros”; e que podem estar nessa categoria todos os indivíduos autônomos, detentores de certo capital ou com facilidade de acesso aos bancos e financiamentos em geral. Tendo em mente esse quadro de classificações, cabe esclarecer que, na situação aqui tratada, focalizo o *garimpeiro pobre*, que está na base da pirâmide socioeconômica da mineração de pequena escala e cujo lugar social equivale àquele dos *ribeirinhos* e *colonos*, que são os principais grupos humanos de referência para as reflexões desenvolvidas nesta tese.

Devido ao grau de informalidade da atividade garimpeira, surgem dificuldades de mensuração exata da exploração do garimpo de pequena escala. Nesse cenário de imprecisão, as pesquisas do Projeto GOMIAM estimam que no Brasil existam 200.000 garimpeiros de pequena escala na Amazônia (CEDLA, 2013, p.3).

Tradicionalmente, o garimpeiro, pobre e invisibilizado, era, e ainda é, em geral, visto como explorador individualizado do ouro que luta por sua liberdade trabalhista e financeira, mas contemporaneamente ele procura para isso fazer parte de associações, sindicatos diversos e cooperativas. O garimpeiro de hoje resiste e se mantém a duras penas, alguns “sem patrão”, mas lutando como podem pela sua existência/modo de vida na atividade mineral. (COELHO, p.6, no prelo).

Esses dados sobre a atividade dos garimpeiros de pequena escala na Amazônia são muito importantes para o reconhecimento dessa categoria, uma vez que, devido à informalidade da maioria dos espaços dessa atividade profissional, existe uma fragilidade para se organizar de modo a garantir seus direitos previstos na legislação brasileira, em especial em situações de disputa, como atualmente ocorre com a Mineradora Belo Sun.

5.3 A importante presença garimpeira na Terra do Meio

Durante os trabalhos de campo que realizamos na Terra do Meio de 2011 a 2016, vários *colonos* nos contaram que investiram o dinheiro que ganharam no garimpo na compra de terras, e hoje atuam no setor de agropecuária. Também *ribeirinhos* narraram que, quando suas famílias estavam precisando muito de dinheiro, eles iam trabalhar alguns meses mergulhando nas balsas de garimpo no rio Curau – um afluente do rio Iriri na bacia do rio Xingu.

A mineração de ouro de pequena escala é uma importante oportunidade de renda na Amazônia inteira. Dado que a maioria da mineração é feita nas esferas informais, números exatos não são fáceis de obter. (CEDLA, 2013, p.3)

Um *colono*, morador do beiradão do rio Iriri foi mais um agricultor que afirmou durante um dos nossos trabalhos de campo, que tinha ganhado dinheiro no garimpo e investiu na terra que atualmente ocupa no Rio Iriri.

O garimpo é informal, gera pouca arrecadação direta para o país, mas, os dinheiros obtidos circulam na cidade, fazendo mover a economia local ou regional. (WANDERLEY, 2015, p.5)

Os moradores da região do rio Xingu relatam as difíceis condições de trabalho nos garimpos. Segundo uma cozinheira²² que nos acompanhava em uma das expedições à Terra do Meio, que já trabalhou em vários garimpos:

É como se diz por aqui: o dinheiro do garimpo vem difícil, mas vai fácil. Um pacote de absorvente lá na corruptela²³ custa oito reais, uma camiseta desta simples que a gente compra aqui por 10 reais, lá é 100 reais. Tudo é muito caro, porque só entra de avião. Eu mesma tive que pagar minha passagem para ir trabalhar lá.

Outro problema que elas relataram é a malária. Uma ribeirinha moradora do Rio Iriri relatou que também trabalhou como cozinheira numa balsa de garimpo, mas que “ficou apenas dois meses porque pegou malária e não quis voltar”.

Um ribeirinho morador da EETM no rio Xingu afirmou que tinha vivido até os 20 anos com a família na região, mas que, como não tinha trabalho lá, saiu para ganhar a vida e trabalhou muitos anos em diversos garimpos na região do Castelo dos Sonhos, um distrito do município de Altamira, Pará. E que voltou recentemente para o rio Xingu, porque o preço da castanha e do cacau melhorou.

O que se extrai dos relatos de campo sobre o trabalho do garimpo entre os moradores da Terra do Meio, é que são trabalhadores que em geral têm outra ocupação, e que o se estão no garimpo temporariamente, é porque estão necessitados de conseguir um rendimento maior, e dispostos a enfrentar adversas condições de trabalho para isto.

O que confirma a tese de que o garimpo coexiste com outras atividades produtivas (como a agricultura, o extrativismo, a pecuária) e que acolhe a população mais pobre e com baixa escolaridade, sendo muitas vezes uma das únicas alternativas de obtenção de recursos financeiros a nível local, o que também foi observado por Theije (2007, p. 87):

²² Foi nas conversas nas voadeiras, nas cozinhas e redes das casas dos ribeirinhos que me hospedava que aprendi sobre as atividades femininas no garimpo. Quando contava para elas que queria saber mais para pesquisa, elas se empenhavam em me explicar com detalhes, e me ensinar os nomes que eu não conhecia.

²³São pequenas vilas sempre à beira de estradas em locais isolados, fora das cidades, geralmente com prostíbulos frequentados por garimpeiros, tropeiros, etc.
<http://www.dicionarioinformal.com.br/> Acesso em 25/05/2016 às 17:59h.

A respeito dos garimpeiros no Brasil, pesquisas mostraram que para muitos a mineração de ouro é uma atividade intermitente, normalmente sazonal (Slater 1994:720). No sul do Pará, trabalhadores rurais incluem ir ao garimpo na “lógica cíclica” do seu trabalho (Schonenberg 2001:399). Isso também foi relatado por MacMillan (1995:73), que mostra que mineradores não são necessariamente camponeses sem terra como é frequentemente pensado, e que para muitos pequenos proprietários mineração oferece uma fonte adicional de renda.

Por outro lado, a presença do garimpo na vida dessas comunidades ribeirinhas vai além de uma relação econômica. As técnicas e práticas aprendidas no garimpo se mostraram absorvidas em outras atividades, como mostram determinados relatos. Um ribeirinho, morador da Estação Ecológica da Terra do Meio, estava atuando como assistente de campo numa pesquisa da Universidade Federal do Pará sobre a estrutura populacional dos tracajás (*Podocnemis unifilis*), e conseguia mergulhar muito bem, capturando vários exemplares, o que aumentava significativamente o esforço amostral da pesquisa, e quando foi indagado sobre a origem de sua habilidade, explicou que estava utilizando a técnica de mergulho aprendida na balsa do garimpo.

5.4 E o que significa tudo isso para o drama do gestor?

Como esta situação pode também se constituir em mais um drama do gestor, no sentido de ter que por um lado, proibir uma atividade profissional, muitas vezes uma das únicas possíveis de gerar recursos financeiros para famílias em extrema vulnerabilidade socioambiental. E, por outro lado, se expor ao risco de enfrentamento, em regiões tão longínquas, muitas das vezes, sozinha.

Quero chamar a atenção para a condição de invisibilidade e/ou não reconhecimento desses profissionais, em termos da “legalidade e/ou informalidade”, conforme mostrado ao longo deste capítulo. E, relacionado ao lugar social que eles igualmente ocupam, quero ao mesmo tempo apontar para a questão do posicionamento do Estado em relação a tais grupos. O “drama do gestor”, que é o tema de fundo desta tese, referido ao universo das UC – entre outras coisas, no que diz respeito ao trato com as populações nelas residentes –, é em última instância uma questão relacionada ao posicionamento do Estado para lidar com a gestão das

UC, como é também o caso dos garimpeiros. *Ribeirinhos, colonos e garimpeiros* guardam uma semelhança no lugar social que ocupam na relação com o Estado e a sociedade abrangente.

6 OS DRAMAS E AS MANHAS DO GESTOR

Neste capítulo, todo o cenário apresentado até aqui ao leitor passará a referir-se ao chefe de uma Unidade de Conservação e como ele lida com a desafiante e complexa realidade: a insuficiência de recursos humanos; a falta de poder de decisão; os entraves administrativos; os entraves jurídicos; o ir e vir sem fim dos processos. E por fim, o risco de vida, (GLOBAL WITNESS, 2016) a que estão expostos os que defendem o meio ambiente no Brasil.

A última categoria analítica desta pesquisa é a “inovação”, aqui representada pelas manhas²⁴ dos gestores, que, frente às tarefas gigantescas e às metas aparentemente inatingíveis, se dispõem a executá-las. Da mesma forma que utilizei a palavra artimanha no capítulo 2, num sentido de estratégias ilegais usadas por empreendedores, neste capítulo utilizo a palavra manha para as estratégias legais que os gestores ambientais utilizam, no sentido de propiciar e contar com o apoio da coletividade para a defesa do meio ambiente. Assim é que se pode dizer que para cada “drama” a ser enfrentado pelo gestor, há de se encontrar uma “manha” na direção da solução.

A gestora da EETM focalizada na pesquisa desempenhava tantos papéis, que poderiam ser protagonizados por várias equipes, como ela mesma descreveu:

Por exemplo, como chefe da UC, estava responsável pela unidade protocolizadora, agente de fiscalização e coordenadora de atividades. Estava responsável também por planejamento tático, operacional, execução de atividades administrativas, financeiras e logísticas. Responsável por definição e coordenação das equipes de campos. Promovendo o planejamento adaptativo, levantando a pauta, estabelecendo o diálogo...

Com esse depoimento, estamos diante de um primeiro “drama do gestor”, que é a insuficiência de recursos humanos. Sob a ótica da conservação da Natureza, a inovação na gestão da EETM foi verificada em três aspectos que quero destacar. O primeiro foi justamente relativo à busca de recursos humanos para viabilizar as

²⁴ O significado de manha aqui utilizado é o da “capacidade para fazer alguma coisa com desenvoltura; modo de agir que demonstra habilidade ou destreza”. MANHA. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/manha-2>. Acesso em 24 maio 2016.

ações necessárias e, quanto a isso, foi relatada a importância da habilidade para escrever projetos e planos, que a chefe da UC, assim relatou:

Aí, o que eu tive que fazer bastante foi detalhar e visitar/ajustar os Planejamentos Operacionais Anuais (POA) e – a partir da definição, execução, avaliação e revisão das ações estratégicas associadas às metas institucionais, e dos marcos referenciais dos programas de financiamento, em especial o Programa Arpa e o Projeto Terra do Meio e de sua implantação – justificar a necessidade de parcerias institucionais.

O primeiro edital de projeto captado que possibilitou a parceria PPEA-IFF/EETM-ICMBio foi o “Ameaças à Conservação da Biodiversidade na Estação Ecológica da Terra do Meio”, escrito em conjunto e financiado pela DIBIO/ICMBio em 2011 e renovado em 2012, cuja sinopse do relatório pode ser apreciada no Anexo A.

Em Altamira, após um ano na EETM, alguns acontecimentos, como o relatado abaixo, foram configurando uma *network*, que ela assim explicou:

Eu estava no Pará há cerca de um ano na Estação Ecológica da Terra do Meio, eu ainda não havia me tornado chefe. Cris foi pessoalmente ao escritório no NGI e do Ministério Público Federal de Altamira. E, numa perspectiva de soma de esforços para dar continuidade às ações de conservação de quelônios no Tabuleiro do Embaubal (a montante da Resex Verde para Sempre), a pedido da Universidade Federal do Pará (UFPA), fui apoiar o projeto coordenado pela UFPA e conheci o Juca e outros atores sociais durante a permanência no Tabuleiro.

A partir dessa atividade, quando os trabalhos de campo na EETM estavam sendo preparados, mestrandos, doutorandos e professores da UFPA, bem como profissionais das ONG locais eram contatados na perspectiva da soma de esforços, e foi assim que tarefas grandiosas e importantes puderam ser realizadas, como explica a chefe da UC:

Quando eu conheci o Professor da UFPA eu percebi que tinha encontrado um parceiro comprometido com a conservação e aí passei a convidá-lo para as expedições de campo. Quando ele não podia ir, pedia que ele designasse um mestrando, um doutorando, outro professor, e assim a rede de atores sociais da EETM foi se expandindo, e trabalhávamos juntos. Eu apoiava as campanhas de alunos e professores da UFPA na EETM, enquanto os alunos apoiavam as ações do ICMBio, desde a preparação dos “trabalhosos” trabalhos de campo, fazendo compras, até nas ações de gestão, fotografando e entrevistando moradores para o cadastro do ICMBio, redigindo ata de conselhos, enfim...

Então, além das atividades de cadastramento de moradores, do mapeamento participativo do uso dos recursos naturais, houve colaboração na capacitação dos conselheiros, durante a formação do Conselho Consultivo da EETM, no processo de elaboração do Termo de Compromisso e do Plano de Manejo. Nesse período iniciou-se ainda o estudo sobre valoração ambiental visando a indenização justa a *colonos e ribeirinhos* da EETM (FERREIRA; MELLO, 2015); hoje ainda em fase de conclusão.

E daí veio a segunda inovação observada, que foi realizar a gestão a partir da utilização do Sistema de Informação Geográfica, ferramenta imprescindível, sobretudo na EETM, que tem mais de 3.300.000 ha. E a gestora foi além com as parcerias: conseguiu colaboração do Instituto Socioambiental (ISA) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) para consolidar a presença virtual no território. Tathiana havia aprendido o “caminho das pedras”, e trabalhou junto também com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Militar do Pará, com o Corpo de Bombeiros. E, a partir do georeferenciamento de dados, quando a atividade era de fiscalização, sinalização e proteção do território, a parceria era feita também com o Exército. O Exército colaborou ainda na formação de brigada de prevenção e combate a incêndio florestal.

Levando em conta que os órgãos ambientais brasileiros vivem na atualidade, de uma forma geral, o desafio de gerir com pouquíssimos servidores, sobretudo na região amazônica, pode-se ver que foi a inovação no formato das expedições de campo que conseguiu integrar diferentes tarefas de gestão (tais como cadastro de moradores e implantação de placas), com tarefas de pesquisa (como monitoramento de recursos naturais e coleta de campanhas de pesquisa de fauna), nas quais analistas ambientais, pesquisadores, e *staff* de ONGs se apoiam mutuamente, conforme pode ser visto na Figura 20, e aí temos um “ganha-ganha” na utilização dos recursos públicos. Isso é o que entendo como “manha” por parte de um gestor, como contraponto aos “dramas” que tem que encarar.

Mas um segundo drama que um chefe de UC vive é a falta de poder de decisão. Ele está de frente para a realidade, em contato direto com a comunidade, escuta, dialoga com as instituições representadas no conselho, produz documentos, leva para a sede do ICMBio, conversa com coordenações e diretorias – mas não tem poder de decisão. E ainda tem que repetidamente esclarecer para a

comunidade local que o seu papel é apenas de mediador. O que foi percebido por um conselheiro *colono*, quando num processo de avaliação de uma das reuniões do Conselho da EETM, ele disse: “*Que pena que o chefe não tem poder de decisão.*”.

Figura 20 - Reunião com os colonos da Vicinal do Limão em julho de 2013, contando com apoio das instituições parceiras na organização e registro dos trabalhos.



Fonte: A autora, São Félix do Xingu, 2013.

Nesse aspecto, a dificuldade vai para muito além da esfera ambiental: o órgão é técnico, mas extremamente sensível à conjuntura política, uma vez que o presidente do ICMBio é indicação política do governo federal. Alguns analistas da sede e chefes das outras unidades mencionaram em suas entrevistas um retrocesso na agenda ambiental brasileira, como uma das principais dificuldades da atualidade.

Meus estudos e reflexões sobre a conjuntura política do momento em que a pesquisa foi realizada são muito bem expressados por Castro (2014) no artigo em que critica o avanço do governo sobre a Amazônia, seus projetos de estradas e usinas hidrelétricas, benefícios ao agronegócio – e descaso com os direitos dos povos indígenas. O antropólogo comparou as ambições desenvolvimentistas da então presidente à megalomania da ditadura, com seu ideário de “Brasil Grande”.

Hegel deve estar dando pulinhos de alegria no túmulo, vendo como a dialética funciona. Foi preciso a esquerda, para realizar o projeto da direita. Na verdade, eles sempre quiseram a mesma coisa, que é mandar no povo. Direita e esquerda achavam que sabiam o que era melhor para o povo e, o que é pior, o que eles pensavam que fosse o melhor é muito parecido. Os militares talvez fossem mais violentos, mais fascistas, mas o fato é que é muito parecido, (...) a esquerda em geral, tem uma incapacidade congnita para pensar todo tipo de gente que não seja o bom operário que vai se transformar em consumidor. Uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusaram a entrar no jogo do capitalismo. Quem não entrou no jogo – o ndio, o seringueiro, o camponês, o quilombola –, gente que quer viver em paz, que quer ficar na dela, eles não entendem. (CASTRO, 2014)

O terceiro drama do gestor são os entraves administrativos, o ir e vir sem fim dos processos: são muitas as UC, muitas coordenações, poucos analistas, muitas normativas internas que estão ainda bastante fluidas. Muitas vezes um processo começa a ser feito, sob uma orientação, muda a chefia de uma diretoria e/ou reestrutura-se o órgão, e aí muda o “entendimento”²⁵ da questão, publica-se uma nova portaria; e assim, o processo que o chefe julgava pronto – porque tinha sido instruído, alinhado com as coordenações, discutido com a comunidade – retorna, e começa tudo de novo. E o gestor tem que explicar l na ponta, um ano depois, que “o processo voltou” e que vai começar tudo de novo, como nos conta a Chefe da EETM:

Elaborar documentos, tocar os encaminhamentos. Todos estes passos não são tão fluidos e simples; requerem alinhamentos com as coordenações temáticas, cadastramento de solicitações em sistemas, elaboração de termos de referências, monitoramento de fluxos e providências. Muitos telefonemas e emails para o andamento das solicitações no sistema, processos, etc...

O Termo de Compromisso foi um exemplo cristalino desse tipo de situação. Quando o trabalho foi iniciado não existia a normativa; havia então como referência a Lei do SNUC (BRASIL, 2000), o Decreto 4340 (BRASIL, 2002) e os Termos de Compromisso já anteriormente assinados pelo presidente do ICMBio. Quando um imenso trabalho ficou pronto, no final de 2013 – tendo sido realizado com apoio das instituições parceiras, em diversas reuniões setoriais e do Conselho da EETM, nas quais foram pactuadas cláusula por cláusula, com moradores e usuários –, mudou o

²⁵ Esta expressão é um jargão forte no órgão, que significa a interpretação da legislação e das normativas internas, de uma determinada conjuntura política.

“entendimento”, foi publicada uma nova portaria, mudou o coordenador, e até o presente momento, não foi assinado.

Mas, o quarto drama, os entraves jurídicos são os mais difíceis de lidar. Segundo o relato de um analista muito experiente do ICMBio, muitas vezes são criados por procuradores que julgam de dentro de suas salas com ar condicionado, em Brasília, sem conhecer a realidade concreta das Unidades de Conservação e dos seres que lá habitam. Isso gera uma dificuldade maior para o Chefe da UC, porque o que se observa é que o plano jurídico se coloca numa posição de ver o que da legislação não está sendo cumprido pelos “outros”. Os moradores da EETM reagem dizendo que o ICMBio não cumpre algumas de suas próprias obrigações, como, por exemplo, os seus prazos – como, de fato, os prazos de elaboração do Termo de Compromisso e do Plano de Manejo não foram cumpridos. Lembram também que o órgão não dota a UC de recursos humanos, e que até hoje a regularização fundiária não foi finalizada. E o gestor da UC fica exposto a essa situação, sozinho lá na ponta.

E por fim, há o quinto drama, o drama do risco de vida a que estão expostos os que defendem o meio ambiente no Brasil. Segundo a Global Witness (2016), o Brasil, é o país mais perigoso do mundo para manifestar-se contra a destruição ambiental. E citam os novos dados da ONG brasileira Comissão Pastoral da Terra (CPT) que revelam 23 ativistas assassinados no ano de 2016 defendendo suas terras, florestas e rios contra grandes setores empresariais, sendo que a maioria das mortes está vinculada à extração de madeira e ao agronegócio.

Segundo a Global Witness (2016), nos últimos anos, houve um enfraquecimento das leis brasileiras voltadas à proteção do meio ambiente e dos direitos humanos, com consequências fatais. O Brasil encontra-se numa das piores posições dentro da crescente tendência mundial de violência e de intimidação. Ao menos 185 defensores do meio ambiente foram assassinados em vários continentes em 2015 – de longe o maior número de mortes já registrado; e a Amazônia brasileira é um dos principais focos de violência. Após quase uma década em declínio, as taxas de desmatamento da Amazônia estão novamente em ascensão, com aumento de 16% em 2015 – o resultado de um esvaziamento do conteúdo de leis florestais, de um poderoso lobby do setor agrícola e da recessão econômica, o que está

levando mais pessoas a extrair madeira ilegalmente e a desflorestar para criar lavouras.

Frente a este cenário, eu indaguei a Chefe da UC se ela alguma vez tinha se sentido ameaçada durante a execução do seu ofício, e ela respondeu que sempre fazia uma abordagem muito cuidadosa e que, uma vez alguns *ribeirinhos* relataram para ela que um garimpeiro tinha subido o Rio Iriri fazendo ameaças aos fiscais do ICMBio; que ela tinha ficado temerosa, mas felizmente não encontrou com ele. E lembrou ainda, que um funcionário da Secretaria de Meio Ambiente, que trabalhou em São Félix do Xingu e depois em Altamira, tinha sido recentemente assassinado.

Frente a esses dramas é de se pensar: haja manhas para enfrentar tudo isso! Mas, como coloquei de início em relação ao drama da falta de recursos – contrabalançado com várias estratégias inovadoras por parte da gestora da EETM – pude observar que, igualmente em relação aos demais dramas referidos acima, havia formas/manhas para lidar com eles. E não é à toa a escolha do termo “manha”, como coloquei também de início aqui: com a conotação de conhecer/compreender a situação/questão e dar o jeito/solucionar como possível.

Nesse sentido, com base no caso da EETM, de um lado, podem-se reconhecer estratégias usadas pela então gestora para obedecer às regras do ICMBio e ao mesmo tempo respeitar os interesses das comunidades locais residentes na UC. Um exemplo disso é a proposta de um *Termo de “Acordo”* – uma invenção dela, claramente relacionada ao que estou entendendo como inovação – para os *colonos* moradores da EETM, pois eles não aceitavam o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pois sempre diziam que o TAC era para quando tivessem sido cometidos crimes ambientais, e eles não haviam cometido. O Termo de Compromisso, previsto pela legislação, só se aplica para os grupos que podem ser considerados como “população tradicional”. No caso da EETM isso caberia apenas para os *ribeirinhos*, mas não para os *colonos* – que, não sendo classificados como população tradicional, não poderiam ser contemplados com esse instrumento para garantir as suas condições de vida enquanto o Estado não resolvesse quando/como “retirá-los” dali. Diante disso, ao lado do *Termo de Compromisso* elaborado com os *ribeirinhos*, foi também elaborado um *Termo de “Acordo”* com os *colonos*. Os documentos foram construídos segundo as mesmas premissas e enviados para aprovação na central do ICMBio, que mesmo nunca tendo sido

assinado, teve grande parte de seu conteúdo incorporado ao Plano de Manejo, nas normas de uso da Zona ocupada pelos colonos.

De outro lado, podem ser reconhecidas estratégias em articulação com a própria instância do ICMBio e com outras instâncias externas – relacionado ao que vou chamar de “costurando por dentro” e “costurando por fora”. Os assuntos que eram tratados nas comunidades locais, no Escritório de Altamira e nas reuniões do Conselho eram formalizados em ofícios, relatórios e/ou processos e chegavam à sede.

De uma forma geral os analistas que estavam nos setores administrativos já tinham tido experiências anteriores em UC, e embora em diferentes cenários, devido à grande diversidade socioambiental brasileira, conseguiam estabelecer um bom diálogo com a chefe da UC. Então o primeiro momento era uma conversa para compreender a realidade local, que incluía uma percepção dos atores envolvidos, dos conflitos sociambientais existentes, e das possibilidades e limites em que aquele setor administrativo do órgão gestor poderia atuar. Por exemplo, se era a coordenação de conflitos, ou a de gestão participativa, ou a de elaboração de planos de manejo, alguma questões poderiam ser tratadas naquele setor, mas deveriam também envolver as outras coordenações afetadas. Então chamo aqui a atenção para o fato de que, quando me refiro ao drama do gestor nesta tese, focalizo o chefe da UC, mas futuras pesquisas podem também investigar os dramas dos outros gestores que estão em outras esferas da gestão ambiental pública brasileira.

Os gestores das coordenações e diretorias do ICMBio Brasília tinham um papel fundamental no suporte à chefia da UC. Porque, por um lado, guardavam certa distância do problema, o que muitas vezes lhes possibilitava uma análise mais distanciada da problemática, do ponto de vista do envolvimento emocional com o drama dos residentes a que o chefe da UC estava exposto. Por outro lado, eles lidavam com realidades semelhantes Brasil afora, o que lhes propiciava mais experiência com a temática. Um terceiro aspecto era que eles, por estarem diariamente na sede, tinham uma maior clareza sobre as decisões que recentemente vinham sendo tomadas sobre casos semelhantes ao que a chefe da UC traziam. Assim, eles atuavam como conselheiros da Chefe da UC, sinalizando os melhores caminhos administrativos a serem trilhados.

A esse tipo de “leitura de realidade” (FREIRE, 1992) que certos analistas fazem, eu chamo de “costurando por dentro”. Eles sabiam que não era possível realizar certas tarefas que talvez fossem as ideais, porque haveria impedimentos legais, ou orçamentários, ou políticos. Mas, frente a esses impedimentos, encontravam maneiras alternativas, porém legais, de avançar na solução dos problemas.

O que chamo de “costurando por fora” diz respeito às pessoas de instituições parceiras da UC, que não são do quadro do ICMBio, mas são reconhecidamente envolvidas com a conservação da natureza – como pesquisadores, membros de ONGs ou de associações locais, que atuavam em sintonia com as ações do ICMBio, na busca de somar esforços para viabilizar a gestão. Esse era o caso, por exemplo, de uma universidade que disponibilizava dados para o planejamento, que agilizava com credibilidade a elaboração de um relatório. Ou ainda o caso de ONGs que contribuía com recursos para apoiar uma reunião de conselho. E de associações locais que faziam o papel de guias em regiões inóspitas e hospedavam os técnicos onde não havia hotéis e infraestrutura.

No jogo dos dramas e das manhas do gestor, toda essa rede de cooperação que era tecida pela chefe em articulação com outras instâncias, do ICMBio e externas, me fez ver o papel da coletividade na defesa do meio ambiente no Brasil, como está prevista na constituição.

CONCLUSÃO

Ao se ler o Sumário desta tese, deve-se considerar cada um dos capítulos e itens listados, que correspondem a diferentes questões relativas ao universo das Unidades de Conservação e dos processos de licenciamento ambiental, em relação com o título da tese; ou seja, em referência ao gestor de uma Unidade de Conservação e às implicações do lugar que ocupa e do papel que tem que desempenhar. Busquei mostrar, a propósito de todas as questões abordadas, o rebatimento de cada uma delas sobre a posição ocupada pelo gestor, a partir do caso da Estação Ecológica da Terra do Meio e acompanhando de perto a trajetória e o desempenho da chefe da EETM, Tathiana Chaves, no período da pesquisa.

Assim é que, quando trato de determinados temas – como desafios para a participação social na conservação da natureza, a presença de populações em UC de Proteção Integral, o paralelismo entre o lugar social dos garimpeiros de pequena escala na Amazônia e o dos membros de populações tradicionais residentes em UC, áreas protegidas e desterritorialização, regularização fundiária e injustiça ambiental, plano de manejo e suas possibilidades, entre outros –, estou sempre me referindo ao que tudo isso significa e implica para aquele que exerce a gestão de uma UC. E nesse sentido é que tudo isso também converge para o que apresento no último capítulo, que se refere aos “dramas e manhas do gestor”.

Acredito que, se muitos estudos têm sido produzidos sobre atores sociais envolvidos com questões referentes à sua relação com Unidades de Conservação, por outro lado, os gestores como os focalizo aqui não têm recebido a mesma atenção que as populações locais abrangidas nas UC. Penso igualmente que este trabalho possa estimular a realização de outros nessa mesma direção. Mas, além da minha expectativa de contribuição para esse campo estudos, gostaria ainda de finalizá-lo apresentando algumas questões e sugestões – como legado de toda a vivência que tive o privilégio de usufruir ao longo da minha trajetória profissional e da pesquisa que resultou nesta tese.

A primeira proposição que aqui coloco, considerando que o Estado Brasileiro não mostra atualmente capacidade de promover a reterritorialização das populações tradicionais residentes na EETM (caso que ocorre em diversas UCs de Proteção Integral), é sugerir que, enquanto não se proceder às ações previstas em lei para

garantir os direitos dessas populações, os gestores de UC devem prever *no Plano de Manejo* atividades permitindo que as populações residentes sejam incorporadas nas ações de manejo, admitindo que sua permanência no interior da UC já é um fato. Ou ainda – o que considero mais importante e eficaz se for efetivado – que, frente a essa distância real que existe entre o que a legislação prevê e o que acontece de fato nas UC, a legislação venha a ser ajustada à realidade nacional – ou seja, prevendo a possibilidade da presença de populações tradicionais nas UC de Proteção Integral mediante o estabelecimento de acordos em torno de direitos e deveres, pactuados e monitorados no Plano de Manejo da UC.

A segunda proposição que coloco é sobre a urgência de realizar uma articulação integrando servidores do ICMBio, de Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) e de Organizações Municipais de Meio Ambiente, envolvidos com o planejamento de UC, visando atualizar e aprimorar o roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo para todas as categorias previstas na Lei do SNUC. Tanto no sentido técnico, que pode diminuir as incertezas conceituais, como no sentido de simplificação da linguagem visando tornar mais inclusiva a participação social nos processos de gestão.

A terceira proposição é de formar um grupo de trabalho do ICMBIO, IBAMA, CAPES e CNPQ para construir instrumentos normativos, estabelecendo procedimentos e critérios para a participação das Instituições de Ensino e Pesquisa, na elaboração de Planos de Manejo e Estudos de Impacto Ambiental, o que pode ser feito através de editais específicos, nos quais Grupos de Pesquisa inscritos no CNPQ possam se candidatar a realizar consultorias. Esta sugestão objetiva diminuir a possibilidade de artimanhas, como a cooptação de cientistas pelas empresas, fortalecendo o papel do Estado brasileiro na sua função de comando e controle sobre o meio ambiente.

A quarta proposição é a de integrar a gestão das Áreas Protegidas (Unidades de Conservação da Natureza, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas) em consonância com o Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006), num mesmo órgão gestor. Bem como, tratar as diversas áreas protegidas como um mosaico na Bacia Hidrográfica onde estão localizadas, articulando a conservação da sociobiodiversidade com a dos recursos hídricos. Por dois motivos: o primeiro, porque estes elementos estão intrinsecamente ligados; e o segundo, porque a

multiplicidade de fóruns de gestão participativa, tais como conselhos e comitês, sem uma devida coordenação desgasta e sobrecarrega os atores sociais envolvidos.

E, finalmente, em relação aos dramas enfrentados pelos gestores, coloco que o Estado brasileiro precisa reconhecer que não vem cumprindo integralmente suas obrigações institucionais de gestão de áreas protegidas. O que só acontecerá na medida em que a sociedade seja cada vez mais bem informada sobre as manhas e artimanhas no sentido que uso nesta tese, para que possa haver uma participação social cada vez mais cidadã, em prol da conservação da natureza e com justiça social.

Certamente, uma Universidade da Terra do Meio, como profetizada por Pedro Martinelli, muito ajudaria na realização desses ideais na região.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. **Série Sindicalismo e Justiça Ambiental**, v. 3, 2000.

_____. (Org.) (2004). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 7-11, 13-35.

_____. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

_____. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolabio**, n. 11, p. 106-123, 2013.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo. v.43, n. 1, p. 145-182, 2000.

ALARCON, D. F.; TORRES, M. **Não tem essa lei no mundo, rapaz!** A Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto rio Iriri. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; Altamira: Amora - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014. Disponível em: http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/nao_tem_essa_lei_no_mundo_ebook.pdf. Acesso em: 24 jan. 2015.

BARRETO, A. M. Apropriação ilícita de terras públicas na Amazônia: o caso Gleba Ituna, no estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém: Banco da Amazônia, v. 3, n. 5, p. 7-26, jul./dez., 2007. BARRETO FILHO, H. **Da Nação ao Planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

_____. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

BELO SUN, 2016. **Belo-Sun-mining-corp-corporate-presentation**. Abril 2016. Disponível em: http://belosun.com/volta_grande/feasibility_study_results/ Acesso em: 14/06/2016.

_____. **Estudo de viabilidade do projeto Volta Grande**. Maio. 2015. Disponível em: http://belosun.com/volta_grande/feasibility_study_results/ Acesso em: 14/06/2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. - Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas ou da Mineração). **Diário Oficial da União**. Seção 1. 28/02/1967. p. 2417 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm

BRASIL. Constituição Federal, 1988. **Diário Oficial da União**. Seção 1. 05/10/1988, p.1 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

_____. Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.- Altera o Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 20/7/1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7805.htm

_____. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário Oficial da União**. 19/07/2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>

_____. Decreto Federal 4.340, que regulamenta a Lei Federal nº 9985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário Oficial da União**. 23/08/2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=374>

_____. Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. **Diário Oficial da União**. 08/02/2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

_____. Lei Federal nº 11.685, de 02 de junho de 2008. Estatuto do Garimpeiro. **Diário Oficial da União**. 03/06/2008. p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11639.htm.

BRONZ, D. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

BRUCKMAN, M. Recursos naturais e a geopolítica da integração Sul-americana. In: VIANA, A. R.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (Orgs.) **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: IPEA, 2011. p. 197-246.

CARVALHO, C. Brasil tem só um fiscal por 579 km² de área protegida. **O Globo**. São Paulo, 27 jan. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-so-um-fiscal-por-579-km-de-area-protegida-11410382><http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-tem-so-um-fiscal-por-579-km-de-area-protegida-11410382>. Acesso em 14 jan. 2016.

CASTRO, E. V. O antropólogo contra o Estado. "Foi preciso a esquerda para realizar o projeto da direita." **IHU**. São Leopoldo, 9 jan. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/527082-o-antropologo-contra-o-estado> Acesso em 24 jan. 2017.

CATELA, L. S. Conocer el silencio. Entrevistas y estrategias de conocimiento de situaciones límite. **Oficios Terrestres**. Universidad Nacional de La Plata. v. 10, n. 15-16, p. 42-54, 2004.

CNUC-MMA. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. CNUC/MMA, 2016. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Categorias_copy.pdf. Acesso em 24 jan. 2017.

CARNEIRO, E.J. (2005). Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos, **Revista Rio de Janeiro**, n.16-17, pp. 35-46.

COELHO, M. C. N.; WANDERLEY, L. J.; COSTA, R. C. **Extratores de Ouro e Cooperativismo na Amazônia do século XXI**. Exemplos nos Rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira. (No prelo).

COEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Parecer Técnico Coema Nº 22520/GEEMIN/CLA/DILAP/2013** – Protocolo Nº 2012/0000005028). COEMA-PA, 2013.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M.; Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *et al.* (orgs.) **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental/Estação da liberdade, 2001. p. 184-193.
CURRUTELA. **Dicionário Informal**. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/currutela/>. Acesso em 25 maio 2016.

DA SILVA, M. S. F.; SOUZA, R. M. Territórios protegidos e arenas de conflito nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Sergipe, Brasil. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 17, n. 445, jul. 2013. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/sn/sn-445.htm. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais. **Terr@ Plural**, v. 3, n. 2, p. 241-260, 2009.

DE CASTRO, F.; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. Introduction: Environment and society in contemporary Latin America. In: **Environmental Governance in Latin America**. Basingstoke: Palgrave Macmillan UK, 2016. p. 1-24.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ESCADA, M. I. S. *et al.* Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: o interflúvio do Xingu/Iriri. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 9-23, maio/ago. 2005.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo nº 13**. São Paulo: USP, 2005.

FERNANDES, J. L. J. A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo. In: **I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais**. Anais. Póvoa de Varzim: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural. 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13829>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2014.

FERREIRA, M. I. P.; MELLO, D. S. Des-re-territorialização e áreas protegidas na Amazônia: reflexões a partir do caso da Estação Ecológica da Terra do Meio-Pará. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 7, n. 87, p. 9, 2016.

_____. Nature Conservancy versus Traditional People's Rights: Applying Environmental Valuation as an Environmental Justice Strategy for Mediating Conflicts Stablished by the Creation of an Integral Protection Conservation Unit and Riverside Traditional Population Permanence in Ecological Station of Terra do Meio, Pará, Amazonia, Brazil. In: WORKSHOP ON ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY. 2014, Winnipeg. **Workshop on Environmental Management and Sustainability**. Campos dos Goytacazes-RJ: Essentia, 2015. CD-ROM.

FRANKS, D. M. *et al.* Conflict translates environmental and social risk into business costs. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 21, p. 7576-7581, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Post-normal science and extended peer communities in the face of environmental challenges. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 4, n. 2, p. 219-230, 1997.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L.; MENEZES, E.(ORG.). **Roteiro metodológico de planejamento: parque nacional, reserva biológica, estação ecológica**. Brasília: IBAMA, 2002.Revisão 2005.

GERHARDT, C. H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: UFPE, 2007.

GLOBALWITNESS. Brasil, anfitrião das olimpíadas, é o país mais perigoso do mundo para o ativismo ambiental. **GlobalWitness**, 4 ago. 2016. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/brasil-anfitriao-das-olimpiadas-e-o-pais-mais-perigoso-do-mundo-para-o-ativismo-ambiental/> Acesso em 02 nov. 2016.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the wilderness myth. **BioScience**, v. 42, n. 4, p. 271-279, 1992.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: **I ENCONTRO DA ANPPAS**, Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

INGOLD, T.; KURTTILA, T. Perceiving the environment in Finnish Lapland. **Body & society**, Londres: SagePublications, v. 6, n. 3-4, p. 183-196, 2000.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Relatório de Pesquisa. **Relatório Territorial da Região do Médio Xingu**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (coord.) **Estudos Preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu**. Altamira: MMA, 2003.

_____. **Análise do Licenciamento Ambiental do Projeto Volta Grande da Belo Sun**: manifestação em decorrência da Audiência Pública de 10/01/2013, Vila da Ressaca, Sen. José Porfírio/PA. Altamira: ISA, 2013.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico Socioambiental das Terras Indígenas do Médio Xingu. 2015**. Disponível em: www.institutosociambiental.org.br. Acessado em: 15/12/2016.

O POVO YANOMANI está contaminado por mercúrio do garimpo. Produção: FIOCRUZ, ISA, PUC-RJ, Hutukara Associação Yanomami - HAY e Associação do Povo Ye'kwana do Brasil – APYB, ISA, mar. 2016. C <https://medium.com/@socioambiental/o-povo-yanomami-est%C3%A1-contaminado-por-merc%C3%B4rio-do-garimpo-fa0876819312#.qsfd2z1en>

ITACARAMBY, K. G. **Desterritorialização forçada de comunidades tradicionais: casos de injustiça socioambiental**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ITCG - INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Cartografia Social**. ITCG. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Cartografia_Social_ITCG.pdf . Acessado em 05/08/2013.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago, 1962.

LEONTIEN, C.; KOLEN, J.; THEIJE, M. E. M. (Eds). **Cuadernos del CEDLA: Small-scale gold mining in the Amazon: the cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname.** Amsterdam. No. 26. 2013.

LIPIETZ, A. A ecologia política: solução para a crise da instância política. **Ecologia política.** Buenos Aires: CLACSO, p. 15-26, 2002.

LITTLE, P. E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (Org.) **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 39-47.

_____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol. 12, nº 25, jan./jun. 2006a.

_____. **Conhecimentos tradicionais ambientais no marco da intercientificidade.** Universidade de Brasília, Projeto de Pesquisa no Departamento de Antropologia – UnB/DAN, 2006b.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos.** Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

MACHADO, L. D.; MELLO, D. S. O pleito judicial e o movimento SOS Dunas do Perú: um caso de participação popular envolvendo conselhos de Unidades de Conservação. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO. Niterói: PPGSD-UFF, 14 a 16 de outubro de 2015, n.5.

MAGNANI, J.G.C, De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, Nº 49, Junho/2002.

MARCUS, G. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MANHA. **Dicionário Online de Português.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/manha-2>. Acesso em 24 maio 2016.

MARINHO, J. A. M.; SARAIVA, M. P.; Hidrelétrica Belo Monte e Processos de Des-territorialização no Médio Rio Xingu-PA. **VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS.** Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT14-890-1315-20120715002905.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MEADOWS, D. H. *et al.* **The limits to growth: a report to the club of Rome** (1972). New York: Universe Books, 1972.

MELLO, Dalila Silva; MARTINS, Márcia Barbosa; NEFFA, Elza. Vaudeville Ambiental: um estudo sobre estratégias e táticas em licenciamento de empreendimentos, o caso do campo de Dunas do Perú, Cabo Frio – RJ. In: SEMINÁRIO

INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO. Niterói: PPGSD-UFF, 14 a 16 de outubro de 2015, n.5.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Memorando dirigido ao consultor jurídico do MMA**, Nº17/2005/DAP/SBF/MMA, de 15/02/2005.

_____. **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. MMA, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-amazonia-ppcdam>. Acesso em 12 mar. 2014.

_____. **PRODES 2014: Desmatamento na Amazônia cai 18%**. MMA, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/redd/index.php/pt/informma/item/141-prodes-2014-desmatamento-na-amazonia-cai-18>. Acesso em 21 abr. 2015

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MUNIZ, H. B. Mina de oportunidades. **Forbes & Manhattan**. Disponível em: <http://forbesmanhattan.com> . Acesso em 24/05/2016.

OAARL – OBSERVATÓRIO AMBIENTAL ALBERTO RIBEIRO LAMEGO. **Cartograma de áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro**. OAARL, 2007. Disponível em: http://observatorioambiental.iff.edu.br/multimedia/copy_of_catograma.JPG. Acesso em 24 maio 2016.

OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília - DF: ABA, 2014.

PEDRO MARTINELLI. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikipedia Foundation, 2016. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pedro_Martinelli&oldid=45177496 . Acesso em: 27 mar. 2016.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 81-97, 2008.

PRADO, R. Small town: mitologia e vivência. **Antropologia Social–Comunicações do PPGAS**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 43-96, 1995.

_____.; CATÃO, H. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 83-93, 2010.

_____. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.) **Cultura, percepção e ambiente: Diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

PULLIAM, H. R. Sources, sinks and regulation populations. **The American Naturalist**, v. 33, n. 5, p. 652-661, 1988.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2 ed. Brasília: Ibama, 2006.

RODMAN, J. What is living and what is dead in the political philosophy of TH Green. **Western Political Quarterly**, v. 26, n. 3, p. 566-586, 1973.

SACHER, W. El modelo minero canadiense: saqueo e impunidad institucionalizados. **Acta Sociológica**, v. 1, n. 54, p. 49-67, 2011.

SATHLER, E. B. **Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”**: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. 316f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, E. Environment and sustainable development. In: **Routledge handbook of Latin American politics**. New York: Routledge, 2012. p. 181-199.

SILVA, T. F. **A última peça do mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio – Pará-Brasil**: o processo de criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu. 2009. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Ciências Agrárias de Desenvolvimento Rural do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUZA, T. C. **A Estação Ecológica da Terra do Meio**. Apresentação de Powerpoint. 2013.

STENGERS, I.; PIGNARRE, P. **La Sorcellerie Capitaliste**. Paris: La Découverte. 2005.

SUSSKIND, L. E.; ALI, S. H. **Environmental Diplomacy: Negotiating More Effective Global Agreements**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2015.

TALBOT, V. **Termos de Compromisso**: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais. 2016. 208 f. Trabalho de conclusão (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro / Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro, 2016.

THEIJE, M. Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. **Revista Antropológicas**, ano 11, v. 18, n. 1, 2007.

UNGER, N. M. **O encantamento humano**: ecologia e espiritualidade. São Paulo: Loyola, 1991.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2007.

VALLEJO, L. R. Unidade de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 1-22, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/88>. Acesso em 27 jan. 2015.

WANDERLEY, L. J. **Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. 2015. 300f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

WWF - Brasil (World Wild Found - Brasil). **Diagnóstico socioeconômico da Estação Ecológica da Terra do Meio no Pará**. Coord. Marco Aurélio Rodrigues. Brasília, DF: WWF - Brasil, 2014.

ZHOURI, A. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócioambientais**. (Org.) 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

APÊNDICE A – Trabalhos de campo e estratégias de pesquisa

1. Trabalhos de Campo:

Novembro / Dezembro de 2011 – 15 dias

Expedição ao Rio Iriri – cadastramento de moradores, sensibilização para formação do Conselho Consultivo da EETM e tomadas e entrevistas para o Vídeo “Vozes da Floresta.”.

Abril de 2012 – 3 dias

Reunião em Altamira – Capacitação de conselheiros e mediação do processo de elaboração da Minuta de Regimento Interno do Conselho da EETM.

Julho 2012 – 15 dias

Expedição aos Rios Xingu e Iriri. Cadastramento de moradores e usuários, levantamento de demandas de acesso à cidadania e elaboração de minuta de Termo de Compromisso com os ribeirinhos.

Abril de 2013 – 15 dias

Expedição ao Rio Iriri – reuniões preparatórias para o Conselho da EETM.
Reunião em Altamira – Posse do Conselho, formação de Câmaras Temáticas, discussão de Minutas de Termo de Compromisso e Termo de Acordo. Aprovação do Regimento Interno.

Julho de 2013 – 17 dias

Expedição a São Félix do Xingu e à Estrada Transiriri e suas vicinais. Validação de cadastro de moradores da Estrada Transiriri e vicinais. Discussão de Minutas de Termo de Acordo com colonos. Elaboração de Nota Técnica.

Agosto de 2013 – 12 dias

Expedição ao Rio Iriri – Discussão de condições e prazos do Termo de Compromisso com ribeirinhos Elaboração de Nota Técnica.

Abril de 2014 – 10 dias

Reconhecimento de campo com a chefe da EETM, o consultor contratado e a supervisora do Plano de Manejo do ICMBio. Reunião do Conselho em Altamira.

Maio de 2014 – 3 dias

Reunião de estruturação do Planejamento do processo de elaboração do Plano de Manejo da EETM, com a chefe da EETM, o consultor contratado e a supervisora do Plano de Manejo, em Brasília na sede do ICMBio.

Junho de 2014 – 5 dias

Oficina de Planejamento Participativo para elaboração do Plano de Manejo com o Conselho da Unidade em Altamira.

Agosto de 2014 – 5 dias

Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação do Plano de Manejo em Brasília na sede do ICMBio. Análise documental dos Processos de Criação e de Elaboração do Plano de Manejo da EETM.

Março de 2016 – 10 dias

Moderação da Reunião do Conselho Consultivo da EETM, que teve ênfase na entrega do Plano de Manejo da UC aprovado e no início do processo de regularização fundiária.

Expedição para acompanhar o Ministério Público Federal de Altamira na oitiva aos moradores da Volta Grande do Rio Xingu sobre os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do processo de licenciamento ambiental da Mineradora Belo Sun.

2. Estratégias de pesquisa:

- Revisão do Estado da Arte sobre gestão de áreas protegidas.
- Análise documental:

Processo administrativo para criação da EETM;

Processo administrativo para elaboração do plano de manejo;

Processo administrativo para formação dos conselhos;

Termos de referências e planos de trabalho;

Relatórios de consultores e empresas;

Atas de reuniões do Conselho da EETM.

- Observação participante (na EETM, no Núcleo de Gestão Integrada (NGI) e na sede do ICMBio), em reuniões de processos relacionados: ao Conselho da EETM, à elaboração do Termo de Compromisso, do Termo de Acordo, do Plano de Manejo, e da Regularização Fundiária.

- Realização de 8 entrevistas semiestruturadas com conselheiros da EETM e 4 com chefes das Unidades de Conservação do Bloco da Terra do Meio. (Ver apêndices B, C e D).

- Aprimoramento da revisão do Estado da Arte da gestão de áreas protegidas através do Doutorado Sanduíche no Departamento de Antropologia Cultural e Social da Universidade Livre de Amsterdam (VU) e no Centro de Estudos e Documentação sobre a América Latina da Universidade de Amsterdam (CEDLA- UVA)

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada - gestor

Nome: _____

Instituição: _____

Cargo/Função: _____

UC: _____

Data de criação da UC: _____ Data de nascimento: _____

Data de entrada na UC como servidor: _____

Data da portaria que o nomeia como gestor: _____ - _____

- 1) Que caminhos te conduziram a ser chefe de uma Unidade de Conservação da Natureza?
- 2) Eu queria que você falasse como foi a sua formação e o seu percurso profissional até aqui.
- 3) O que você acha que são as principais dificuldades das Unidades de Conservação da Natureza?
- 4) O que você acha que são os principais avanços das Unidades de Conservação?
- 5) Existem populações humanas residindo dentro da Unidade de Conservação da qual você é gestor?
- 6) A permanência destas populações humanas e as suas atividades estão de acordo com a legislação vigente?
- 7) Existe Plano de Manejo na Unidade? Você sabe como ele foi feito? Qual sua opinião sobre ele?
- 8) E sobre a regularização fundiária? Como está esta questão na sua Unidade de Conservação?
- 9) Que tipo de interferências/consequências/ mudanças ocorreram na sua vida pessoal em função deste cargo de gestor, tanto positivas como negativas?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada – Conselheiro EETM

Nome: _____


Instituição: _____

Cargo/Função: _____ Data de Nascimento: _____

Data de entrada na Unidade como conselheiro: _____

- 1) Que caminhos te conduziram a ser conselheiro da EETM, uma Unidade de Conservação da Natureza?
- 2) Eu queria que você falasse como foi a sua formação e o seu percurso profissional até aqui.
- 3) O que você acha que são as principais dificuldades das Unidades de Conservação da Natureza? E em especial da EETM?
- 4) O que você acha que são os principais avanços das Unidades de Conservação da Natureza? E em especial da EETM?
- 5) Na EETM existem populações humanas residindo dentro do território sobre o qual foi criada a Unidade de Conservação. Como você vê esta questão?
- 6) A permanência destas populações humanas e as suas atividades estão de acordo com a legislação vigente?
- 7) Na EETM está sendo elaborado o Plano de Manejo na Unidade? Você sabe como ele foi feito? Qual a sua expectativa sobre ele?
- 8) E sobre a regularização fundiária? Como está esta questão na sua Unidade de Conservação?
- 9) Que tipo de interferências/consequências/ mudanças ocorreram na sua vida pessoal em função desta atuação junto às Unidades de Conservação, no papel de conselheiro, tanto positivas como negativas?

ANEXO A – Sinopse do Relatório Final do Projeto Ameaças à conservação da biodiversidade na Estação Ecológica da Terra do Meio, PA.

		Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade. RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL	
Título do projeto: Ameaças a conservação da biodiversidade na Estação Ecológica da Terra do Meio, PA.			
Unidade: Estação Ecológica da Terra do Meio			
Endereço: Rua Coronel José Porfírio, 3455. São Sebastião, Altamira, PA.		Telefone: (93) 3515-0803 / (93) 9152-0292 / (93) 8111-3518	
Coordenador (a) do projeto: Tathiana Chaves de Souza			
Assinatura do responsável pela unidade executora:		Assinatura do coordenador técnico:	Data:
O projeto foi concluído? (X)s ()n			

O corpo deste relatório deve ter no mínimo 6 páginas e no máximo 30 páginas. Não existe limite de linhas para cada item do relatório, mas todos os itens devem ser preenchidos, com exceção de tabelas cujo conteúdo não tenha relação com o que foi estudado.

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

1. DESCREVER OS RESULTADOS OBTIDOS PARA TODOS OS ITENS ESTABELECIDOS NO PROJETO SEGUINDO A MESMA ORDEM DESCRITA NA PROPOSTA.

Atenção: este é um relatório de resultados, e não de atividades.

No entanto, é importante relacionar atividades importantes para a avaliação dos resultados alcançados. P.ex. "Foram realizadas duas expedições de 10 dias, com censos diários realizados por 8 dias consecutivos a cada expedição...", ou "Promoveu-se uma discussão sobre os propósitos do estudo e os métodos a serem empregados junto aos representantes do conselho da unidade, que aprovou a abordagem, mas sugeriu as seguintes alterações..."

1.1 Preencher as tabelas abaixo, quando forem aplicáveis ao projeto.

Tabela 1. Unidades do ICMBio envolvidas no projeto (que efetivamente participaram dos trabalhos, e não as listadas originalmente).

Unidade do ICMBio	Forma de envolvimento	
	A equipe participou do projeto – relatar forma de participação	Foi local da pesquisa

ESEC da Terra do Meio	Tathiana Chaves de Souza	ESEC da Terra do Meio
-----------------------	--------------------------	-----------------------

Ou, não há outras unidades envolvidas ().

Tabela 2. Outras instituições envolvidas no projeto (as que efetivamente participaram dos trabalhos, e não as listadas originalmente).

Instituição / UF	Forma de envolvimento		
	Parte da equipe (S/N)	Recursos (S/N e especificar se financeiros, estrutura, logística).	Outros (descrever)
UFPA/PA	Juarez Pezzuti	Recursos humanos	Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais
UFPA/PA	Cristiane Costa Carneiro	Recursos humanos: Pesquisador de campo	Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais
UFPA/IPAM/PA	Rafael Sá Leitão Barbosa	Recursos humanos: Pesquisador de campo	Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais
UFRRJ/Quallitas/RJ	Pedro Vianna Tavares	Recursos humanos: Pesquisador de campo / laboratório	Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais
IFF/RJ	Maria Inês Paes Ferreira	Recursos Humanos: Pesquisador de campo / sistematização dos dados	Atualização do diagnóstico socioeconômico, registro e efetiva participação na construção coletiva das normas de uso dos recursos naturais
IFF/RJ	Dalila da Silva Mello	Recursos Humanos: Pesquisador de campo / sistematização dos dados	Atualização do diagnóstico socioeconômico, registro e efetiva participação na construção coletiva das normas de uso dos recursos naturais
Autônomo e colaborador do ICMBio.	Tiago Motta Bucci	Recursos Humanos: Pesquisador de campo / sistematização dos dados	Atualização do diagnóstico socioeconômico, transposição de linguagem e efetiva participação na construção coletiva das normas de uso dos recursos naturais

SIPAM	Nicola Saverio Holanda Tancredi	Recursos Humanos: geoprocessamento e sensoriamento remoto	Mapeamento do avanço do antropismo, atualização do mapeamento de uso e cobertura do solo, artigo científico.
SIPAM	Gustavo Freitas Cardoso	Recursos Humanos: geoprocessamento e sensoriamento remoto	Mapeamento do avanço do antropismo, de pistas de pouso, de estradas endógenas
SIPAM	Jamer Andrade da Costa	Recursos Humanos: geoprocessamento e sensoriamento remoto	Mapeamento do avanço do antropismo, de pistas de pouso, de estradas endógenas
SIPAM	Eduardo Santos	Recursos Humanos: geoprocessamento	Atualização do mapeamento de uso e cobertura do solo
Programa ARPA		Recursos financeiros (logística de campo)	

Ou, não há outras instituições envolvidas ().

Tabela 3. Localização geográfica dos trabalhos de campo

Caso já tenha sido preenchido o relatório do SISBIO para este projeto, será aceita cópia do mesmo com as informações da tabela 3, que deve ser anexada ao fim deste documento

Localidade	Se for dentro de UC, indique qual	Bacia hidrográfica	Coordenadas geográficas (em graus)
Rio Novo	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Triunfo	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Castanheira	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Ideinha	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Terra Preta	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Castanheira II	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Pontão	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Limeira	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Yucatan	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
São Sebastião	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
São Lázaro	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Aldeia Curuá	Terra Indígena Kuruaya	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	

Sítio Nossa Senhora do Carmo	Terra Indígena Cachoeira Seca	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Sítio Santa Fé	Terra Indígena Cachoeira Seca	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Cachoeirinha	RESEX do Rio Iriri	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Vicinal do Leão	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	
Vicinal da Transiriri	ESEC da Terra do Meio	Bacia Hidrográfica do Rio Xingu	

Tabela 4. Espécies estudadas e localidades onde foram capturadas, observadas, coletadas.

Caso já tenha sido preenchido o relatório do SISBIO para este projeto, será aceita cópia do mesmo com as informações da tabela 4, que deve ser anexada ao fim deste documento

Espécie	Família	Localidade (usar nomes na tabela acima)	Coordenadas geográficas (em graus)

Ou, o estudo não envolveu teve espécies como alvo / objeto ().

Tabela 5. Grupos sociais envolvidos nos estudos.

Grupo/ comunidade/ ou outro descritor	Breve descrição	Localização (nomes) – se for dentro de UC indique qual (is)	Coordenadas geográficas da localidade (em graus)
Ribeirinhos moradores da ESEC da Terra do Meio	População tradicional que realiza extrativismo principalmente de castanha, pesca, cultivo de roça (em especial mandioca) para fazer farinha	ESEC da Terra do Meio	
Colonos moradores da ESEC da Terra do Meio	Agricultores familiares que moram na beira do rio Iriri e suas atividades produtivas são agropecuária.	ESEC da Terra do Meio	
Ribeirinhos moradores da RESEX do Rio Iriri usuários (históricos) de castanhais no interior da ESEC da Terra do Meio	População tradicional que realiza extrativismo principalmente de castanha, pesca, cultivo de roça (em especial mandioca) para fazer farinha	RESEX do Rio Iriri	
Ribeirinhos moradores de	População tradicional que realiza	Terra Indígena Cachoeira Seca	

Terras Indígenas do entorno e usuários (históricos) de castanhais no interior da ESEC da Terra do Meio	extrativismo principalmente de castanha, pesca, cultivo de roça (em especial mandioca) para fazer farinha		
Índios moradores de Terras Indígenas do entorno e usuários (históricos) de castanhais no interior da ESEC da Terra do Meio	População tradicional	Terra Indígena Kuruaya	
Índios moradores de Terras Indígenas do entorno e usuários (históricos) de castanhais no interior da ESEC da Terra do Meio	População tradicional	Terra Indígena Xipaya	

Ou, não houve envolvimento explícito de grupos sociais ().

1.2 Apresente os resultados alcançados, com todas as análises. Insira gráficos, mapas e imagens.

Somando as atividades de campo do edital DIBIO 2011 e do presente edital, seguem os resultados alcançados no mapeamento participativo dos recursos naturais:

Foram realizadas um total de 43 recordações da última refeição. A principal fonte de proteína consumida pelos moradores das ESEC é o peixe, representando um total de 44% das refeições (Figura 2). O carne de caça foi a segunda mais consumida pelos ribeirinhos, representando uma variação entre 28% das diferentes categorias fonte de proteína consumida. A figura 1, mostra o gráfico dos principais itens consumidos na última refeição citados pelos moradores e a tabela 1 indica o consumo proteico por pessoa.

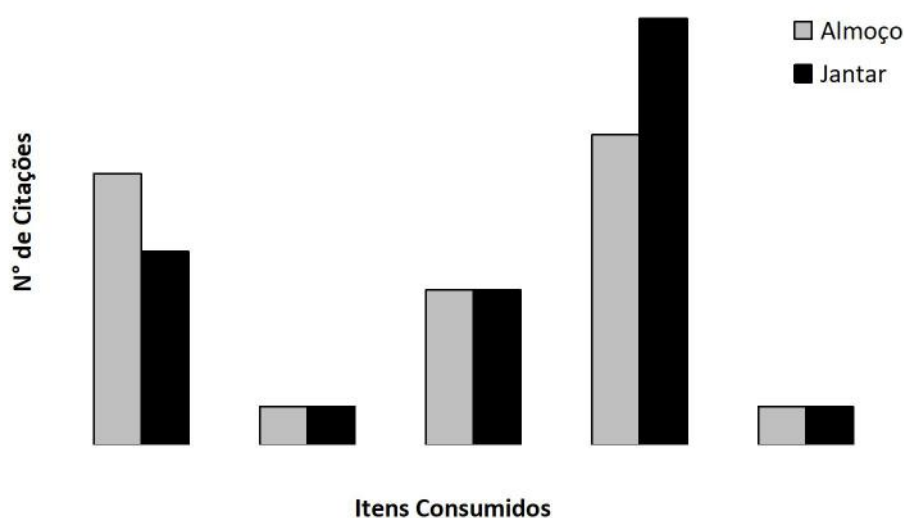


Figura 1: Itens Consumidos, citados nas entrevistas de recordação de alimentação.

	Almoço (kg/pessoa)	Jantar (Kg/pessoa)
Setor 1	0,09±0,1 (0-0,2)	0,07±0,095 (0-0,2)
Setor 2	0,47±0,32 (0,1-1)	0,44±0,34 (0,1-1)
Setor 3	0,44±0,34 (0,08-0,75)	0,5±0,25 (0,25-0,75)

Tabela 1: Consumo proteico por pessoa nos diferentes setores 1, 2, 3 do Rio Iriri, ESEC Terra do Meio, com os respectivos valores de média, desvio padrão e máximo e mínimo.

Foram realizadas 61 entrevistas semiestruturadas de recordação para elaborar o diagnóstico de uso atual de recursos naturais relacionados a pesca, caça e quelônios, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Entrevistas realizadas com os moradores da ESEC da Terra do Meio, no Rio Iriri.

		Pesca	Caça	Quelônios	TOTAL
SETOR 1	Homem	6	6	4	16
	Mulher	0	0	0	0
	Criança	2	0	0	2
SETOR 2	Homem	4	3	1	8
	Mulher	3	2	2	7
	Criança	0	0	0	0
SETOR 3	Homem	5	4	4	13
	Mulher	0	0	0	0
	Criança	0	0	0	0
SETOR 4	Homem	5	5	5	15
	Mulher	0	0	0	0
	Criança	0	0	0	0
TOTAL		25	20	16	61

Pescarias

A pescaria realizada pelos moradores da ESEC da Terra do Meio, Rio Iriri, é feita somente para a subsistência. Estas pescarias são realizadas principalmente nas proximidades das residências, sendo a canoa a remo o principal meio de transporte utilizado, o que impossibilita que se desloquem grandes distâncias. A atividade da pesca é realizada principalmente pelos homens, porém mulheres e crianças também praticam esta atividade. O principal artefato de pesca utilizado pelos moradores é o caniço e a linha de mão, possivelmente por este ser um artefato mais barato e de mais fácil aquisição.

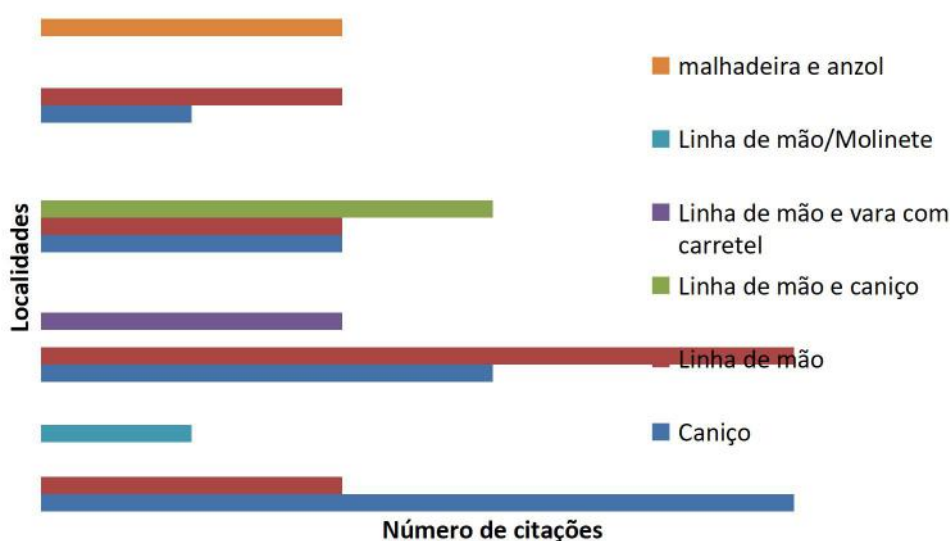


Figura 2: Petrechos de pescarias citados pelos moradores da ESEC da Terra do Meio no Rio Iriri.

Em relação às áreas de pesca, os moradores relataram a divisão das áreas de uso, onde há delimitação das áreas utilizadas na pesca por cada morador. Os locais de pesca normalmente se concentram na calha do rio em locais denominados *poços* (locais mais profundos), os quais são utilizados nos diferentes períodos do ciclo hidrológico (seca, enchente, cheia e vazante). Já os igarapés são pouco utilizados, sendo as pescarias realizadas em sua desembocadura no rio, e poucas são as vezes que os moradores os adentram para pescar. Como verificado nas entrevistas, durante o mapeamento os moradores relataram não pescarem em locais mais distantes de sua residência, pois esta atividade, na maioria das vezes, é realizada em canoas a remo, o que restringe grandes deslocamentos. As pescarias realizadas por moradores mais idosos, debilitados ou crianças, em algumas ocasiões, ocorrem no próprio porto de suas casas.

Os apetrechos de pesca utilizados, segundo os moradores são a linha de mão, o caniço e a malhadeira. Quando indagados sobre o uso de venenos para pesca, os moradores informaram não utilizar e nem conhecer tal técnica. A linha de mão e o caniço são usados nos diferentes períodos do ciclo hidrológico, já a malhadeira é utilizada no período de cheia.

Segundo os moradores, os peixes capturados são utilizados apenas para alimentação, não havendo a comercialização dentro da área da ESEC Terra do Meio. As principais espécies capturadas são: surubim, pescada, pacu, piau, bico de pato, tucunaré, e curimatá, sendo o pacu a espécie mais apreciada pelos moradores. Destas, as principais espécies capturadas no verão são o pacu, o curimatá e o tucunaré; e no inverno o pintado, a pescada e o fidalgo.

Um exceção ocorrer com alguns moradores do setor 4 (Rio Novo – Família do Seu Agnaldo), que residem nos limites da Reserva Extrativista Rio Iriri e Estação Ecológica Terra do Meio, alguns moradores vem comercializando o pescado capturado, mas os sítios pesqueiros estão dentro da área da Reserva Extrativista Rio Iriri.

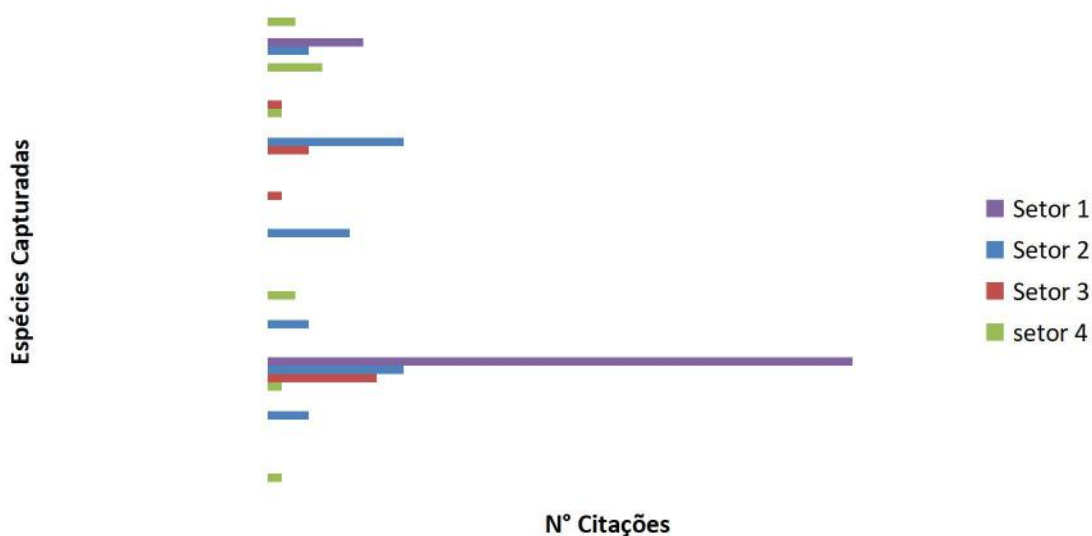


Figura 3: Principais espécies capturadas durante as pescarias dos moradores da ESEC da Terra do Meio, no Rio Iriri.

Frequência mensal de Pesca	
Setor 1	12,4±8,5 (4-30)
Setor 2	12±4,6 (8-20)
Setor 3	14,8±9,5 (4-30)
Setor 4	19,2±9.6 (4-30)

Tabela 2: Frequência (número de dias/ mês) que os moradores dos diferentes setores saem para pescar.

Caça

Uma das principais técnicas de captura de animais selvagens está relacionada com a técnica denominada de *excursão* ou *a ponto* (Ayres, 1979), quando o caçador vai atrás da caça em trilhas já abertas ou quando a atividade de caça geralmente esta associada a outra atividade diária do ribeirinho, como sua pescaria, extração de produtos florestais e trabalho na roça. Este geralmente sai munido de sua espingarda e se encontra um animal este é abatido.

Na tabela Tabela 3 descrevemos a frequência de caça segundo os comunitários.

Tabela 3: Frequência de citações das técnicas utilizadas durante as caçadas realizadas pelos moradores da ESEC Terra do Meio, Rio Iriri.

Técnica	Setor 1	Setor 2	Setor 3	setor 4
Espingarda	0.8333	0.4	0.5	0.8
Facão	0	0	0.5	0
Paulada	0.1667	0.2	0	0.2
Zagaia	0	0.4	0	0

De acordo com os entrevistados, a caça que ocorre na área da UC é exclusivamente de subsistência e constitui uma importante fonte de proteína na dieta da população ribeirinha como já mencionado. Entre as espécies da fauna de particular importância, estão alguns mamíferos como o porcão, caititu, veado, paca, anta e cutia; algumas aves como mutum, jacu e anambu e quelônios como jabuti e o tracajá. A tabela 4 mostra os últimos animais caçados recordados pelos comunitários.

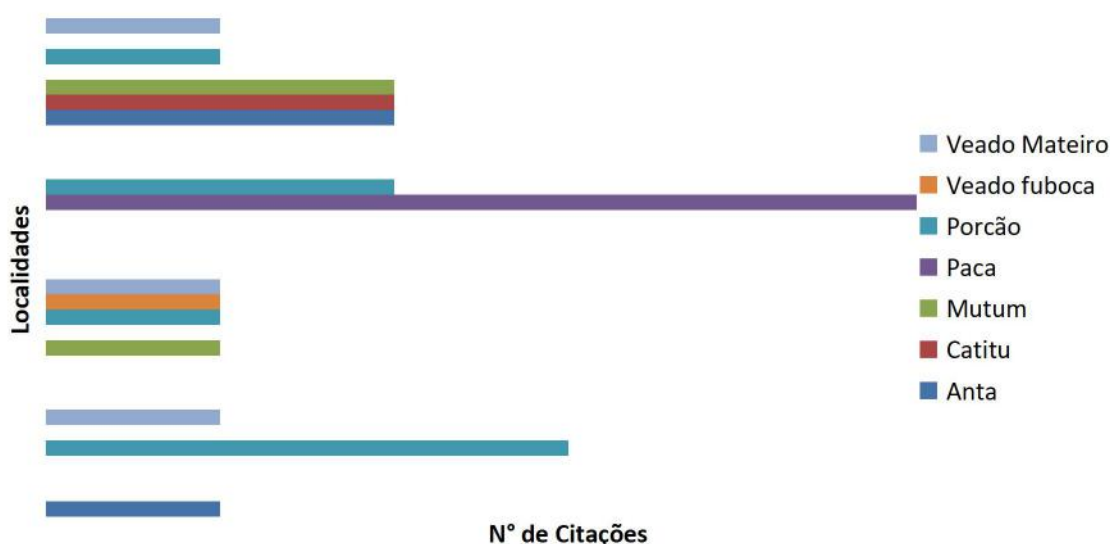


Figura 4: Principais espécies capturadas durante as caçadas realizadas pelos moradores da ESEC Terra do Meio, Rio Iriri.

Quelônios:

A única espécie de quelônio aquático consumida pelos comunitários do rio Iriri foi a *Podocnemis unifilis*, popularmente conhecida como tracajá. Segundo os moradores, há uma grande quantidade de indivíduos nesta região, sendo as maiores concentrações nas áreas de *poços* durante o período de seca do rio, pois são os locais mais profundos. Nesse período ocorre a desova desta espécie, entre os meses de julho e agosto. Já no inverno, os tracajás se distribuem ao longo de toda a calha do rio, quando também há uma expansão para as áreas de igapó.

De acordo com os moradores, os quelônios semi-aquáticos conhecidos como perema, cabeça-torta, machadinho e o terrestre jabuti estão presentes na região, sendo

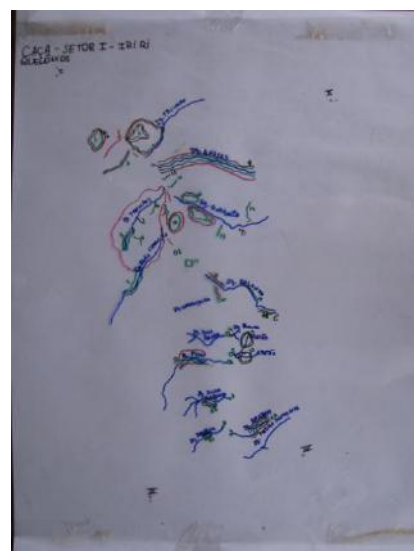
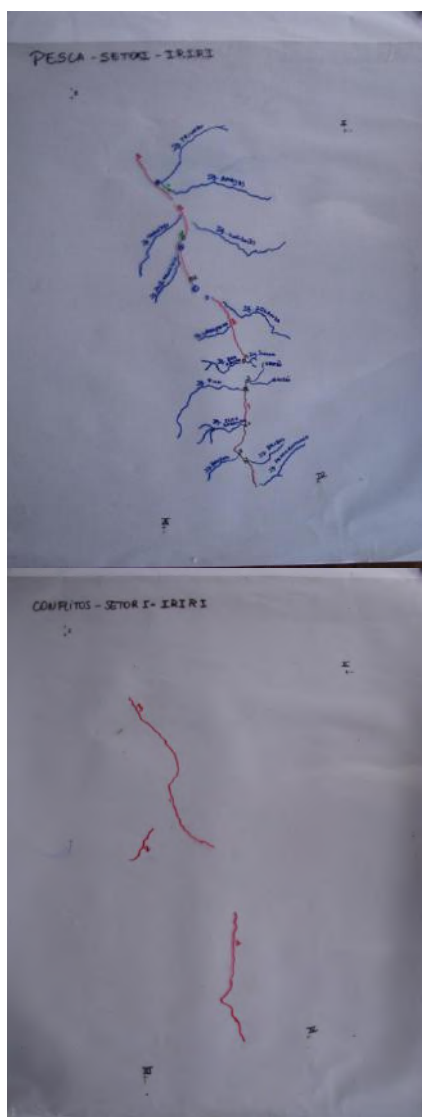
possivelmente as respectivas espécies *Rhynoclemmys punctularia*, *Phrynops* sp. ou *Mesoclemmys gibba*, *Kinosternon scorpioidis* e *Chelonoidis* sp.

A área de estudo é rica em castanha, açaí, bacabinha e patuá, sendo a venda da castanha a principal fonte de renda para os moradores da região. As áreas de castanhais são denominadas pelos moradores como *piques de castanha*, que são regiões com árvores de castanhas espaçadas, e entre estas são abertas trilhas para facilitar seu acesso. No período de safra da castanha, os moradores ficam em torno de uma semana acampados na área, e relataram caçar e pescar nesse período para alimentação, havendo assim uma sobreposição de áreas de caça e coleta de castanha. O açaí é utilizado pelos moradores apenas para consumo próprio, e algumas dessas regiões de açaizal são sobrepostas pelas áreas de caça e de coleta de castanha.

A área de estudo, por ser rica em espécies de peixe, é muito procurada por pescadores de outras regiões, tanto para a pesca comercial quanto para a esportiva. Até o ano de 2010, pescadores da cidade de Altamira frequentavam a área e utilizavam dos artefatos de pesca cerco com batção, espinhel, malhadeira, para captura de peixes, principalmente de pirarara, surubim e tucunaré. Devido a isso, o número de peixes na região diminuiu. Além disso, coletavam tracajás, em menor escala, para posterior comercialização. Os moradores da região informaram aos pescadores que é proibida a pesca na área da ESEC, e depois disso estes não voltaram mais. Com isso, em 2011, os moradores da área afirmaram ter aumentado o número de peixes, principalmente o tucunaré, que voltou a ser encontrado nas áreas de pedral.

A pesca esportiva também é muito frequente na área da ESEC, no entanto tem sido coibida pela equipe de fiscalização coordenada pelo ICMBio. Alguns moradores da ESEC facilitam a entrada de pescadores de fora na região. Um outro tipo de conflito encontrado na área, é a presença de moradores que se mudaram após a criação da ESEC, e continuam frequentando a região para a coleta da castanha anual.

Foram elaborados mapas falados para subsidiar os cartogramas de territórios de: caca; pesca; extrativismo (açaí, castanha, etc.); áreas de conflito (garimpo, pescadores externos, extrativistas externos, etc.); território de quelônios (boiadores e praias de desova), residências de moradores, animais domésticos, etc. A transposição das informações de campo oriundas do mapa falado desenhado em papel transparente de acetato sobre a imagem de satélite da área em questão alimentou um banco de dados georreferenciado com a utilização do ArcGIS. Apresentamos abaixo imagens (Figuras 5 a 15) do trabalho realizado e o banco de dados relacionado, conforme setores 1, 2, 3 e 4.



Figuras 5, 6 e 7: Material relativo ao mapa falado do setor 1 relacionado a pesca, caça e conflitos.

Banco de Dados do Mapeamento Participativo: Setor 1

Quadrante I: 5°21'30"S 54°28'0"W

Quadrante II: 5°25'0"S 54°3'30"W

Quadrante III: 6°0'0"S 54°21'0"W

Quadrante IV: 5°56'30"S 54°7'0"W

Participantes: Bené, Pedro Brejera, Zé Boi, Rosinaldo, Naldo.

Pesca

Código	Cor	Identificação	OBS
	Azul	Ig. Triunfo	

	Azul	Ig. Anajás	
	Azul	Ig. dos Trempes	
	Azul	Ig. do Geliberto	
	Azul	Ig. João Francisco	
	Azul	Ig. Iolanda	Ig. do Bala
	Azul	Ig. Laranjeiras	
	Azul	Ig. da Boa Saúde	
	Azul	Ig. do Prensa	
	Azul	Ig. do Pium	
	Azul	Grotão	
	Azul	Ig. Ilha Redonda	
	Azul	Ig. do Bonfim	Garimpo
	Azul	Ig. dos Brabos	Ig. da Perdida
	Azul	Ig. Pedro Antônio	
A		Ilha dos Anajás	
B		Ilha da Fortaleza	Ilha da Madame
C		Ilha do Limoeiro	Muita pescada
D		Ilha do Ataíde	
1	Vermelho	Área de Pesca do Bené	Pescada, Pintado, Pirarara, Pacu, Piau, Matrinxã
2	Vermelho	Área de pesca do Pedro Brejera	
3	Vermelho	Área de Pesca da Pousada	
4	Vermelho	Área de Pesca do Zé Boi	
1	Verde	Poços – Bené	4 poços na área
2	Verde	Poço João Francisco – Pedro Brejera	Surubim, Fidalgo, Bico de Pato, Pescada, Pirarara, Tucunaré, Tracajá
3	Verde	Fortaleza – Pousada	Tucunaré, Pirarara, Surubim, Fidalgo, Pescada
4	Verde	Poção	
5	Verde	Poção do Ideinha	
6	Verde	Poção do Pium	
7	Verde	Poção	
8	Verde	Poção	
9	Verde	Poço do Feitiço	

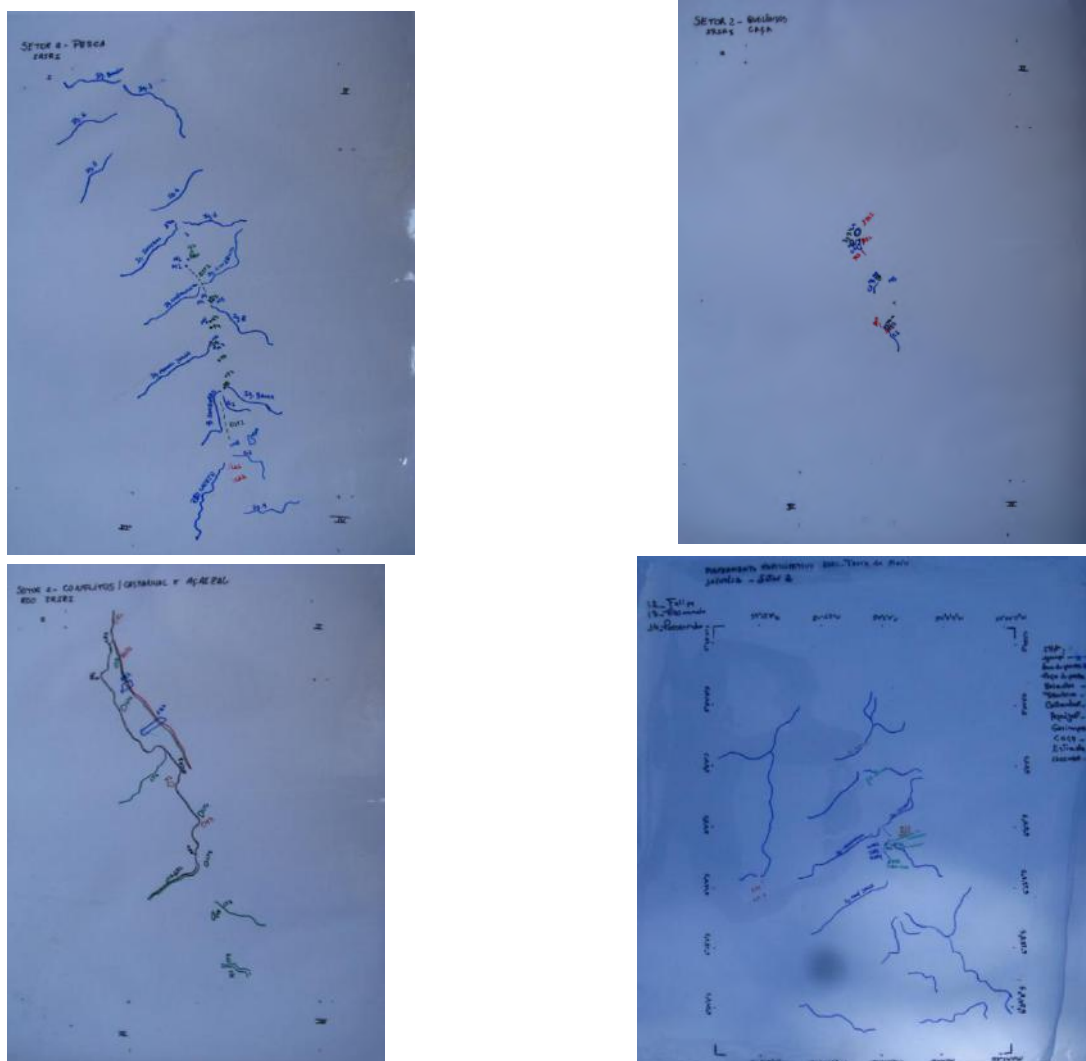
Caça e Quelônios

Código	Cor	Identificação	OBS
	Marrom	Área de desova de Tracajá	
1	Verde	Poços – Bené	4 poços na área
2	Verde	Poço João Francisco – Pedro Brejera	
3	Verde	Fortaleza – Pousada	
4	Verde	Poção	
5	Verde	Poção do Ideinha	
6	Verde	Poção do Pium	
7	Verde	Poção	
8	Verde	Poção	
9	Verde	Poço do Feitiço	
A	Preto	Acampamento de castanhal do Bené	
B	Preto	Acampamento de castanhal do Pedro Brejera	
C	Preto	Acampamento de castanhal do Zé Boi	

	Vermelho	Área de caça	
1	Verde	Área de Castanhal do Bené	Pique da Grotta
2	Verde	Área de Castanhal do Bené	Grotta do Patoá e do Triunfo. Usa para caçar também
3	Verde	Grotta do Açaizal	Usa para caçar também
4	Verde	Pique de Castanhal do Bené	Igarapé dos Anajás: castanhal dos dois lados
5	Verde	Pique de castanhal do Bené	
6	Verde	Açaí do Bené	
7	Verde	Açaí do Bené	
8	Verde	Açaí do Bene	
9	Verde	Castanhal do Pedro Brejera	
10	Verde	Castanhal do Restinga	Igarapé do Geliberto: 2km pra dentro - pique de castanhal
11	Verde	Castanhal	Área de serra
12	Verde	Castanhal	Área plana
13	Verde	Castanhal	
14	Verde	Castanhal	
15	Verde	Pique de Castanha	
16	Verde	Pique de Castanha e Açaizal	
17	Verde	Castanhal	Não usa
		Açaizal	Ideião
18	Verde	Pique do Cachorro	Castanhal
19	Verde	Pique de Castanha	
20	Verde	Pique de Castanha	
21	Verde	Castanhal	
22	Verde	Castanhal do Zé Boi	
23	Verde	Castanhal	
24	Verde	Castanhal	
25	Verde	Castanhal	2 horas pra dentro do igarapé a remo
26	Verde	Castanhal	Não é mais do Zé Boi
27	Verde	Castanhal Bonfim	2:30hs de canoa

Conflitos

Código	Cor	Identificação	OBS
1	Vermelho	Área de pesca do Zé Boi invadida pelo Gugu	
2	Vermelho	Área de castanha	Júlio, antigo morador vem todo ano tirar castanha, na área do Pedro Brejera
3	Vermelho	Área de pesca do Bené e Rossinaldo invadida por pescadores, até 2010	Pesca comercial



Figuras 8, 9, 10 e 11: Material relativo ao mapa falado do setor 2 relacionado a pesca, caça e conflitos.

Banco de dados do Mapeamento Participativo – Setor 2

Quadrante I: 5°48'0"S 54°18'0"W

Quadrante II: 5°54'0"S 53°54'0"W

Quadrante III: 6°24'0"S 54°12'0"W

Quadrante IV: 6°24'0"S 53°54'0"W

Participantes: Erotides, Zé Mineiro, Rita, Zefa, Lili, Raimundo

Pesca

Código	Cor	Identificação	OBS
1	Azul	Ilha do Pinima	
Ig. 2	Azul	Passa na fazenda do Valtinho	
3	Azul	Furo	
Ig. 4	Azul		
Ig. 5	Azul		Não pescam
Ig. Bonfim	Azul		Não é área de pesca
Ig. do	Azul		Não pescam

Inferno			
Ig. Cinzento	Azul	Área de pesca do Felipe	
Ig. 6	Azul		
Ig. 7	Azul		
Ig. 8	Azul		Perto do Passarinho. Só pescam na boca dele, pois é raso
Ig. do Sansurro	Azul		
G1	Azul	Grota	Sem nome
G2	Azul	Grota	Sem nome
M1	Vermelho	Erotides	
M2	Vermelho	Zé Mineiro	
M3	Vermelho	Felipe	
M4	Vermelho	Raimundo	
M5	Vermelho	Passarinho	
MA1	Vermelho	Morador antigo (Deusina Gomes da Silva)	Irmã do Raimundo
M6	Vermelho	Evaristo	
M7	Vermelho	Zefa	
M8	Vermelho	Porto do Gilberto	*Onde fica a casa do Gilberto, mais para dentro da mata
CA1	Vermelho	Cachoeira do Sete Pancadas	
CA2	Vermelho	Cachoeira do Quebra Cabo	
P1	Verde	Poço	Bom de corvina, pescada, piaba, surubim e pirarara. Pesca no verão e no inverno
P2	Verde	Poção do Castanheira	Mais profundo e maior da área. Muita pescada, surubim, pirarara, piranha
P3	Verde	Poço do Boa Vista	
P4	Verde	Poçinho cabeça	Não usam para pescar
P5	Verde	Poço da Zefa	Pescada, surubim, cachorra e piranha
P6	Verde	Poço da curva do rio	Não usam para pescar
PE1	Verde	Pedral	
EST 1 -- -	Verde	Estirão	Raso
EST2 ---	Verde	Estirão do Bahia	Raso

Quelônios e caça

Código	Cor	Identificação	OBS
PR1	Vermelho	Praia de desova de tracajá	
PR2	Vermelho	Praia de desova de tracajá	
PR3	Vermelho	Praia de desova de tracajá	
PR4	Vermelho	Praia de desova de tracajá	Perto da Zefa. Praia do banho
PR5	Vermelho	Praia de desova de tracajá	
C1	Azul	Área de caça da Zefa	

C2	Azul	Área de caça do Zé Mineiro	
C3	Azul	Área de caça do Raimundo	
C4	Azul	Área de caça do Erotides	
R1	Verde	Roça do Erotides	
R2	Verde	Roça do Raimundo	
R3	Verde	Roça do Zé Mineiro	
R4	Verde	Roça da Zefa	

Conflitos, Castanhal e Açaizal

Código	Cor	Identificação	OBS
T1	Marrom	Área de Terra Preta	
T2	Marrom	Área de Terra Preta do Erotides	
CF1	Preto	Área de grilagem	
CF2	Preto	Pesca comercial - Altamira	
CF3	Preto	Pesca comercial - MG	
GP1	Preto	Garimpo do Manoel Jorge	
FZ1	Azul	Fazenda Dipará	
FZ2	Azul	Fazenda do Valtinho	Tem açaí, mas isolado
CT1	Verde	Área de castanhal do Passarinho	
CT2	Verde	Área de castanhal do Mário Espeluti	
CT3	Verde	Área de castanhal	
CT4	Verde	Área de castanhal	
CT5	Verde	Área de castanhal da Zefa	
CT6	Verde	Área de castanhal do Manoel Jorge	Não usam mais a área
CT7	Verde	Área de castanhal do Bahia	Filho da Zefa que tira a castanha
CT8	Verde	Área de Castanhal do Lago	Chico Preto que explora. 2011 Raimundo e filho da Zefa que vão tirar a castanha
CT9	Verde	Área de castanhal do Chico Preto	
ST1	Vermelho	Estrada	
AÇ1		Açaizal do Chico Preto	

Quadrante I: 5°48'0"S 54°18'0"W

Quadrante II: 5°54'0"S 53°54'0"W

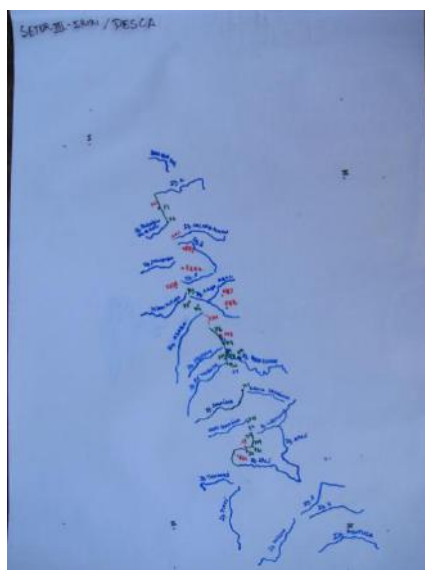
Quadrante III: 6°24'0"S 54°12'0"W

Quadrante IV: 6°24'0"S 53°54'0"W

Participantes: Felipe, Raimundo e Sr. Passarinho

Código	Cor	Identificação	OBS
12AP1	Azul	Área de pesca Sr Felipe	
13AP1	Azul	Área de pesca Sr Raimundo	
14AP1	Azul	Área de pesca Sr Passarinho	
14P1	Verde	Poço de pesca Sr Passarinho	
14P2	Verde	Poço de pesca Sr Passarinho	
14C1	Marrom	Castanhal do Sr Passarinho	
14C2	Marrom	Castanhal do Sr Passarinho	
14C3	Marrom	Castanhal do Sr Passarinho	
GA	Marrom	Garimpo	
14Cç1	Verde	Área de caça Sr Passarinho	

Fz	Marrom	Fazenda	Fazenda Alpino
----	--------	---------	----------------



Figuras 12, 13 e 14: Material relativo ao mapa falado do setor 3 relacionado a pesca, caça e conflitos.

Banco de dados do Mapeamento Participativo – Setor 3

Quadrante I: 6°18'0"S 54°12'0"W

Quadrante II: 6°24'0"S 53°36'0"W

Quadrante III: 7°12'0"s 54°0'0"W

Quadrante IV: 7°12'0"S 53°36'0"W

Participantes: Raimundo, Benedito, Dorivan, Irineu

Pesca

Código	Cor	Identificação	OBS
Ig. Bom que dói	Azul		
Ig. 1	Azul		Pessoal do Chico Preto que pesca lá. Só é bom no inverno

Ig. Relógio do Sol	Azul		2 horas de remo até lá. Pescam as vezes lá
Ig. Cachoeirinha	Azul		Pessoal da fazenda usa mais para pescar
Ig. 2	Azul		Área de derrubada, que passa na fazenda Bom Jardim. Ninguém entra lá
Ig. Jenipapo	Azul		Bené pesca sempre lá
Ig. 5	Azul		Boca muito seca. Não pescam lá
Ig. Bom Futuro	Azul		Ninguém pesca lá
Ig. Lago Azul	Azul		O maior da região
Ig. Arara	Azul		Piabanha, Pacu, Pacu de seringa. Pesca mais no verão. Irineu pesca lá
Ig. Selvino	Azul		Irineu usa para pescar e tirar castanha
Ig. Riozinho	Azul		Tem a maior cachoeira do Iriri. Irineu pesca na boca dele e na cachoeirinha
Ig. Zé Vicente	Azul		Irineu pesca às vezes
Ig. do Samaúma	Azul		Bené e Raimundo usam quando estão de passagem
Grota do Samaúma	Azul		
Grota do Samaúma	Azul		
Ig. da Liberdade	Azul		
Ig. Tucunaré	Azul		Muito difícil de entrar. Bené e Raimundo usam para pescar quando tiram castanha
Ig. do Apeú	Azul		Não aparece no mapa, marcamos mais ou menos o local
Ig. Piauí	Azul		Bené e Raimundo usam para pescar quando tiram castanha
Ig. 3	Azul		Ruim de passar, cheio de saroba.
Ig. Pessoa	Azul		
Ig. 4	Azul		
P1	Verde	Área de pesca	
P2	Verde	Poço Relógio do Sol	Pescam lá. Pessoal da fazenda também pesca, mas é mais difícil

P3	Verde	Poço	Bené pesca no verão
P4	Verde	Poço	Área do antigo rancho do Serrador. Era usado para extração de madeira para embarcação
P5	Verde	Poço do João Quirino	Bené pega pacu de seringa, quando passa no verão.
P6	Verde	Área de Pesca do Irineu	Do Arara até a casa dele
P7	Verde	Poço do Antônio Rodrigues	
P8	Verde	Área de pesca do Irineu	
P9	Verde	Poço da Cachoeirinha	
P10	Verde	Poço Zé Vicente	Na margem direita de quem sobe o rio
P11	Verde	Poço	Poço num sequeiro. Irineu pesca às vezes
P12	Verde	Poço do Samaúma	Bené e Raimundo pesca, quando estão de passagem
P13	Verde	Poço do Samaúma	
P14	Verde	Poço	Usado pelo Raimundo
P15	Verde	Poço	Usado pelo Raimundo
P16	Verde	Poço do Cocal	
P17	Verde	Área de pesca do Bené e Raimundo	De Santa Maria até o Apeú
CA1	Vermelho	Cachoeirinha	
CA2	Vermelho	Cachoeira do Arara	1030m de comprimento
FZBJ	Vermelho	Fazenda Bom Jardim	
FZRB	Vermelho	Fazenda Rio Branco	
FZSR	Vermelho	Fazenda São Raimundo	
FZJ	Vermelho	Fazenda Jatobá	Tem gente e gado
FZR	Vermelho	Fazenda do Retiro	Tem gado. É do Zé Henrique
FZBE	Vermelho	Fazenda Boa Esperança	Abandonada
I1	Azul	Ilha do Antônio Rodrigues	
I2	Azul	Ilha do Iucatán	Irineu pesca nela toda
I3	Azul	Ilha da Torta	Irineu pesca raramente
I4	Azul	Ilha Santa Maria	
M1	Vermelho	Moradia do Chico Preto	
M2	Vermelho	Moradia do Irineu	
M3	Vermelho	Moradia do Raimundo e Bené	

Coleta e Caça

Código	Cor	Identificação	OBS
C1	Verde	Pique de castanha Lago	Pique do Chico Preto. 2km para dentro
C2	Verde	Castanhal Relógio do Sol	2km mais ou menos
C3	Verde	Castanhal do Irineu	
C4	Verde	Castanhal do Irineu	
C5	Verde	Antigo pique de castanha, que Irineu só	0,5km

		segue o rumo dele	
C6	Verde		
C7	Verde	Pique de castanha do Raimundo	500m
C8	Verde	Castanhal	2km
C9	Verde	Castanhal	Bené tira castanha na boca do igarapé. Mais pra dentro do igarapé, quem tira é o Raimundo.
C10	Verde	Castanhal do Bené	300m
C11	Verde	Castanhal do Bené	Não tirou castanha em 2010
C12	Verde	Castanhal do Bené	400m
C13	Verde	Castanhal do Bené	
C14	Verde	Castanhal do Bené	
C15	Verde	Castanhal do Bené	
C16	Verde	Castanhal do Bené	
C17	Verde	Castanhal do Bené	
C18	Verde	2 piques de castanha	
CÇ1	Preto	Área de caça do Chico Preto	
CÇ2	Preto	Área de caça do Bené	
AÇ1	Verde	Açaizal do Chico Preto	
AÇ2	Verde	Açaizal do Irineu	
AÇ3	Verde	Açaizal	Margem direita de quem sobe o Ig. Selvino
AÇ4	Verde	Açaizal do Irineu	Não tirou açaí lá esse ano
AÇ5	Verde	Açaizal do Irineu	Não tirou açaí lá esse ano
AÇ6	Verde	Açaizal do Raimundo	Não usa
AÇ7	Verde	Açaizal do Raimundo	Não usa
AÇ8	Verde	Açaizal, junto do castanhal	
AÇ9	Verde	Açaizal	Atrás da casa do Bené
AÇ10	Verde	Açaizal	Bené não tira
AÇ11	Verde	Açaizal	Bené não tira
AÇ12	Verde	Açaizal	Bené não tira
AÇ13	Verde	Açaizal	Bené não tira

Conflitos e Quelônios

Código	Cor	Identificação	OBS
CF1	Verde	Pesca esportiva	Entrada pela FZBJ
CF2	Verde	Pesca Esportiva	Entrada pela casa do Irineu
P1	Marrom	Praia do Antônio Rodrigues	
P2	Marrom	Praia de desova	Bené tirou ovos lá.
P3	Marrom	Praia de desova	
P4	Marrom	Praia de desova	
P5	Marrom	Praia de desova	
P6	Marrom	Praia de desova Tucunaré	
P7	Marrom	Praia de desova Tucunaré	
B1	Marrom	Boiador de tracajá	
B2	Marrom	Boiador de tracajá	

B3	Marrom	Boiador de tracajá	
B4	Marrom	Boiador de tracajá	
B5	Marrom	Boiador de tracajá	
B6	Marrom	Boiador de tracajá	
B7	Marrom	Boiador de tracajá	
B8	Marrom	Boiador de tracajá	
B9	Marrom	Boiador de tracajá	
B10	Marrom	Boiador de tracajá	
B11	Marrom	Boiador de tracajá	

Setor 4

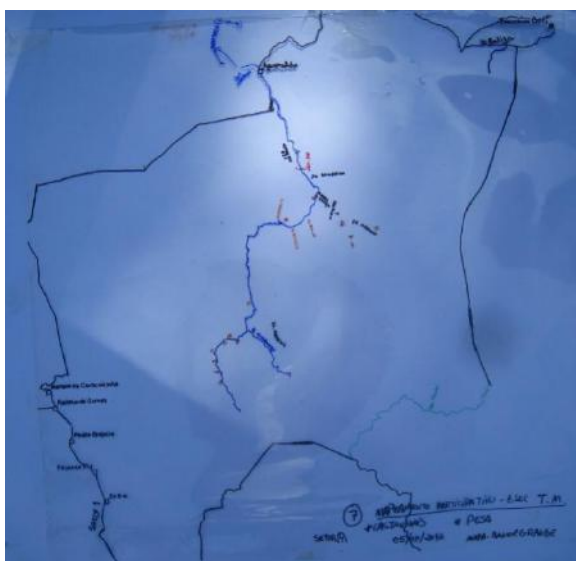
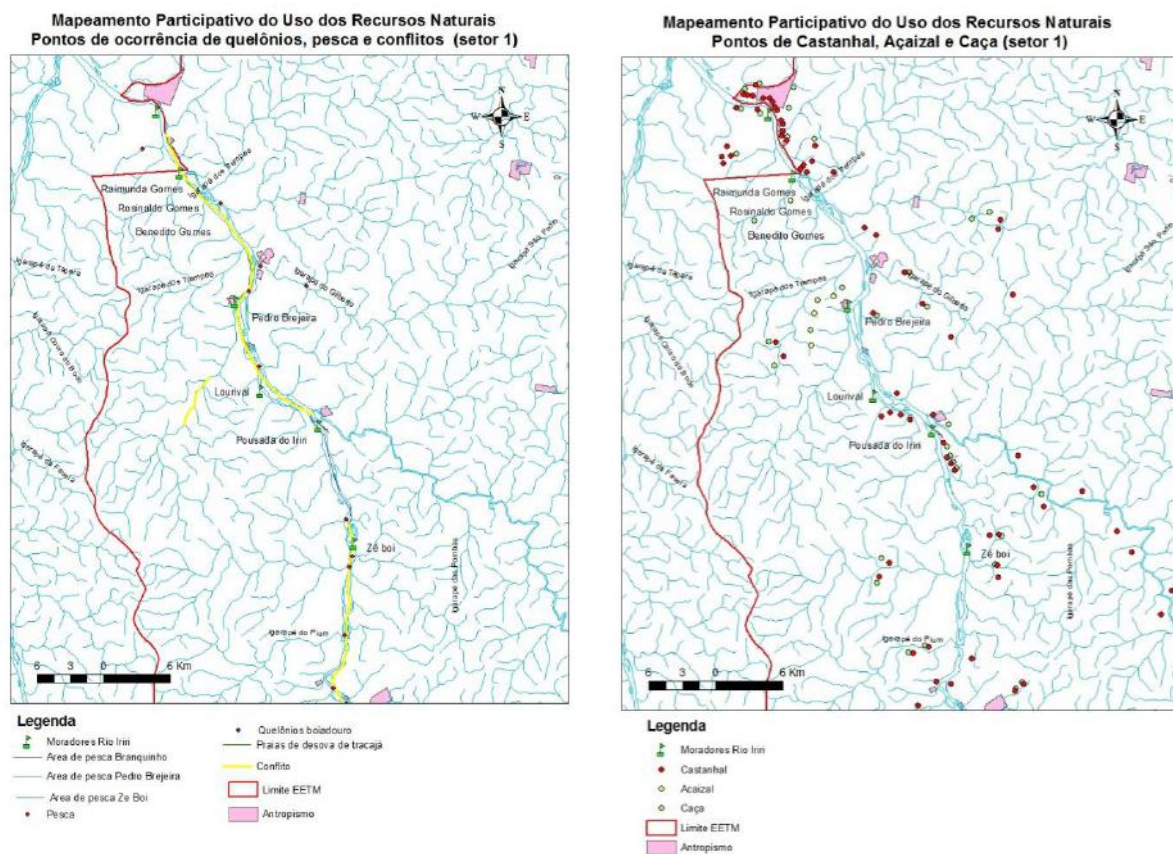


Figura 15: Material relativo ao mapa falado do setor 4 relacionado a pesca, caça e conflitos.

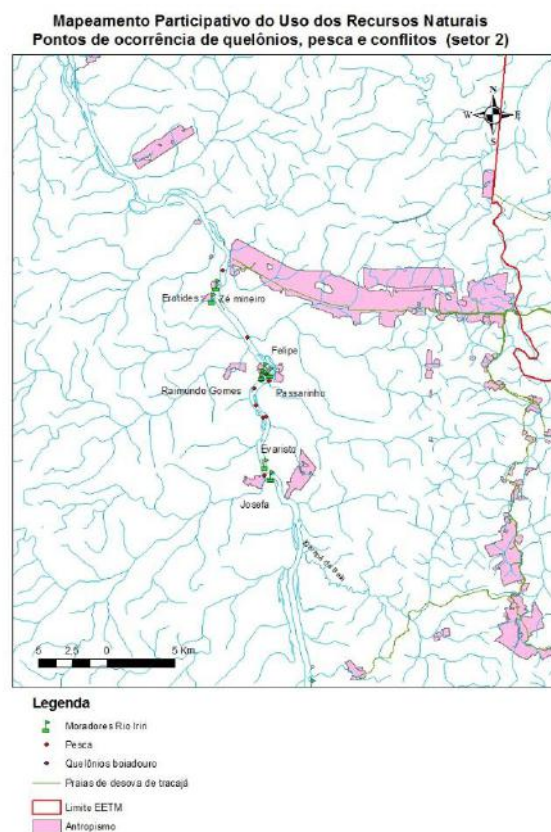
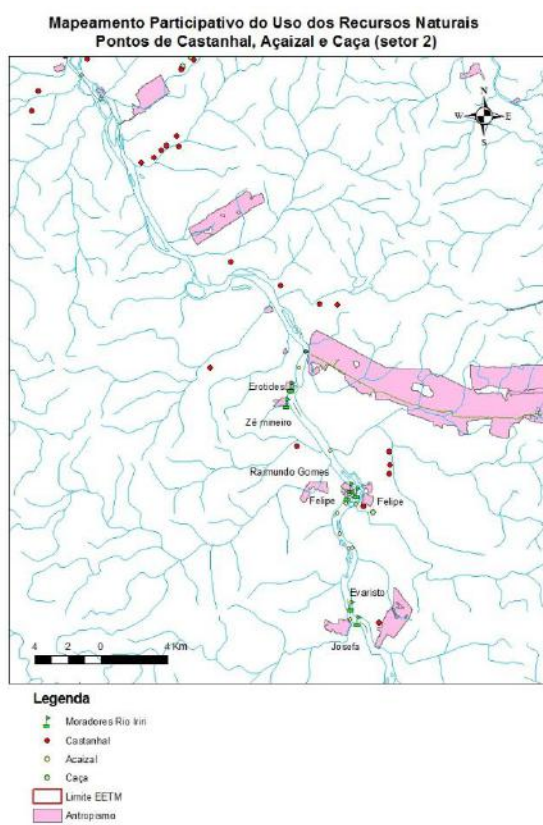
Código	Cor	Identificação	OBS
O	Vermelho	Piques de castanha Sr Aginaldo: Pique das Antas (O) Pique das Onças (O) Pique Caititu (O) Pique da Banana Braba (O) Pique do Ramal (O) Pique da Cobra (O) Pique do Açaizal (O)	
K,L, M e N	Vermelho	Piques de castanha Sr Carlinhos: Pique do Mulungu (K) Pique da Serrinha (L) Pique da Cotia (M) Pique do Medonho (K) Pique da Quica (M) Pique do Veludo (N)	
A,B,C,D,E,F,G,H,I e J	Vermelho	Piques de castanha Sr Jacu, Muco e Simbereba: Pique da Copaíba (F) Pique do Gaviãozinho (G)	

		Pique Goloseira (C) Pique do Pau Branco (B) Pique do Pedrão (A) Pique do Lajeiro (H) Pique do Pontal (E) Pique do Bananal (E) Pique do Pedro Jaime (D) Pique do Paredão (I) Pique do Morro das Graças (J)	
-----	Azul	Sítio pesqueiro : Agnaldo e Filhos	

A seguir (figuras 16 a 22) são apresentados cartogramas elaborados no programa ArcGis referentes aos mapeamentos supracitados.



Figuras 16 e 17: Cartogramas do mapeamento participativo referente ao setor 1, na EETM.



Figuras 18 e 19: Cartogramas do mapeamento participativo referente ao setor 2, na EETM.

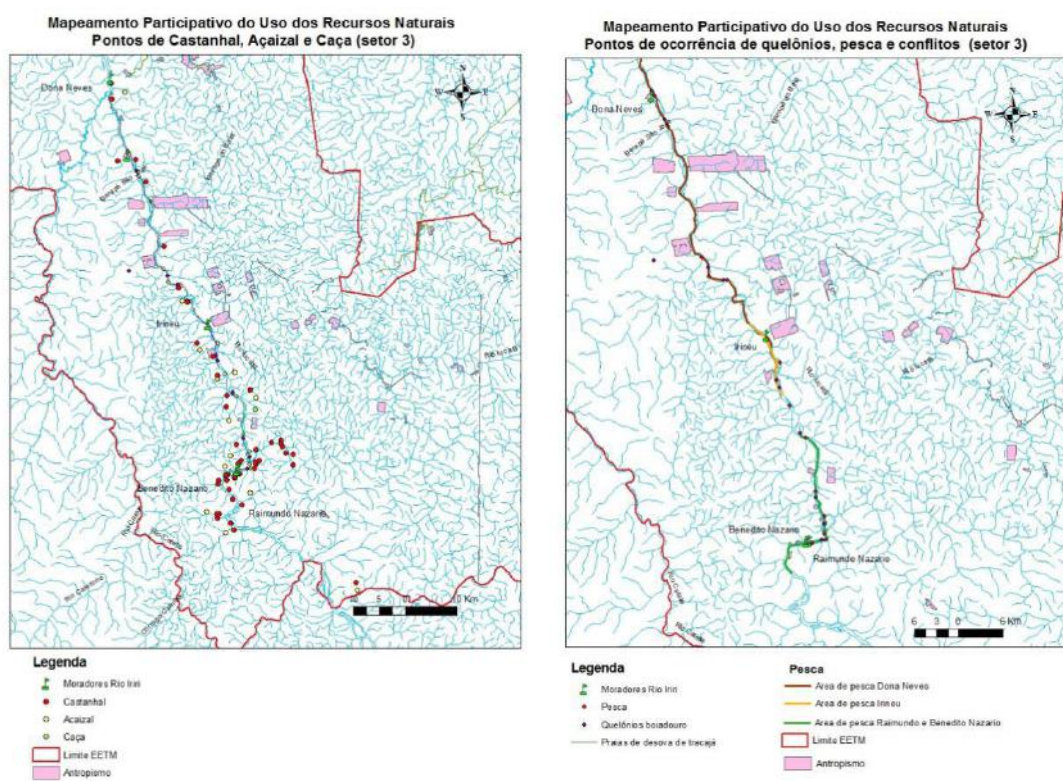


Figura 20 e 21: Cartogramas do mapeamento participativo referente ao setor 3, na EETM.

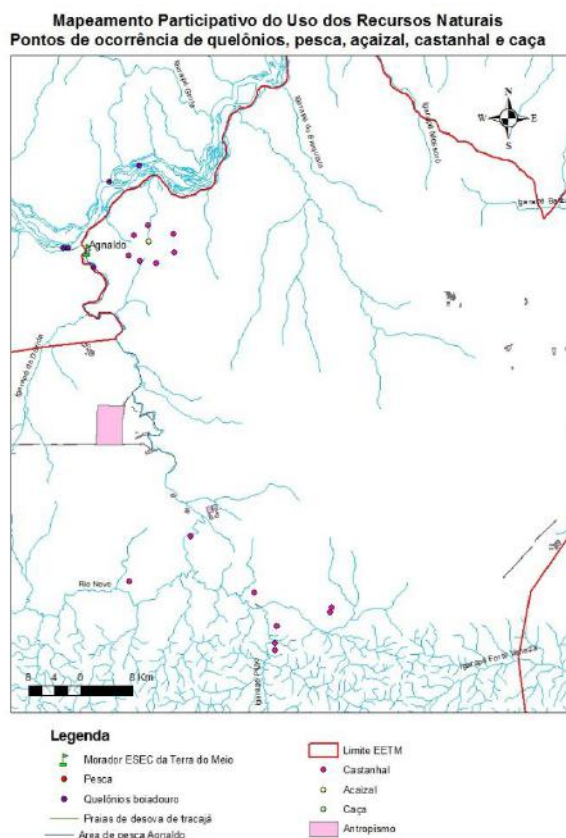
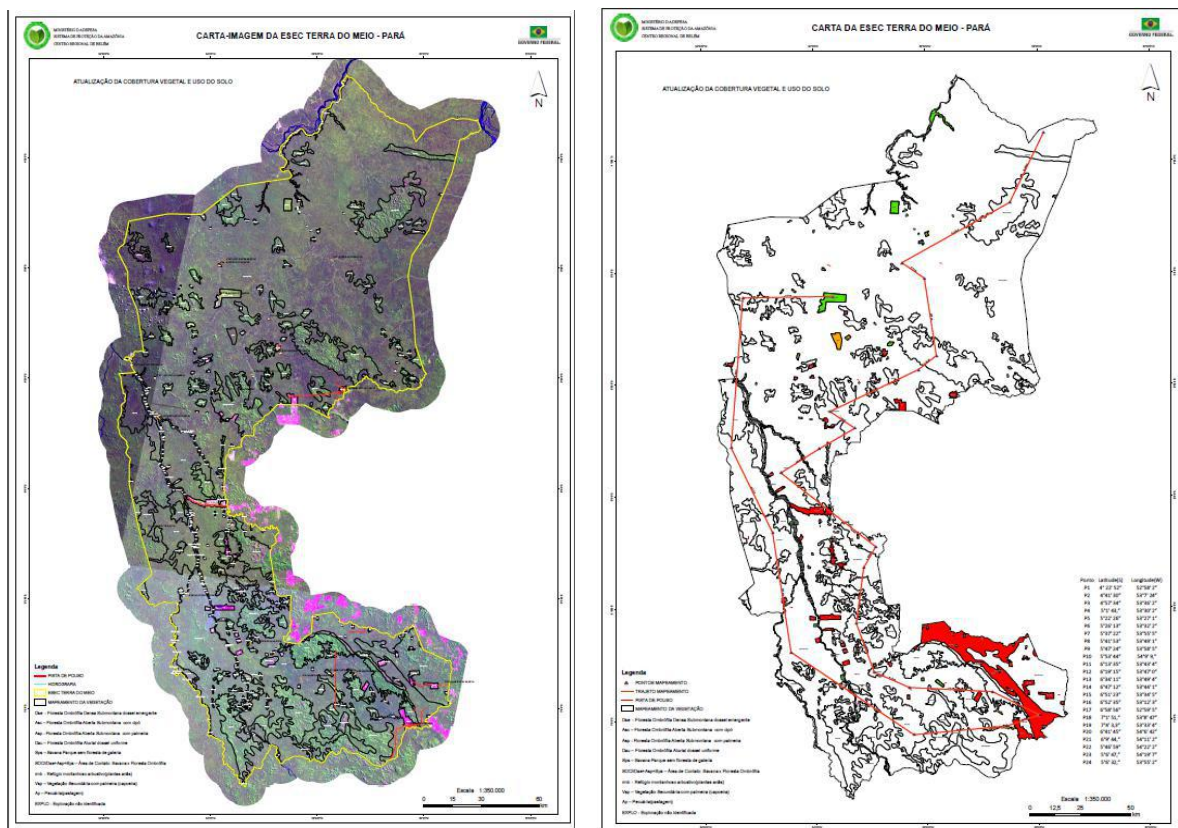


Figura 22: Cartograma do mapeamento participativo referente ao setor 4, na EETM.

O processo de construção da minuta do Termo de Compromisso junto às populações tradicionais se encontra na etapa de “aprovação e assinatura” conforme previsto na Instrução Normativa do ICMBio Nº 26 de 4/07/12.

Quanto aos resultados alcançados das atividades de geoprocessamento: foi elaborada uma base georreferenciada com as ocupações identificadas em campo; foram efetuados novos monitoramentos para identificar incrementos de antropismo (ano 2012) com especial atenção as viciniais do Leão e Transiriri (onde foi aplicado o Polígono de Voronói); foram identificados os locais potenciais de ameaças: (i) vias de entrada, (ii) frentes de expansão de desmatamento, e (iii) pistas de pouso; foram pré-definidos os locais onde foram implantadas 20 placas de sinalização (10 via fluvial e 10 via terrestre); e por fim, foi atualizado o mapa de cobertura vegetal e uso do solo (escala 1:250.000), segundo metodologia do IBGE.

Na Estação Ecológica da Terra do Meio as classes de cobertura vegetal e uso do solo delineadas foram: Floresta Ombrófila Densa Submontana dossel emergente, Floresta Ombrófila Aberta Submontana com cipó, Floresta Ombrófila Aberta Submontana com Palmeira, Floresta Ombrófila Aluvial dossel uniforme, Savana Parque sem floresta de galeria, Área de contato: Savana x Floresta Ombrófila, Refúgio Montanhoso arbustivo (plantas anãs), Vegetação Secundária com palmeira (capoeira), Pecuária (pastagem) e Exploração. Neste produto, que são apresentados na figura abaixo, também foram inseridas as pistas de pouso mapeadas, hidrografia principal, estradas, sugestão de rota de voo e áreas representativas para visitar (com vistas a validar as informações em campo).



Figuras 23 e 24: Produtos da atualização da cobertura vegetal e uso do solo.

2. DISCUTA OS RESULTADOS E DESCREVA AS CONCLUSÕES DO PROJETO.

Nos mapeamentos participativos do uso dos recursos naturais, a maioria dos atributos foram identificados como pontos. Se faz necessário refinar os trabalhos para delimitação das áreas de uso (polígonos), de forma a melhor subsidiar o zoneamento da UC assim como os anexos dos Termos de Compromisso.

O servidor do SIPAM Nicola Saverio H. Tancredi (primeiro autor) produziu o artigo científico denominado "O SIPAM/CR-BE NO CONTEXTO DAS PARCERIAS MULTILATERAIS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS EFICAZES NA AMAZÔNIA" onde ressaltou a importância da aplicação do sensoriamento remoto conjuntamente com órgãos parceiros, aumentando a eficácia das ações ambientais, trazendo como um dos estudos de caso a experiência efetuada na ESEC da Terra do Meio, proporcionada a partir da execução deste projeto. Neste sentido, a qualificação do antropismo para a ESEC da

Terra do Meio identificou a pecuária como principal agente destruidor do ecossistema. Esta parceria multilateral possibilitou que a gama colossal de dados gerado pelo SIPAM no monitoramento de mais de 180 Áreas Especiais direcionassem o foco da sua aplicação, aumentando a eficácia em termos de material humano, tempo de análise e processamento das informações, gerando respostas mais rápidas no combate aos ilícitos ambientais da Amazônia.

A Tabela 4 ilustra os resultados do monitoramento de atividades antrópicas no âmbito do ProAE (Programa de Monitoramento de Áreas Especiais) 2012 para a Estação Ecológica da Terra do Meio.

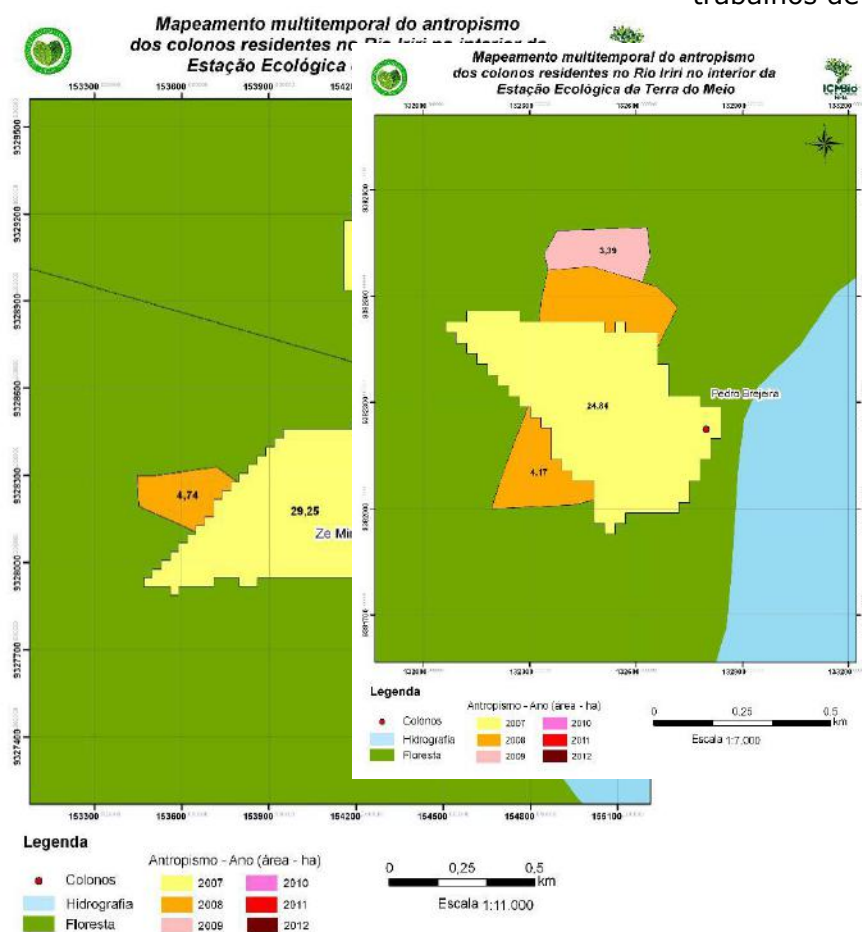
Tabela 4: Resultados ProAE 2012 da ESEC da Terra do Meio

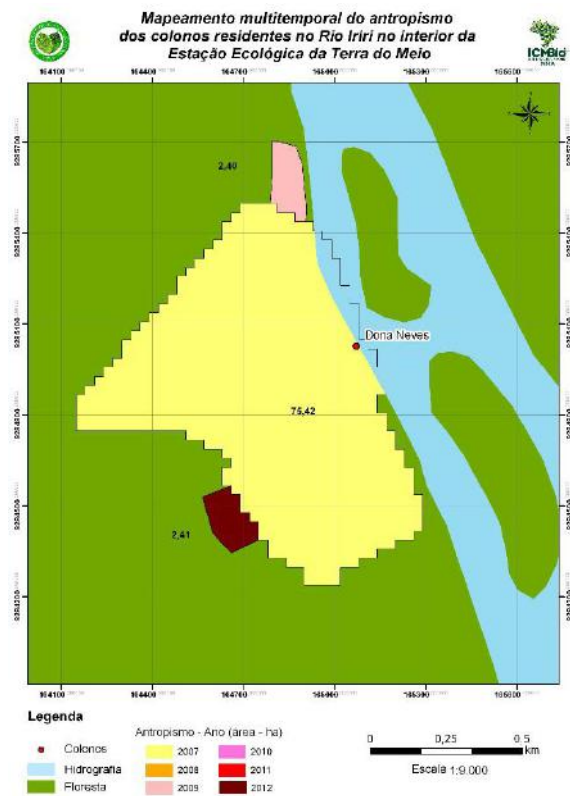
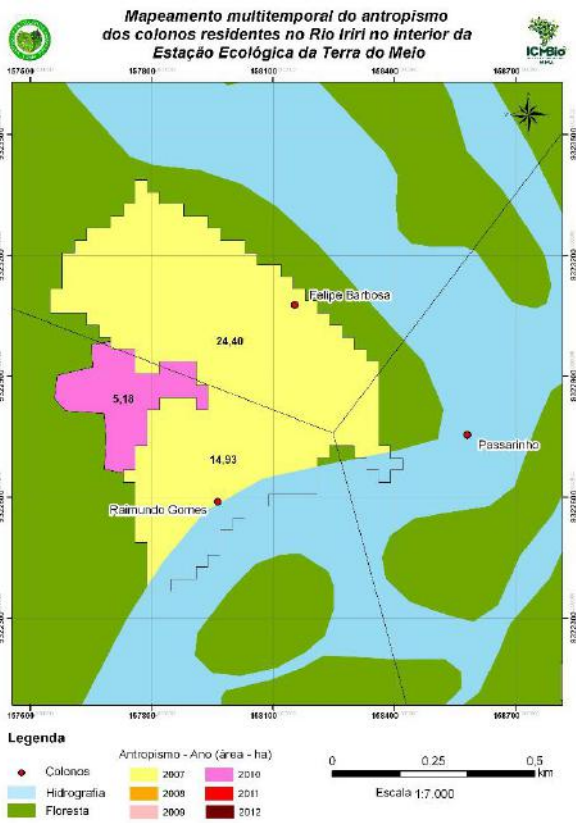
Estação Ecológica Terra do Meio	Área Total (ha)	Antropismo Acc. Ano Base - 2007 (ha)	Incremento de Antropismo Anual				
			2008 (ha)	2009 (ha)	2010 (ha)	2011 (ha)	2012 (ha)
	3.373.111,0	51.435,10	889,60	268,20	238,60	161,80	153,62

Fonte: SIPAM/CR-BE (ProAE, 2012).

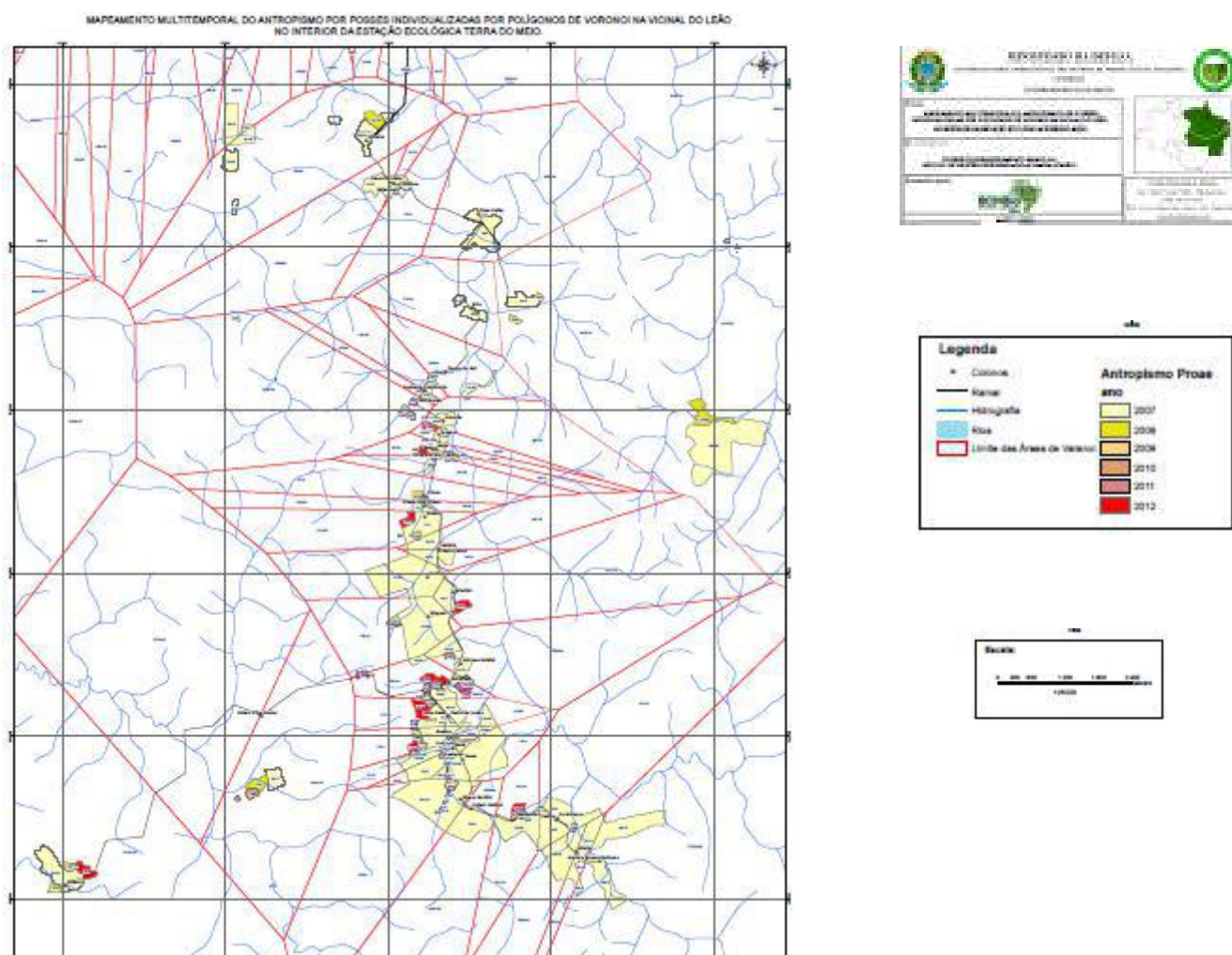
O incremento acumulado de antropismo até 2012 nesta Área Especial é de 1,58%, apresentando baixíssimos valores de incremento desde 2009. O foco do SIPAM atuando em parceria com o ICMBio foi diagnosticar as principais classes de antropismo de ameaça, validar a ocorrência do desmatamento e subsidiar o plano de proteção da ESEC da Terra do Meio.

A transformação desses trabalhos conjuntos em rotinas operacionais mais frequentes permite que tanto o SIPAM como os órgãos parceiros aprimorem seus métodos, e corrijam eventuais procedimentos nas suas atividades desde o pré até o pós-campo. Outro ponto relevante inferido a partir dos resultados do ProAE 2012 demonstra que a pressão antrópica reduziu sensivelmente após a execução das ações ambientais de fiscalização nesta Unidade de Conservação, sendo importante a continuidade dos trabalhos de monitoramento.



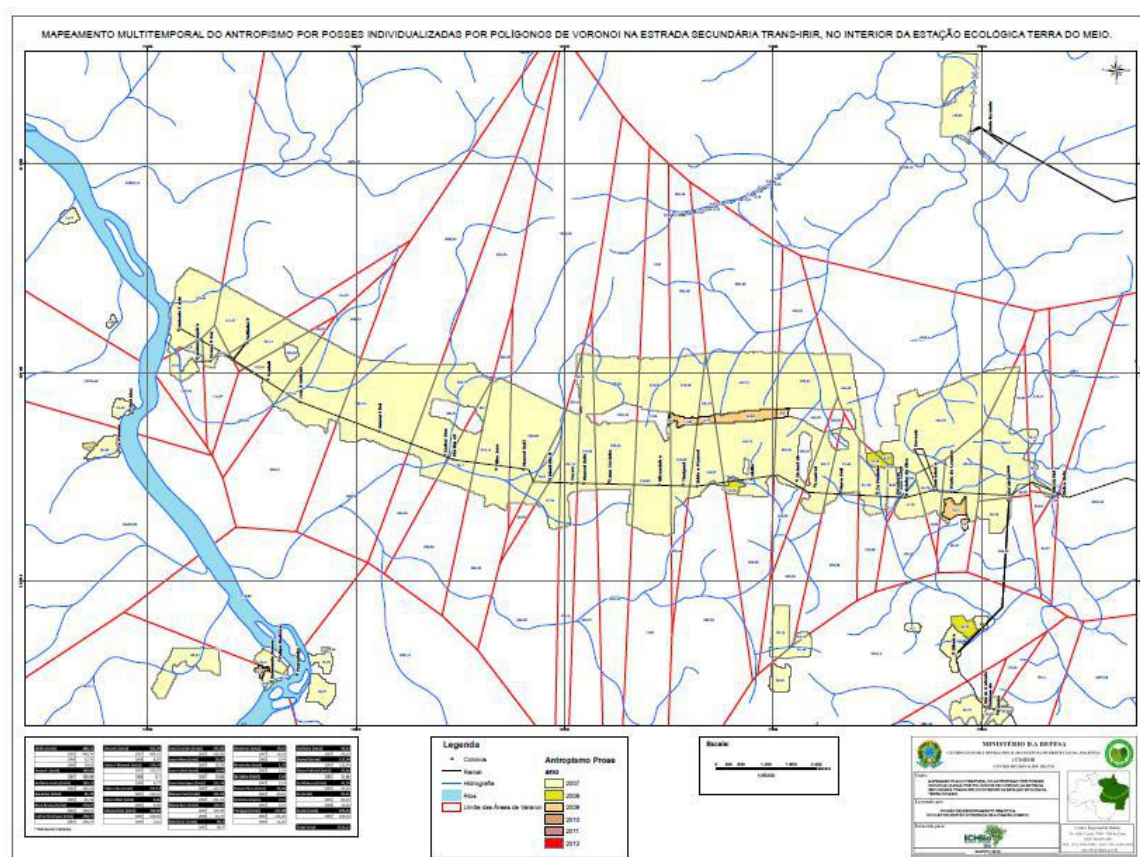


Figuras 25, 26, 27 e 28: Mapeamento multitemporal do antropismo dos colonos residentes as margens do rio Iriri, no interior da EETM.

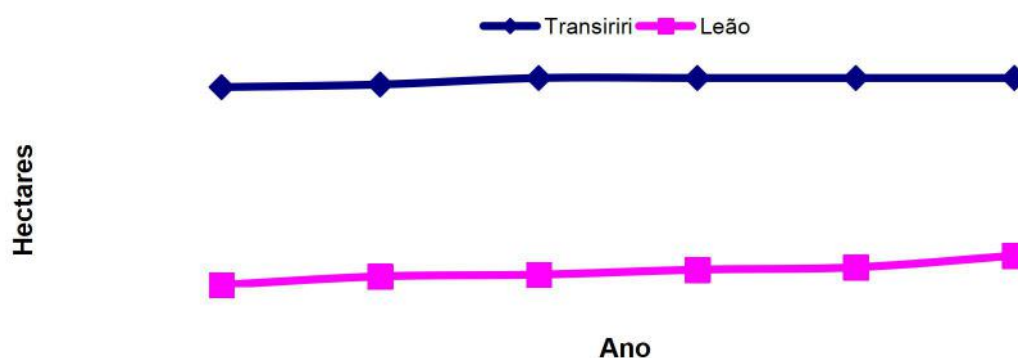


Colono	Hectare	Colono	Hectare	Colono	Hectare	Colono	Hectare	Colono	Hectare
Abilio (total)	488,31	Devanir (total)	502,39	Irmã Zezinho (total)	295,06	Modesto (total)	19,03	Valtinho (total)	90,14
2007	440,74	2007	494,32	2007	295,06	2007	18,29	2007	90,14
2008	12,75	2008	8,07	João Alves (total)	50,78	2008	0,74	Vantuil (total)	113,34
2009	34,82	Fábio E Manoel (total)	139,74	2007	50,78	Nenzinho (total)	1,29	2007	113,34
Amauri (total)	380,04	2007	132,27	João Cabel (total)	20,84	2007	1,29	Viviva Policial (total)	91,66
2007	380,04	2008	0,7	2007	20,84	Nezinho (total)	23,4	2007	91,66
Antônio Costa (total)	195,12	2009	6,77	João Henrique (total)	257,74	2007	23,4	Zé Mutuca (total)	47,24
2007	195,12	Filho João (total)	212,14	2007	257,74	Osmar Dion (total)	40,46	2007	47,24
Baixinho (total)	41,79	2007	212,14	Manoel Sel (total)	351,93	2007	40,46	Zé (total)	93,51
2007	41,79	Gilson Mat (total)	0,56	2007	351,93	Queima Juquira	37,5	2007	81,33
Boca Branca (total)	238,07	2007	0,56	Maria de L. (total)	159,22	2007	37,5	2008	12,18
2007	238,07	Gilvanzinho (total)	320,04	2007	135,45	Timiguel (total)	227,08	Zezão (total)	106,16
Carlos Henrique (total)	238,77	2007	318,63	2009	23,77	2007	215,26	2007	106,16
2007	238,77	2009	1,41	Marilene (total)	98,7	2009	11,82	Total Geral	5532,22
				2007	98,7				

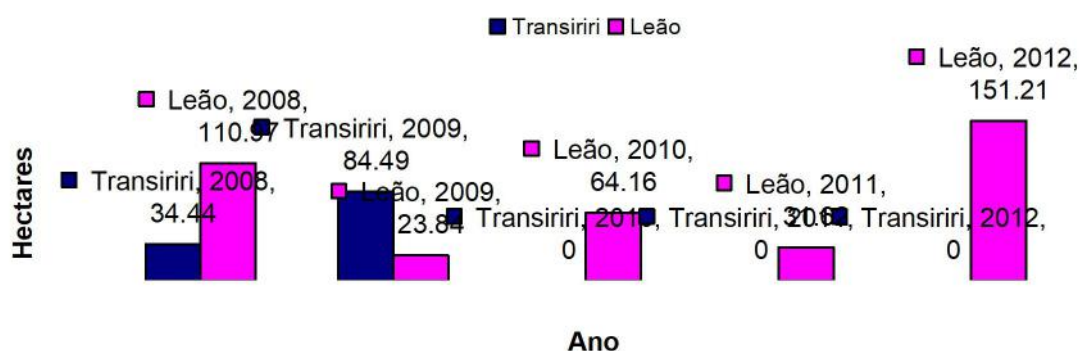
Figuras 29: Mapeamento multitemporal do antropismo individualizados por polígonos de Voronoi na Vicinal do Leão, no interior da EETM.



Figuras 30: Mapeamento multitemporal do antropismo individualizados por polígonos de Voronoi na Vicinal Transiriri, no interior da EETM.



Figuras 31: Antropismo acumulado até 2007 e incremento nas vicinais do Leão e Transiriri no interior da EETM.



Figuras 32: Incremento do antropismo nas vicinais do Leão e Transiriri no interior da EETM.

Tabela 5: Antropismo médio por família (ha) e aumento da área antropizada (%) nas vicinais do Leão e Transiriri no interior da EETM.

VICINAL	ANTROPISMO MÉDIO POR FAMÍLIA (ha)	AUMENTO DA ÁREA ANTROPIZADA (%)
Leão	74,7	22
Transiriri	184,4	4

A vicinal da Transiriri não teve significativo incremento de antropismo de 2009 em diante pelo fato de lá ter sido alvo da Operação de Fiscalização Boi Pirata que executou mandado de desocupação de grandes fazendeiros na região e os demais ocupantes da referida vicinal deixaram suas posses por "medo" de terem seus bens apreendidos. A vicinal do Leão teve sua ocupação consolidada em 2002 e continua ocupada e alguns colonos têm transformado floresta em área de roça e posteriormente em pasto, ou seja,

seus modos de vida (atividade agropecuária) são incompatíveis com o objetivo de criação da UC, portanto eles precisam ser devidamente indenizados e reassentados. Enquanto a regularização fundiária não se efetive, é necessário criar normas de uso e ocupação através de Termos de Ajustamento de Conduta como um instrumento regulador e transitório até que a situação definitiva se concretize. Quanto às moradas dos *beiradeiros* (ribeirinhos com perfil de população tradicional), a escala utilizada nos mapeamentos não detectou suas áreas de roça.

O mapeamento das ameaças à biodiversidade da EETM em relação às grandes fazendas ativas foi apresentado no relatório enviado a DIBIO em 2011 denominado: "Detecção de Ilícitos ambientais na Estação Ecológica da Terra do Meio e no Parque Nacional da Serra do Pardo por meio de dados de sensores remotos".

Segundo Juarez Pezzutti (UFPA/NAEA), a destruição da floresta e as mudanças diretas e indiretas sobre os rios têm impactos severos sobre a fauna nativa, e atuam sinergicamente com a utilização direta destes recursos, portanto, faz-se necessário compreender como estes processos (desmatamento, fragmentação, modificações antrópicas em ambientes aquáticos, caça e pesca com e sem manejo) têm afetado a composição da fauna cinegética e a sua disponibilidade no Mosaico de Áreas Protegidas da Bacia do Xingu.

3. COPIE E COLE DO RELATÓRIO DO SISBIO CADA UMA DAS RESPOSTAS A ESTES TRÊS ITENS (OU REDIJA-AS SE O RELATÓRIO AINDA NÃO FOI APRESENTADO):

3.1 Recomendações ao manejo/gestão da unidade de conservação federal ou à proteção das espécies, como também à(s) cavidade(s) subterrânea(s) (se houver).

3.2 Em caso de pesquisa socioambiental, cite as informações relevantes para a gestão da unidade de conservação ou para as formas de organização comunitária.

3.3 Em caso de pesquisa socioambiental, informe se houve retorno dos resultados obtidos para as comunidades envolvidas. Em caso positivo, especificar.

Sim, houve retorno com a apresentação dos resultados do diagnóstico socioeconômico e do mapeamento participativo dos recursos naturais em reunião do conselho realizada no período de 2 a 4 de abril de 2013.

4. DESCREVER O IMPACTO CONCRETO OBTIDO POR ESTE PROJETO PARA ENTENDIMENTO E CONSERVAÇÃO DO OBJETO DESTA PROPOSTA E PRÓXIMOS PASSOS PLANEJADOS PARA A CONTINUIDADE DOS ESFORÇOS DE CONSERVAÇÃO CONDUZIDOS AO LONGO DESTA PROJETO. Estamos interessados em saber se o projeto desencadeou mudanças na realidade que se sustentarão após o término do projeto e quais esforços do autor, de sua equipe e dos parceiros foram viabilizados a partir do término do projeto. Reflexões do tipo, "as informações geradas neste projeto poderão ser utilizadas pelos órgãos competentes para elaboração do plano de manejo, etc", **são desnecessárias.** Favor informar nos casos em que não haja intenção de continuidade dos esforços.

5. PREENCHER A FICHA SÍNTESE ABAIXO

O conteúdo desta seção será disponibilizado em formato PDF no site do Instituto, e servirá de base para atuação junto à DCOM e outras formas de comunicação.


Nome do projeto: Ameaças a conservação da biodiversidade na Estação Ecológica da Terra do Meio, PA.		
Coordenador (a) do projeto: Tathiana Chaves de Souza	Unidade proponente: Estação Ecológica da Terra do Meio	Data: 22/02/2013
Síntese pós-projeto: Descreva brevemente no quadro a seguir os principais aspectos relativos à problemática ambiental que o projeto abordou, aos resultados obtidos no âmbito do projeto, ao alcance das ações realizadas e às repercussões concretas do projeto para a conservação da natureza.		
Informações para contato: Dados para contato (p. ex., e-mail, núm. do currículo Lattes) para que interessados pelo projeto, inclusive imprensa, possam contatar os responsáveis. Tathiana Chaves de Souza e-mail: tathiana.souza@icmbio.gov.br skype: tathiana_chaves_de_souza		
Produção bibliográfica: Especifique abaixo as referências bibliográficas que resultaram diretamente deste projeto. Quando possível, especificar o link para as publicações que estejam disponíveis na internet.		
Outros produtos: Inserir detalhes e de preferência links e imagens que documentem a elaboração de produtos como impressos diversos (cartilhas, cartazes, folders), matérias e outras formas de divulgação digital ou impressa, elaboração de CDs, dentre outros. Foi produzido pela Maria Inês Paes Ferreira e equipe da "In situ produções" (IFF Fluminense) um vídeo (de aproximadamente 30 minutos) na Estação Ecológica da Terra do Meio denominado " Vozes da Floresta " cujo resumo é: Os conflitos envolvidos nos processos de criação e de implementação de Unidades de Conservação vem sendo objeto de reflexões interdisciplinares necessárias ao aprimoramento da gestão destes territórios, especialmente protegidos por Lei no Brasil. Esses conflitos se acentuam, quando as UCs de Proteção Integral possuem populações residentes, (como é a maioria dos casos dessas UCs) devendo então ser mediados por meio de instrumentos capazes de compatibilizar os direitos garantidos aos povos tradicionais pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação àqueles assegurados pelo Decreto dos Povos Tradicionais, entre outros. O presente trabalho apresenta um relato construído a partir do processo participativo de estruturação do Conselho consultivo da Estação Ecológica da Terra do Meio, Pará, Brasil, com base em diagnóstico participativo feito com as comunidades de residentes e de usuários do recursos naturais da UC. Assim, pretende-se amplificar as "vozes da Floresta", nas quais ecoa a fala dos "soldados da borracha", chegados na Amazônia em meados do Séc. XX, de residentes "nascidos e criados" na Terra do Meio, de descendentes de índios (e de índios também!), daqueles que chegaram "pra mais de 20 vinte anos", envolvidos com a corrida do ouro, dos que vieram estimulados pelo próprio Estado, na aventura de conquistar a Amazônia, iniciada na década de 70! A todos que, sem voz, não tiveram vez quando da criação da UC, em 2005, há muito com seus direitos cidadãos não respeitados, tendo se esgotados os prazos previstos em lei para terem suas vidas de volta! À luz dos princípios da Justiça Ambiental, este relato foca o processo de construção		


coletiva do Termo de Compromisso, instrumento jurídico que regulamenta a permanência dessas populações no interior da Estação Ecológica. Sendo cunhado junto às representações de beiradeiros (ribeirinhos), contando ainda com a participação de colonos, lideranças indígenas e outros usuários do entorno, que acontece na etapa de mobilização para implantação do Conselho consultivo da UC, o Termo de Compromisso é entendido como uma ferramenta de promoção da Justiça Ambiental para as famílias que participaram das reuniões, das oficinas e do mapeamento participativo dos usos do território e dos recursos naturais, necessários à elaboração do documento.

Foi produzido pelo antropólogo Tiago Butti o seguinte vídeo de imagens: <http://www.youtube.com/watch?v=2hYPIqjNUU&feature=youtu.be>

Foi produzido o vídeo Vozes da Floresta pela Maria Inês Paes Ferreira (In situ produções) segue o link do vídeo: http://www.youtube.com/watch?v=1zhKSS_QG28&feature=youtu.be

ANEXO B – Seminário de Encerramento do III Ciclo de Gestão Participativa





Seminário de encerramento do 3º Ciclo de Gestão Participativa


**Projeto: O exercício da participação social na elaboração de
Termos de Compromisso na Estação Ecológica da Terra do Meio/PA.**

Proponente
Tathiana Chaves de Souza
ICMBio – Chefe da Estação Ecológica da Terra do Meio


Orientador
Walter Steenbock
ICMBio – Analista Ambiental – FLONA Açungui



Colaboradores
Dalila Mello (IFF/RJ); Maria Inês Paes Ferreira – IFF/RJ); Rosa Paes (UNESP); Rosane Prado (UERJ); e Tiago Bucci (Antropólogo).

Apoio: Programa ARPA, Projeto Terra do Meio, FUNBIO, Corpo de Bombeiros, PRF, PF, PM, INCRA e MPF.




Ministério do
Meio Ambiente








Objetivo: Compartilhar experiências e trazer reflexões sobre os avanços e dificuldades durante a elaboração e implementação do projeto.

1. Contextualização
2. Lições aprendidas (avanços e desafios)
3. Ferramentas utilizadas (e sua intencionalidade)
4. Pontos fortes e fracos do projeto


 Ministério do Meio Ambiente


 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA




Motivação

Os moradores da Estação Ecológica da Terra do Meio (EETM) estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica extrema e de injustiça ambiental!!!!


 Ministério do Meio Ambiente

 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA


Atividades previstas no projeto:



1. Continuação do **diagnóstico socioambiental participativo** do uso dos recursos naturais e da ocupação.
2. Elaboração da **relação nominal das famílias compromissárias** do Termo de Compromisso.
3. Elaboração da **minuta** do Termo de Compromisso pelo grupo de trabalho.
4. Discussão das **normas de uso e ocupação** com o grupo social envolvido.
5. Avaliação da necessidade, e se pertinente, proposição de **alternativas de trabalho e renda** com atividades de baixo impacto ambiental para a melhoria das condições de qualidade de vida das famílias.
6. **Apreciação, discussão e validação coletiva da minuta** do Termo de Compromisso com os **grupos sociais envolvidos** (extrativistas “beiradeiros” e agricultores familiares “colonos”).
7. Apresentação e apreciação da minuta do Termo de Compromisso para o **conselho** da UC.
8. Colaboração na construção e análise de cenários futuros possíveis.
9. Divulgação do Termo de Compromisso para as famílias compromissárias e demais segmentos envolvidos, com desenvolvimento de materiais adaptados a linguagem local.




Ministério do
Meio Ambiente




GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA


Atividades previstas no projeto:



1. Continuação do **diagnóstico socioambiental participativo** do uso dos recursos naturais e da ocupação.
2. Elaboração da **relação nominal das famílias compromissárias** do Termo de Compromisso.
3. Elaboração da **minuta** do Termo de Compromisso pelo grupo de trabalho.
4. Discussão das **normas de uso e ocupação** com o grupo social envolvido.
5. Avaliação da necessidade, e se pertinente, proposição de **alternativas de trabalho e renda** com atividades de baixo impacto ambiental para a melhoria das condições de qualidade de vida das famílias.
6. **Apreciação, discussão e validação coletiva da minuta** do Termo de Compromisso com os **grupos sociais envolvidos** (extrativistas “beiradeiros” e agricultores familiares “colonos”).
7. Apresentação e apreciação da minuta do Termo de Compromisso para o **conselho** da UC.
8. Colaboração na construção e análise de cenários futuros possíveis.
9. Divulgação do Termo de Compromisso para as famílias compromissárias e demais segmentos envolvidos, com desenvolvimento de materiais adaptados a linguagem local.



Ministério do
Meio Ambiente



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

Breve contextualização:





MAPA DE LOCALIZAÇÃO

RESIDENTES DO RIO IRIRI
(92 pessoas)

BEIRADEIROS

Núcleos familiares – 9

- adultos - 40
- crianças - 33

AGRICULTORES

FAMILIARES (colonos)

Núcleos familiares - 8

- adultos - 16
- crianças - 3



Ministério do Meio Ambiente



“BEIRADEIROS” – rio Iriri

<http://www.youtube.com/watch?v=2hYPIqjNUU&feature=youtu.be>







Ministério do Meio Ambiente



COLONOS – rio Iriri

ICMBio
INSTITUTO BRASILEIRO DE RECURSOS GENÉTICOS
MMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA

Ministério do
Meio Ambiente

Breve contextualização:



Ocupação Estação Ecológica da Terra do Meio/PA (set 2012)



Legenda

- Mosteiros EETM Rio Irituba
- Mosteiros EETM Vicinais
- Registro_moradores_Teravari
- Rios
- Vicinais

TERRAS INDÍGENAS

- RESEX DO RIO PURI
- ÁREA ESTADUAL TERAPIÇO DO XINGU
- ESERCA DA TERRA DO MEIO
- PARQUEA SEMEADO PARDO
- RESEX DO RIZINHO DO AMFRISO
- RESEX DO RIO XINGU

Elaborado por: Fabiana Dantas, Instituto Ambiental ICMBio, Mar. 17/2014, Coordenadoria de Regulação, RFS 34.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

RESIDENTES DAS VICINAIS
(aproximadamente 150 famílias)

↓

8 vicinais ocupadas segundo levantamento de campo realizado em setembro de 2012



Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

COLONOS - vicinais








Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL




PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA


Avanços



- Relação de confiança e respeito conquistadas
- Experiências de conciliação
- Execução de grande parte das atividades planejadas



Ministério do
Meio Ambiente



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – novembro de 2011




O início: mobilização para formação do Conselho Consultivo da EETM.




Explicando o mapeamento participativo.



Ministério do
Meio Ambiente



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – novembro de 2011





Mapeamento participativo: os primeiros resultados.







Ministério do Meio Ambiente



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – julho 2012





Dando continuidade ao mapeamento participativo.



Reunião com beiradeiros e colonos para construção das minutas dos acordos de gestão.



Convite aos usuários para participação no Conselho da UC: reunião com os Xipaya



Ministério do Meio Ambiente



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – julho de 2012



Cadastro dos moradores do Rio Iriri.

Levantamento de usos dos Recursos Naturais da EETM.



Convite aos usuários para participação no Conselho da UC: reunião com os Kuruaya



Ministério do
Meio Ambiente



ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – setembro de 2012



Continuação do processo de construção do "TAC" dos colonos.



Ministério do
Meio Ambiente

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – março de 2013



Dando continuidade à construção coletiva dos acordos de gestão com os moradores do Rio Iriri.



Sistematização :
beiradeiros, colonos
e pesquisadores
trabalhando juntos.



Tirando dúvidas com o MPF.



Ministério do
Meio Ambiente



ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – março de 2013



Reunião com residentes no rio Iriri no interior da EETM para
continuação do processo de construção coletiva do Termo
de Compromisso – março 2013



Ministério do
Meio Ambiente



INTENCIONALIDADE DA FERRAMENTA

Dinâmica “Árvore dos Sonhos”



Levantar os sonhos que cada um tem, de forma a lhes possibilitar viver bem na EETM. Desta forma pretende-se verificar se todos os sonhos da comunidade estão contemplados no TC. O que não estiver contemplado deve ser incorporado.



Pedras no Caminho: levantar as dificuldades para concretizar os sonhos.

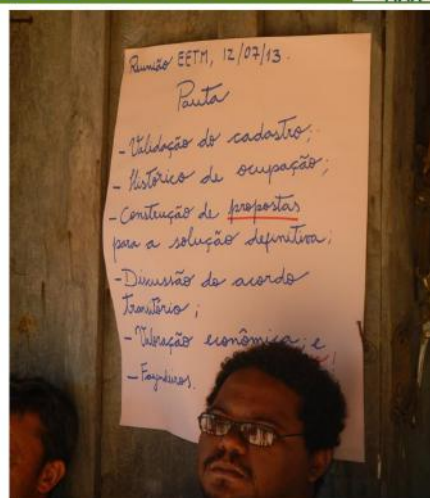


Quem pode retirar as pedras do caminho?:
Evidenciar co-responsabilização e competências.

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO – julho de 2013



Refinamento e validação com os residentes da ocupação dos agricultores familiares através do Mapa Falado.



Ministério do
Meio Ambiente



INTENCIONALIDADE DA FERRAMENTA



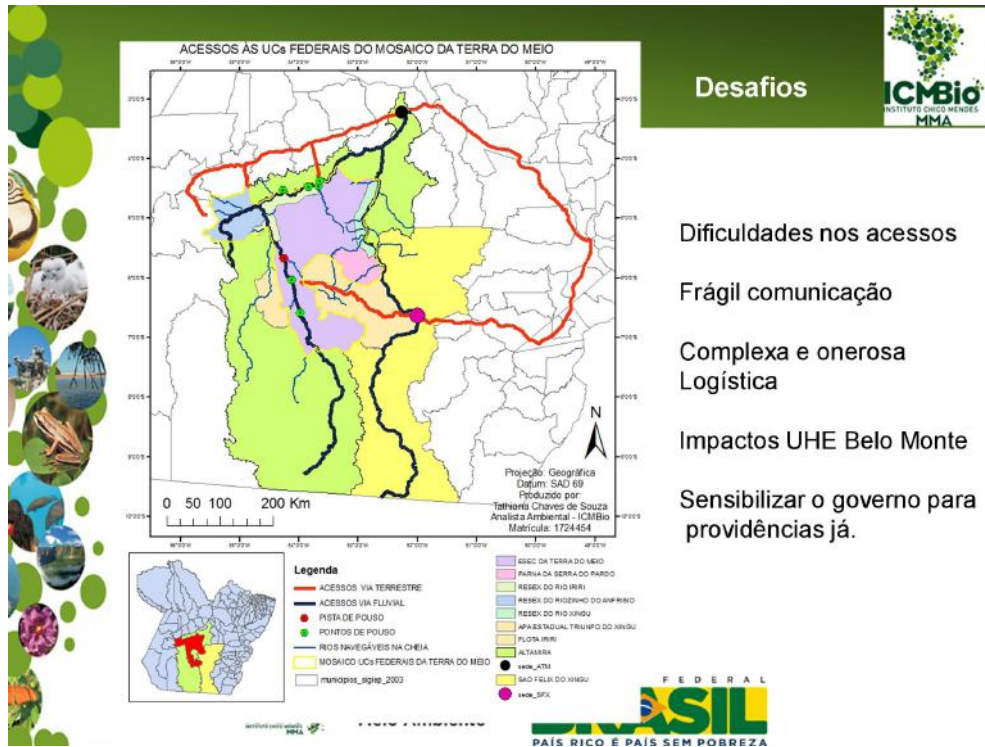
Mapa Falado: espacialização geográfica aproximada, resgate do histórico de ocupação e enquadramento nas seguintes categorias que poderão orientar diferentes arranjos/encaminhamentos de “solução definitiva” (como subsídio a validação do cadastro de moradores e potenciais beneficiários do Acordo de Gestão):

- 1) quem estava em 2005 e permanece até hoje;
- 2) quem estava em 2005, saiu e não voltou;
- 3) quem estava em 2005, saiu e voltou;
- 4) quem nunca morou, mas sempre teve a área;
- 5) quem chegou depois de 2005.



Ministério do
Meio Ambiente





Desafios



Dificuldades nos acessos

Frágil comunicação

Complexa e onerosa Logística

Impactos UHE Belo Monte

Sensibilizar o governo para providências já.

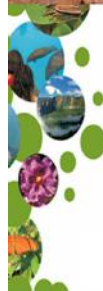


Acesso terrestre:

4 dias

1200 km

Áreas desmatadas





LIÇÕES APRENDIDAS:

Assumir fragilidades...

...e "apostar" no diálogo e nas construções coletivas.

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Lições aprendidas:



“Não tratar de maneira igual os desiguais, por que aí estaríamos sendo desiguais”;
 Se colocar no lugar e no olhar do outro,
 Atenção aos “drivers de conflito” (“complexo pano de fundo”)*,
 Não elaborar regras que não podem ser cumpridas,
 Ônus e bônus – criação de UC e cristalização do quadro de exclusão social e expropriação territorial
 Parcialidade metodológica: “empoderar e não assumir a defesa”,
 Nossa função não é vencer o outro e sim promover a cooperação, o bem comum.
 Atenção ao perfil (conhecimento, habilidade e atitude) e nivelamento da equipe.
 Habilidade em lidar com as pessoas.



Ministério do
Meio Ambiente



Pontos fortes:



Planejamento adaptativo
 Mediação transformadora
 Conciliação
 Colaborar no passivo de injustiça social
 Construção coletiva de estratégias de intervenção na realidade local,
 Contribuição no fortalecimento das comunidades e estímulo a lideranças,
 Benefícios do diálogo
 Apoio do MPF
 Parcerias e colaboradores em campo apoiando o processo, inclusive registro e sistematização de experiências e elaboração de documentos.



Ministério do
Meio Ambiente



Pontos fracos:



Baixo comprometimento do Estado
 Incertezas das decisões políticas
 “Tecnocracia do bem” (consideramos superiores nossos instrumentos)
 Atuação tardia
 Descrédito do poder público por omissão do Estado
 Carência de servidor



Ministério do
Meio Ambiente



Vídeo: Vozes da Floresta – 30 min.

http://www.youtube.com/watch?v=1zhKSS_QG28&feature=youtu.be



Os conflitos envolvidos nos processos de criação e de implantação de Unidades de Conservação vem sendo objeto de reflexões necessárias ao aprimoramento da gestão destes territórios, especialmente protegidos por Lei no Brasil. Esses conflitos se acentuam, quando as UCs de Proteção Integral possuem populações residentes, devendo então ser mediados por meio de instrumentos capazes de compatibilizar os direitos garantidos aos povos tradicionais pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação àqueles assegurados pelo Decreto dos Povos Tradicionais, entre outros. O presente trabalho apresenta um relato construído a partir do processo participativo de estruturação do Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Terra do Meio, Pará, Brasil, com base em diagnóstico participativo feito com as comunidades de residentes e de usuários do recursos naturais da UC. Assim, pretende-se amplificar as “vozes da Floresta”, nas quais ecoa a fala dos “soldados da borracha”, chegados na Amazônia em meados do Séc. XX, de residentes “nascidos e criados” na Terra do Meio, de descendentes de índios (e de índios também!), daqueles que chegaram “pra mais de 20 vinte anos”, envolvidos com a corrida do ouro, dos que vieram estimulados pelo próprio Estado, na aventura de conquistar a Amazônia, iniciada na década de 70! A todos que, sem voz, não tiveram vez quando da criação da UC, em 2005, há muito com seus direitos cidadãos não respeitados, tendo se esgotados os prazos previstos em lei para terem suas vidas de volta! À luz dos princípios da Justiça Ambiental, este relato foca o processo de construção coletiva do Termo de Compromisso, instrumento que regulamenta a permanência dessas populações no interior da Estação Ecológica. Sendo cunhado junto às representações de ribeiros, contando ainda com a participação de colonos, lideranças indígenas e outros usuários do entorno, que acontece na etapa de mobilização para implantação do Conselho Deliberativo da UC, o Termo de Compromisso é entendido como uma ferramenta de promoção da Justiça Ambiental para as famílias que participaram das reuniões, das oficinas e do mapeamento participativo dos usos dos recursos naturais, necessários à elaboração do documento.



Ministério do
Meio Ambiente



Obrigada!

Contato:
tathiana.souza@icmbio.gov.br
Tel: (93) 3515-0803 (93) 9152-0292



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

ANEXO C – Manifesto Sociambiental

MANIFESTO SOCIOAMBIENTAL

3º Ciclo em Gestão Participativa do ICMBio, 2012/2013.

Fomos expectadores e agentes de mais um Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Viemos de todas as partes do Brasil, do Caburaí ao Chuí. Dos lugares mais frios aos lugares mais quentes, de lugares paradisíacos, remotos, semeadores de flores ou de indignações, trazendo nossos mais profundos intentos de construção e compartilhamento. E, assim, contribuímos com essa rede de inteligência coletiva na busca de um objetivo: reconstruir e transformar os caminhos da gestão pública nas unidades de conservação do Brasil.

Os ciclos, segundo os dicionários, significam quaisquer séries de ocorrências que se repetem. E, embora sejam eventos infinitos, possuem início, meio e fim. É saudável que seja assim. É isso que nos ensinam os ciclos do sol, das marés, das chuvas, das flores, da terra, dos planetas, das estrelas, da lua, os ciclos menstruais, enfim... o ciclo da vida. Podemos ver ciclos em tudo. E isto nos permite dizer que esta é a forma mais sagrada que existe, pois possui a virtude da resiliência. Essa característica faz de todos os ciclos de gestão participativa um espiral que se modifica e se transforma a cada módulo.

Mas o que define este 3º ciclo de gestão participativa? O que significa este evento na vida institucional deste recente órgão? Quais as implicações que ele traz para a gestão pública das unidades de conservação do Brasil? Primeiramente, sabemos que a participação social no Brasil ainda é muito recente. Até trabalhamos juntos a linha do tempo da participação. E discutimos os avanços e as dificuldades desse processo ao longo dos séculos até chegar aos dias de hoje. Atravessamos a escada da participação e constatamos que ainda será necessário muito trabalho e dedicação para que, pouco a pouco, sejam alcançados os níveis mais altos. E isso nos conduziu a muitas reflexões que nos levaram a várias perguntas. Ahhh!!! As perguntas... As perguntas orientadoras e não indutivas... Aprendemos a fazer perguntas! Muitas perguntas! E, primeiramente, começamos a fazer perguntas para nós mesmos, para nós como gestores, para nós como facilitadores... Já ouviram falar em um super-herói chamado Gestor-facilitador?

Pois é... Os gestores-facilitadores foram literalmente empoderados! E, então, começaram a fazer também algumas perguntas aos órgãos gestores. Será que as estratégias das nossas organizações são definidas considerando as necessidades dos grupos sociais envolvidos na gestão das unidades de conservação? Será que as necessidades e expectativas dos cidadãos-usuários são identificadas, analisadas e utilizadas para definição e melhoria dos produtos, serviços e processos do Instituto Chico Mendes e dos órgãos estaduais de meio ambiente?

E a satisfação dos nossos cidadãos-usuários? Elas são avaliadas? Como as nossas instituições orientam e estimulam a sociedade a exercer o controle social?

Como nossas instituições identificam as necessidades da sociedade em relação ao nosso setor de atuação e as transformam em requisitos para a formulação e execução de políticas públicas?

Mas, alto lá! Será que primeiramente ouvimos adequadamente todas as partes interessadas? Será que temos a humildade de reconhecer os territórios dos povos e comunidades tradicionais e de trata-los como companheiros na luta pela conservação da sociobiodiversidade?

Bom, a nossa missão nos leva justamente a esse caminho. Ao caminho da promoção do desenvolvimento socioambiental. Mas, desenvolvimento socioambiental e participação social podem ser realizados sem pessoas? Sem gestores-facilitadores? E sem condições de trabalho adequadas? Sem apoio institucional?

Por mais super-heróis que sejam os gestores-facilitadores, precisamos dos meios para ouvir, atuar, integrar, facilitar... Sem o aporte necessário, muitas expectativas serão geradas e certamente frustradas... Pois, os processos participativos precisam de tempo, ritmo e periodicidade. E daí, as pessoas envolvidas serão desmotivadas, os recursos financeiros empregados serão desperdiçados e os resultados já alcançados serão perdidos, implicando em novos gastos de recursos financeiros e nova energia e motivação para o trabalho...

E que trabalho... Pois, construir relações de confiança demanda muito esforço e quando elas são fragilizadas, é bastante complexo recuperá-las. Aprendemos que podemos perceber o que não está lá. Podemos deixar de perceber o que está lá. Podemos distorcer o que vemos. Podemos perceber somente aquilo que focamos nossa atenção. Podemos ainda perceber as coisas de formas diferentes, dependendo da perspectiva em que vemos a realidade. Por isso, precisamos de diálogo, de empatia e de saber ouvir.

No mapa estratégico do Instituto Chico Mendes, a consolidação da gestão participativa em todos os níveis é a base dos nossos processos finalísticos. Sendo assim, nada mais justo e fundamental do que tratar essa questão com verdadeira prioridade! Precisamos girar o ciclo da gestão adaptativa, avaliar e agir corretivamente de modo que consigamos sair do planejamento da consolidação da gestão participativa em todos os níveis para sua real e contínua implementação.

Vivenciamos muitas desigualdades sociais em nosso País. Muitas injustiças ambientais e expropriações de territórios tradicionais. Para algumas dessas injustiças, contribuimos diretamente... Mesmo que, às vezes, seja sem intenção...

Essas injustiças também ocorrem entre nós... Entre as unidades de conservação, pois a complexidade de gestão não é a mesma. Assim, como não devemos tratar de maneira igual os desiguais, para não sermos desiguais, as unidades de conservação devem ter tratamentos diferenciados, seja pela singularidade, pela complexidade, pela logística, pelo tamanho, pelos desafios, entre outros aspectos.

Como servidores públicos e cidadãos, não podemos ficar omissos às manifestações populares que se disseminam pelo País. Acreditamos que isso reflete uma necessidade latente de participação social. O povo clama por direitos e justiça social. Sobretudo, as

peças reivindicam o poder de decidir os rumos de suas próprias vidas. Nesse contexto, o Estado tem como dever atender essa demanda. E, se a sociedade reivindica novas formas de organização, a gestão participativa indica estarmos no caminho certo.

Incertezas políticas, atuações tardias, cortes orçamentários, baixo apoio institucional fragilizam as relações de confiança e cooperação conquistadas em ambientes de construção coletiva. Nesta perspectiva, torna-se fundamental o fortalecimento dos processos participativos, o comprometimento das instituições em dar respostas e gerar resultados concretos para efetivamente superarmos nossos desafios e cumprirmos nossas nobres missões.

A luz dos aprendizados do 3º Ciclo de Gestão Participativa, nos tornamos gestores mais aptos a interferir de forma mais qualificada e humanizada nos processos de gestão participativa, os quais precisam ser priorizados e valorizados dentro das Instituições, de forma que não gerem mais frustrações e rupturas das relações de confiança e cooperação que vem sendo construídas. Não há mais tempo nem espaço para reproduzir o quadro de injustiça ambiental e expropriação territorial.

Quando passamos pelo ciclo, percebemos que ele trabalha com a gente em diversas esferas de nossas vidas. Vai lá no fundo, mexe de um lado, e sacode de outro. E vamos muito além dos conteúdos e do aprendizado de técnicas e ferramentas – o que muito de nós mesmos, no começo, tínhamos como humilde expectativa.

Claro que temos muitas coisas anotadas nos nossos cadernos. E grande parte delas já colocada em prática por muitos de nós, no nosso dia-a-dia, e com grandes resultados! As experiências trocadas, ideias pra lá e pra cá, trabalhos em grupo, desabafos, lamentações e inspirações...um constante aprender-fazendo.

Mas, frente às significativas mudanças, em nós mesmos, proporcionadas pelo Ciclo de Gestão Participativa, os resultados práticos são apenas o início, pois são essas tais mudanças que tocam nossos corações e que nos fazem ter a força e a coragem de transformar.

Ao mesmo tempo, são essas mudanças, os resultados mais menosprezados pelos indicadores de gestão. Talvez, por que ninguém ainda tenha conseguido quantificar, colocar em um gráfico, ou medir a aplicabilidade delas. Mas, é certo que sem nossos corações pulsando forte, o mundo não muda. *“Ihhh!!! Lá vem esse papo de mudar o mundo”* – diz uma voz dentro da gente. *“Coisa mais utópica!!!”* Pois é... não dá pra ter medo de ser utópico. O Ciclo também ajudou a gente a enfrentar um pouco esse medo da utopia, do sonho e das cores. Pois já dizia aquele rapaz...sonho que se sonha só, é só um sonho...***mas sonho que se sonha junto é realidade!***

Portanto, não tenhamos medo de dar vexames ao viver nossa utopia! Pois o vexame pode acontecer quando a gente não se arrisca! Deixemos que a espontaneidade tome conta de nós! Tenhamos coragem de assumir riscos para ir além, fazer mais e diferente!

Propomos que a missão do Instituto Chico Mendes saia das paredes, painéis e dos discursos, ganhando vida, possibilitando juntar, na prática, a proteção do patrimônio natural com a promoção do desenvolvimento socioambiental. Chegou a hora das duas vertentes ganharem a mesma atenção e importância. O Ciclo de Gestão Participativa nos proporcionou a percepção clara dessa necessidade, ou então... precisaremos repensar não só a missão institucional, mas o nosso papel enquanto servidores públicos. Avançamos bastante, mas muito ainda precisa ser feito.

Para concluir, avaliamos que, sobretudo, o que define o 3º Ciclo de Gestão Participativa são as pessoas. Pessoas tão diferentes e tão enriquecedoras da sociodiversidade necessária à tolerância, pois “só a vida é singular”. Pessoas tão iguais, especiais na habilidade de valorizar o que nos une, em contraponto ao que nos separa. Pessoas Maaaravilhosas! Dentro ou fora dos círculos. Gostando ou não de abraços. Pessoas que, apoiando-se mutuamente, construíram um forte vínculo de amizade em busca de superar as pedras pelo caminho da gestão ambiental pública. Lembrando Paulo Freire, a gestão participativa não é, está sendo!

Temos muito orgulho do 3º Ciclo de Gestão Participativa!